

APRESENTAÇÃO

O conceito de interdisciplinaridade surgiu no século XX e, a partir da década de 1960, passou a ganhar maior destaque como uma possibilidade de superar a fragmentação do conhecimento e promover o diálogo entre diferentes campos do saber, ainda que a busca por uma compreensão mais integrada da realidade já estivesse presente em diferentes tradições intelectuais. A saúde constitui uma área eminentemente interdisciplinar, uma vez que os processos de saúde e doença não podem ser compreendidos exclusivamente a partir de uma única perspectiva ou área de conhecimento. Por exemplo, para além dos aspectos biológicos, esses processos envolvem dimensões sociais, culturais, psicológicas, econômicas e políticas, que se articulam de maneira complexa na produção das condições de vida e saúde das populações. Diante disso, questões sociais não estão desconectadas de questões de saúde. Este número conta com pesquisas de diferentes áreas, tais como, Administração, Psicologia, Ciências Sociais, Serviço Social e Pedagogia que refletem sobre como saúde e sociedade/cultura/política se interseccionam. Conta ainda com uma reflexão da literatura.

Boa leitura!

Márcia Regina Castro Barroso (UNIGRANRIO)

Etyelle Pinheiro de Araújo (UNIGRANRIO)

SUMÁRIO

1. TRABALHO APÓS A LICENÇA-MATERNIDADE: SOFRIMENTO DE TRABALHADORAS SOB A ÓTICA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Naiara Tavares da Silva
Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

2. REZANDO PELA CARTILHA FREUDIANA: A FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE POR INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Nilton Rodrigues Junior

3. A TERCEIRIZAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS MÉDICOS E MÉDICAS NO SÉCULO XXI

Leandro Lucas Faccin

4. NOTAS SOBRE RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO E O DIREITO À CIDADE

Thais dos Santos Marques

5. PROTAGONISMO DOCENTE: FORMAÇÃO, AUTONOMIA E IDENTIDADE SOB TENSÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Patrícia Rodrigues Rocha
Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis

6. UMA “RIMA INCÔMODA”: O TEMPO NA OBRA PEDRO PÁRAMO, DE JUAN RULFO

Wallace Rodrigues
Rosa Ynés Alacio García

TRABALHO APÓS A LICENÇA-MATERNIDADE: SOFRIMENTO DE TRABALHADORAS SOB A ÓTICA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Naiara Tavares da Silva¹

Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta²

Resumo: O retorno das mulheres ao trabalho após a licença-maternidade requer um processo de adaptação frequentemente permeado por sofrimento, intensificado por condições e formas inadequadas de organização no ambiente laboral. Este artigo tem como objetivo investigar as experiências de sofrimento vividas por mulheres nesse contexto, considerando dimensões emocionais, aflições individuais e fatores organizacionais associados. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, desenvolvido com 69 mulheres por meio de questionário on-line. A análise dos dados foi fundamentada na perspectiva da psicodinâmica do trabalho e submetida à análise de conteúdo. Os resultados indicam que o sofrimento é agravado pela ausência de condições favoráveis à amamentação, pela insuficiente flexibilização quanto ao local e ao horário de trabalho, pelo aumento das responsabilidades e pela escassez de reconhecimento profissional. Esses fatores dificultam a adaptação à nova realidade materna, resultando em insatisfação, ansiedade, insegurança e medo. A pesquisa contribui para o entendimento das especificidades do sofrimento no trabalho vivenciado por mães que retornam da licença-maternidade e evidencia a necessidade de políticas organizacionais sensíveis às demandas dessas trabalhadoras, promovendo saúde e enfrentamento dos desafios laborais.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Licença-maternidade. Sofrimento no trabalho.

RETURNING TO WORK AFTER MATERNITY LEAVE: FEMALE WORKERS' SUFFERING THROUGH THE LENS OF WORK PSYCHODYNAMICS

Abstract: The return of women to work after maternity leave requires an adaptation process often marked by suffering, intensified by inadequate conditions and organizational arrangements in the workplace. This article aims to investigate the experiences of suffering lived by women in this context, considering emotional dimensions, individual distress, and associated organizational factors. This is a qualitative and descriptive study conducted with 69 women through an online questionnaire. Data analysis was based on the work psychodynamics perspective and subjected to content

¹ Docente de Administração Pública na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Administração (Unigranrio). Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/UFRRJ). Graduada em Administração (UFRRJ). E-mail: naiaratavares@ufrj.br

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (PPGA/Unigranrio); Doutora em Engenharia de Produção (COPPE/UFRRJ). Mestre em Ciências Contábeis (UFRJ); Graduada em Administração (PUC/RJ). E-mail: ana.motta@unigranrio.edu.br

analysis. The results indicate that suffering is aggravated by the absence of favorable conditions for breastfeeding, insufficient flexibility regarding workplace and schedule, increased responsibilities, and lack of professional recognition. These factors hinder adaptation to the new maternal reality, leading to dissatisfaction, anxiety, insecurity, and fear. The study contributes to understanding the specificities of work-related suffering experienced by mothers returning from maternity leave and highlights the need for organizational policies sensitive to these workers' demands, promoting health and the coping of work-related challenges.

Keywords: Occupational health. Maternity leave. Work-related suffering.

Introdução

Dados recentes acerca da saúde mental dos trabalhadores no Brasil revelam um cenário alarmante: em 2024, houve um aumento de 68% nas licenças médicas concedidas a trabalhadores, motivadas majoritariamente por quadros de ansiedade e depressão. Entre os afastamentos relacionados à saúde mental, as mulheres representam 64% do total, o que se associa diretamente a fatores como a persistência da desigualdade salarial, o aumento dos índices de desemprego e a sobrecarga decorrente do trabalho não remunerado (Casmiro; Moura, 2025).

É notório que a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorre em condições significativamente distintas das dos homens, uma vez que, culturalmente, são elas que acumulam dupla — ou até tripla — jornada de trabalho (Hirata; Soeiro; Cruz, 2022). O acúmulo das atividades profissionais, domésticas e de cuidado constitui um fator adicional que potencializa a vulnerabilidade feminina à deterioração da saúde mental. Essa sobrecarga torna-se ainda mais intensa quando há filhos pequenos, tornando a conciliação entre os papéis sociais e familiares ainda mais desafiadora (Guiginski; Wajnman, 2019).

No que se refere à maternidade, a legislação trabalhista brasileira prevê uma série de direitos destinados à proteção da mulher no mercado de trabalho. Dentre eles, destaca-se a licença-maternidade, assegurada sem prejuízo do vínculo empregatício e do salário, com duração de 120 dias (Brasil, 1988). Além disso, a lei garante às trabalhadoras um local apropriado para deixar seus filhos sob vigilância e cuidados durante o período de amamentação, nos estabelecimentos que empregam pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos. Na impossibilidade de oferecer essa estrutura, as organizações podem, como alternativa, firmar convênios com creches (Brasil, 1943).

Certamente, a legislação trabalhista busca proteger a participação da mulher no mercado de trabalho, promovendo condições dignas, combatendo a discriminação e assegurando a equidade de oportunidades no ambiente laboral. No entanto, persiste a dúvida sobre se as normas vigentes são, de fato, capazes de atender às necessidades profissionais, sociais e emocionais das gestantes e das mães nos primeiros meses após o parto. Embora esse período seja fundamental para os cuidados com a criança, o afastamento físico, cognitivo e psíquico vivenciado pelas mulheres, devido às construções sociais em torno da maternidade, acarreta consequências tanto na trajetória profissional quanto na vida pessoal, penalizando-as (Iaconelli, 2024). A exigência imposta ao papel materno, em termos de dedicação e comprometimento, acaba por afetar todas as dimensões da realidade feminina (Garcia; Vieceli, 2018).

Quando as demandas específicas relacionadas à maternidade não são devidamente consideradas, o retorno ao trabalho após a licença-maternidade pode ser acompanhado por vivências de sofrimento por parte dessas mulheres (Garcia; Vieceli, 2018; Holmes; Erickson; Hill, 2012). Nesse momento, podem emergir sentimentos como insegurança, tristeza, insatisfação e ansiedade. Esse cenário é especialmente relevante para o presente estudo, que busca analisar o sofrimento no trabalho vivenciado por mulheres após o retorno da licença-maternidade, à luz da teoria da psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours.

Durante o período de licença, as mulheres se dedicam integralmente à maternidade, afastando-se de suas atividades laborais. Contudo, ao retomarem suas funções, enfrentam um processo de readaptação que, frequentemente, é marcado pela ausência de apoio organizacional (Garcia; Vieceli, 2018). A ausência de políticas institucionais e de estruturas de acolhimento voltadas à reintegração dessas trabalhadoras pode desencadear formas intensas de sofrimento, com repercussões tanto físicas quanto psicológicas.

Diante desse contexto, o presente trabalho justifica-se por aprofundar a análise do sofrimento vivenciado por mulheres no processo de retorno ao trabalho após a licença-maternidade. Enquanto pesquisas anteriores abordam o significado do trabalho (Andrade; Praun; Avoglia, 2018), estratégias defensivas (Andrade; Pereira; Baccelli, 2024; Andrade; Praun; Avoglia, 2018) e políticas públicas (Alexandre, 2023), esta investigação explora as causas organizacionais do sofrimento, seja em decorrência das condições ou da própria organização do trabalho, a partir da experiência dessas mulheres.

Ao adotar a psicodinâmica do trabalho como referencial teórico, a pesquisa contribui ao evidenciar como as condições laborais afetam a saúde mental das mulheres. Além disso, reforça a importância de iniciativas institucionais integradas a políticas públicas que promovam a proteção e a permanência das mães no emprego.

Deste modo, parte-se da suposição de que o sofrimento no trabalho vivenciado por mulheres mães apresenta particularidades decorrentes tanto da experiência da maternidade quanto da insuficiente preparação das organizações para acolher adequadamente essas trabalhadoras após a licença-maternidade. Assim, o objetivo deste estudo é investigar a vivência de sofrimento no trabalho no retorno de mulheres ao ambiente laboral após a licença-maternidade, considerando as múltiplas dimensões emocionais envolvidas, as aflições decorrentes desse processo e os fatores organizacionais que contribuem para sua intensificação.

1. Materiais e Métodos

1.1 Tipo de estudo e participantes

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com a participação de 85 mulheres mães. Dentre essas, foram analisadas as respostas de 69 participantes que atenderam aos critérios de elegibilidade: vínculo empregatício no momento da gestação e idade do último filho(a) inferior a 24 meses. Tratou-se de uma amostra não probabilística por conveniência, recrutada por meio da técnica conhecida como bola de neve (snowball), na qual participantes iniciais indicavam outras mulheres com perfil semelhante.

1.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário on-line, elaborado no Google Forms, composto por 23 questões — sendo 7 fechadas, 6 abertas e 10 parcialmente abertas. As participantes foram convidadas a responder ao questionário por meio de redes sociais como Instagram, Facebook, WhatsApp e LinkedIn. Todas consentiram formalmente com sua participação, mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo seguiu os princípios éticos vigentes e obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 5.818.843).

1.3 Análise

Para este estudo, as questões fechadas e parcialmente abertas foram utilizadas apenas para caracterização das respondentes. Dentre as questões completamente abertas, apenas a última, a questão 23: "Escreva aqui um breve relato sobre o seu retorno ao trabalho", foi submetida à análise de conteúdo proposta por Bardin (Bardin, 2016). Com base nos relatos das mulheres, foram definidas duas categorias de análise inspiradas na abordagem da psicodinâmica do trabalho, elaboradas a posteriori (Quadro 1). As três etapas da análise de conteúdo (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados) foram conduzidas com o apoio do software ATLAS.ti, versão 25.

Quadro 1 – Descrição das categorias de análise

Categoria de análise	Descrição
Condições de trabalho	Aspectos geradores de sofrimento que estejam relacionados ao ambiente físico, ambiente biológico, condições de higiene, segurança e características antropométricas.
Organização do trabalho	Aspectos relacionados à divisão do trabalho, ao conteúdo da tarefa, ao sistema hierárquico, modalidades de comando, relações de poder e questões de responsabilidade.

Fonte: elaboração própria com base em Dejours (2015).

2. Resultados e discussão

No que se refere à caracterização das participantes, a maioria se declarou branca (81,9%), com pós-graduação completa (76,4%) e renda familiar superior a oito salários-mínimos (68,1%). A maior parte indicou ter apenas um filho (76,4%) e residir com o pai da criança (90,3%). Em termos profissionais, predominaram vínculos de maior estabilidade: 59,6% atuavam na mesma instituição há mais de seis anos. Quanto às práticas organizacionais voltadas à maternidade, 52,8% relataram que as empresas apenas cumpriram o que está previsto em lei, sem oferecer medidas adicionais de apoio.

As duas categorias analíticas construídas a partir dos relatos dialogam com a concepção de sofrimento no trabalho desenvolvida por Dejours (2015), segundo a qual esse sofrimento está associado ao confronto do sujeito com sua tarefa, quando essa

vivência ameaça sua integridade psíquica: “[...] aquilo que, no afrontamento do homem com sua tarefa, põe em perigo sua vida mental” (Dejours, 2015, p. 11).

Trata-se, portanto, de um sofrimento gerado pelas pressões, exigências e conflitos presentes nas organizações, ou seja, de vivências de situações estressantes no trabalho que podem ameaçar o equilíbrio psíquico do trabalhador e impactar sua saúde mental (Areosa, 2021; Rodrigues; Álvaro; Rondina, 2006). Assim, o sofrimento no trabalho está profundamente relacionado às condições de trabalho e à organização do ambiente laboral, que pode gerar um estado de tensão constante no trabalhador (Dos Anjos Bulhões; Canopf, 2023).

Isto posto, a primeira categoria de análise, condições de trabalho, vincula-se ao sofrimento decorrente do ambiente organizacional. Sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, esse sofrimento relaciona-se às condições do trabalhador e não necessariamente às condições objetivas do trabalho, uma vez que nem sempre há convergência entre ambas. Quando não há convergência, podem emergir sentimentos como insatisfação, frustração e medo (Dejours, 2015). Tal situação revela-se especialmente significativa no caso de mulheres que retornam ao trabalho após a licença-maternidade, pois enfrentam demandas específicas decorrentes de transformações não apenas psíquicas, mas também corporais.

A segunda categoria refere-se a aspectos relacionados à organização do trabalho, tais como a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, a estrutura hierárquica, as formas de comando, as relações de poder e as atribuições de responsabilidade. A insatisfação das trabalhadoras manifesta-se por meio de sentimentos como indignidade, inutilidade, desqualificação e, em alguns casos, experiências de natureza depressiva. Esses sentimentos são frequentemente acompanhados por estados de ansiedade e medo (Dejours, 2015).

A seguir, apresenta-se a análise das categorias condições de trabalho e organização do trabalho, ilustradas por depoimentos de participantes identificadas por numeração (R01 – Respondente 01), com o objetivo de preservar suas identidades.

2.1 Categoria condições de trabalho

Nos depoimentos, o principal aspecto apontado pelas respondentes, no que se refere às condições de trabalho, relaciona-se à amamentação e às especificidades do retorno ao

trabalho de mulheres que passaram pela gestação. Apesar do respaldo legal para a continuidade da amamentação, emergiram relatos sobre a ausência de locais adequados para extração e armazenamento de leite:

[...] minha empresa hoje não possui um local adequado para fazer a ordenha, armazenar e guardar o leite extraído. Logo, hoje tiro o leite e jogo no ralo, literalmente [...] (R40) [e,] Inicialmente tive dificuldade pela separação, em ficar tantas horas longe da bebê, e, também em ter tempo e local para extrair leite materno para enviar para a creche [...] (R54).

Ressalta-se que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde recomendam a amamentação exclusiva até os seis meses de idade. No entanto, a licença-maternidade obrigatória é de apenas 120 dias (quatro meses), tempo insuficiente para atender à recomendação. Os depoimentos evidenciam o desejo das trabalhadoras de manter a amamentação ao retornarem ao trabalho após a licença-maternidade, o que constitui mais um fator de tensão e angústia, dada a ausência de condições favoráveis para tal continuidade.

Além disso, os índices de aleitamento materno no Brasil estão aquém das recomendações da OMS. A prática mais comum até os seis meses de vida do bebê é o aleitamento misto, com uso de fórmulas infantis associado ao leite materno. O principal obstáculo para a manutenção do aleitamento materno exclusivo é a dedicação da mãe ao trabalho remunerado (Peres et al., 2022). Esses dados, além de alarmantes do ponto de vista da saúde infantil, revelam a ausência de condições reais para que as mulheres mantenham a amamentação exclusiva até os seis meses de idade, dificultando a melhoria dos indicadores nacionais.

Para além da inadequação dos espaços físicos destinados à extração e ao armazenamento de leite materno, os relatos também evidenciaram dor e desconforto físico resultantes das condições de trabalho oferecidas nas organizações. Ao retornar da licença-maternidade, o corpo da mulher que gestou continua produzindo leite na frequência anterior. Caso não haja possibilidade de extração adequada, podem surgir complicações de saúde para a mulher, como a mastite.

A seguir, dois relatos que ilustram as dores físicas decorrentes da produção de leite:

Eu me senti muito diferente, parecia que eu estava em um ambiente estranho, novo, o tempo todo eu queria estar em casa e não no trabalho. Era desconfortável, meu seio doía, eu não conseguia tirar leite, porque não tinha onde armazenar e não tinha lugar adequado. Enfim, os dois primeiros meses foram bem ruins, eu tive que me readaptar. (R60) [e,] Trabalho apenas uma vez presencialmente e ainda assim foi muito difícil ficar sem ver a minha filha o dia inteiro. Saio correndo, porque no final do dia ela já está berrando e eu não tenho como sair antes das 19h. Amamentação e fico com o peito lotado sem ter um local adequado para extração. [...] (R64)

Além da dor física relacionada à amamentação, os depoimentos de R60 e R64 evidenciam o impacto emocional causado pela necessidade de se afastar dos filhos em decorrência do retorno ao trabalho. Nesse contexto, a mulher vivencia angústia e sofrimento diante da mudança de sua relação com o bebê, sendo forçada a se distanciar dele durante a jornada laboral e a interromper a amamentação em livre demanda. Essa ruptura compromete a qualidade do cuidado e do tempo dedicado ao vínculo afetivo com o filho (Rodrigues et al., 2022).

Embora as condições de trabalho refiram-se majoritariamente ao conteúdo ergonômico (exigências físicas, químicas e biológicas), Dejours (2015) ressalta que a insatisfação com esses elementos não se limita ao desgaste físico. Ela pode, igualmente, acarretar sofrimento psíquico, fenômeno observado nos depoimentos que relatam a dificuldade em manter a amamentação.

Afora a especificidade do espaço adequado para extração do leite, o depoimento R44 denuncia a exposição da trabalhadora lactante a condições insalubres de trabalho, sendo orientada a realizar atendimentos em box de quimioterapia enquanto pacientes recebiam infusão. O fato de ser lactante não foi levado em consideração pela organização:

[...] não recebi nenhum incentivo por parte da empresa, ao contrário, precisei lidar com abusos morais. No retorno, não foi diferente... mesmo com a 1h para aleitamento, a carga de trabalho era maior, as

cobranças também, além de não ter local adequado para ordenha de leite materno e ter sido orientada a realizar atendimentos dentro de Box de quimioterapia (enquanto os pacientes recebiam a infusão). Fiquei 1 semana somente e pedi demissão, porque minha saúde mental valia mais e meu filho iria se beneficiar também. (R44)

Quando o trabalhador esgota os recursos de defesa contra as pressões externas (fixas ou intransponíveis), o que lhe ocasiona frustração, medo e impotência, estabelece-se o sofrimento patológico. Em situações extremas, surge o sofrimento residual, que mina a saúde mental e culmina no adoecimento psíquico (Dejours; Abdoucheli; Jayet, 1994). A pressão e o receio quanto à integridade física, com possíveis consequências para o bebê, levaram a respondente R44 a uma situação limite que resultou no pedido de demissão. Além dos aspectos ambientais, seu depoimento evidencia a insatisfação decorrente da organização do trabalho, manifestada pelo aumento da carga e das cobranças, aspectos que serão explorados no tópico a seguir.

2.2 Categoria organização do trabalho

Os depoimentos analisados sob a ótica da organização do trabalho evidenciam tanto a ausência de práticas que contribuam para a adaptação da trabalhadora que retorna da licença-maternidade, quanto estratégias que intensificam o seu sofrimento. Tais preocupações são intrínsecas à realidade dessas mulheres, envolvendo a manutenção da amamentação e a logística entre o cuidado com os filhos e o emprego.

2.2.1 Rigidez na organização do trabalho

No quesito amamentação, a rigidez da organização laboral, sobretudo quanto a horários e locais, torna-se um fator que potencializa o sofrimento daquelas que desejam manter o aleitamento, manifestando-se por meio de ansiedade e culpa:

Como trabalho em regime de plantão consigo organizar quais dias eu trabalho e no momento apenas dois quando um deles passo 24 horas fora de casa. As noites são a minha maior preocupação, uma vez que ela sente falta de mamar pela madrugada [...] (R03) [...] Foi estressante e triste porque eu tive que cumprir a carga horária integral e não

estava mais acostumada [...]. Não conseguia me desligar direito da criança devido às diversas preocupações, mesmo ela estando com pessoas da minha confiança. A amamentação diminuiu devido ao tempo fora de casa. Não tive um período de adaptação pós-licença (R08). [;] Meu retorno foi precedido de muita ansiedade [...]. Também tive preocupações com a amamentação, pois minha filha ainda é muito dependente do leite materno e não mama fórmula (R10) [e,] Não tive 1h para manutenção da amamentação até 1 ano, o fato de ter filhos não foi levado em consideração no planejamento da escala de trabalho (R56).

O sentido do trabalho envolve diversos elementos que contribuem para a imagem de si do trabalhador. O processo de adaptação do conteúdo da tarefa às competências reais do sujeito pode ocasionar um subemprego de sua capacidade ou, inversamente, colocá-lo em uma situação de complexidade que gera o risco de fracasso. Ambas as situações levam ao sofrimento (Dejours, 2015).

2.2.2 Aumento de responsabilidades organizacionais

O aumento de responsabilidades organizacionais, sem considerar as especificidades da realidade materna, resultou em sentimentos contraditórios, conforme verificado nos depoimentos a seguir:

Infelizmente a empresa na qual eu trabalhava não era preparada para receber e acolher colaboradoras no retorno de maternidade. No retorno, gostariam que ampliassem minha equipe agregando mais unidades na minha gestão com a justificativa que eu sou competente. Na minha ausência os problemas foram se acumulando e no retorno tudo era urgente para resolver. Não ocorreu uma conversa para saber como eu estava e minhas necessidades naquele momento para equilibrarmos com as da empresa. [...] Enfim, reavaliei minhas prioridades e solicitei um acordo, queriam aumentar meu salário e responsabilidades como forma de me reter, rsrs logo vimos com essa atitude que a empresa não entendeu nada. (R24) [e] Fui muito bem

recebida no retorno, voltei para o mesmo setor, mas para ficar em trabalho híbrido tive que assumir uma função de chefia, o que causou bastante estresse. [...] (R38).

O retorno ao trabalho após o nascimento do bebê é marcado por mudanças na rotina das pessoas, especialmente a das mulheres. Tais mudanças intensificam o cansaço físico em função das funções exigidas pelos múltiplos papéis que essas mulheres desempenham o que reforça a necessidade de um processo de adaptação no retorno ao trabalho dessas trabalhadoras (Garcia; Vieceili, 2018).

Se, por um lado, o aumento da carga de responsabilidade com promoções aparente algo positivo, como uma espécie de recompensa ou valorização do trabalho dessas mulheres, por outro, quando não acompanhadas de políticas concretas voltadas à maternidade, as coloca em situação de mais estresse. Isso ocorre na medida em que essas promoções vêm acompanhadas de excesso de pressão que intensificam as dificuldades para lidar com as demandas profissionais e pessoais, o que pode levar a um estado de estresse constante das trabalhadoras e, consequentemente, afetar a saúde mental delas além de levar à pedidos de demissão.

Ademais, a flexibilização de local de trabalho quando condicionada à uma contrapartida não se trata de uma política da organização voltada à adaptação da trabalhadora após a licença-maternidade, ao contrário, intensifica o estresse no trabalho, mascara a atitude organizacional violenta além de transferir para a trabalhadora a responsabilização por qualquer tipo de adoecimento ou baixo desempenho, estimulando a ideologia da vergonha. Segundo Dejours (2015) trata-se de um mecanismo coletivo que promove a culpabilização do trabalhador pelo próprio adoecimento, o que dificulta o reconhecimento das causas organizacionais do sofrimento e impede a mobilização coletiva para a transformação das condições de trabalho.

Além disso, quando as pressões derivadas dos papéis socialmente atribuídos se somam às exigências e contradições do ambiente de trabalho, são ampliadas as possibilidades de sofrimento psíquico e sofrimento no trabalho que pode ser agravado pela falta de reconhecimento e pelo excesso de exigências.

Ainda, a falta de apoio organizacional com uma mediação gerencial para conduzir e acolher a trabalhadora em seu retorno ao ambiente laboral potencializa o sofrimento

nesse processo. Tais situações provocam aflição nas trabalhadoras, gerando nelas ansiedade e angústia, repercutindo em desequilíbrio mental, o qual pode ocasionar doenças psíquicas ou somáticas. Por sua vez, tal desequilíbrio afeta a produtividade das trabalhadoras e, inclusive, pode até, as levar ao abandono do emprego (Toledo; Martins; Gonçalves, 2023), como ocorreu com a respondente 24.

2.2.3 Ausência de reconhecimento profissional

Alguns depoimentos evidenciaram sintomas de sofrimento por meio dos sentimentos de indignidade e inutilidade. Enquanto a indignidade nasce do contato com uma tarefa desinteressante, que leva a uma ausência de significado na execução do trabalho contribuindo para a formação de uma autoimagem sem vida, a inutilidade remete a uma falta de qualificação e finalidade do trabalho, levando a trabalhadora a não identificar o sentido de seu trabalho para a organização ou humanidade (Dejours, 2015).

Esses traços podem ser evidenciados por ações organizacionais que reduzem demandas de forma velada e excluem as trabalhadoras de atividades, resultando em tensão, insegurança e medo:

Percebi uma ausência de demanda direcionada para mim e, claramente, tive que me esforçar em demasia para que a empresa tivesse interesse em me manter em seus quadros. Passei por um novo período de teste, nova avaliação mesmo trabalhando lá há quase uma década (R06) [;] [...] Trabalho longe, 100% presencial, com assédio moral – como se minhas capacidades técnicas estivessem eliminadas e os demais fossem melhores que eu (R66) [e,] Me sinto bastante insegura. Em algumas situações não sou envolvida por ter “menos disponibilidade” que os demais profissionais que não tem filhos (R68).

O sentido atribuído ao trabalho é fundamental para analisar suas relações com o sofrimento. Refere-se à conexão entre a atividade laboral e a construção da identidade, do propósito de vida e da integração social do trabalhador. Quando o trabalho é percebido como significativo, pode contribuir para a saúde mental e o bem-estar; porém, sua ausência ou fragilidade pode favorecer o sofrimento e o questionamento do próprio papel profissional (Rosso; Dekas; Wrzesniewski, 2010), como ocorreu com R66.

Outrossim, a busca pelo sentido no trabalho é um movimento ativo do sujeito, influenciado pela interação entre características individuais, organizacionais e sociais, e a falta de reconhecimento e de autonomia no ambiente laboral pode corroer tanto a motivação quanto a integridade psicológica do trabalhador (Lips-Wiersma; Wright, 2012).

Minha gravidez não foi planejada e eu engravidei quando estava liderando uma equipe em um projeto importante no meu trabalho. Além disso, eu gostava muito de desempenhar as funções que me eram atribuídas, afinal, me dediquei muito para chegar onde estava. Mas quando minha chefia descobriu minha gravidez, me chamaram em uma reunião e disseram que eu não poderia mais liderar [...]. Meu chefe só não me exonerou antes do cargo de chefia porque não podia. [...], mas no primeiro dia após o fim da minha licença de aleitamento (3 meses após a minha licença-maternidade) ele deu entrada nos papéis para minha exoneração. Era como se eu não tivesse mais capacidade para liderar porque tinha um bebê. [...] (R19) [e,] Quando retornei a minha função, meu superior imediato não se comunicava comigo, retirou minhas funções e me transferiu para outros setores até que o período de estabilidade terminasse para poder me demitir (R45).

A demissão de mulheres após o retorno da licença-maternidade é muito comum. Cerca de 50% das mulheres são demitidas até dois anos após o fim da licença-maternidade. Além da falta de apoio para conciliar as demandas maternas e profissionais são comuns práticas de assédio moral ou pressão para pedir demissão (Machado; Neto, 2016).

Apesar da importância da legislação para assegurar direitos, apenas o respaldo normativo não é suficiente para garantia da estabilidade no emprego de trabalhadoras que são mães, uma vez que as organizações aguardam o período de estabilidade legal terminar para demitir ou exonerar as funcionárias.

A chegada de um bebê tem peculiaridades vivenciadas apenas por pessoas que gestam e exige muito do psiquismo. Na fase de retorno ao trabalho, o afastamento físico do filho(a) pode gerar tristeza, enquanto a percepção de que o trabalho limita o tempo

dedicado à criança reforça o sentimento de culpa. Iaconelli (2024) aponta que esse sofrimento vivenciado pelas mães recém-nascidas decorre de um sentimento de fragilidade, da necessidade de lidar com perdas e adaptações que, com frequência, são incompreendidas. Nesse sentido, o ambiente laboral pode intensificar o sofrimento ao tratar a gravidez e a maternidade como obstáculos à produtividade, dificultando o reconhecimento do valor das trabalhadoras, o que, segundo Dejours (2015), é fundamental para a saúde mental no trabalho.

Mesmo em instituições cuja organização do trabalho incorpora políticas organizacionais mais sensíveis ao retorno ao trabalho após a maternidade, as trabalhadoras ainda sentem dificuldade e sofrem. No entanto, as políticas como flexibilização de horário e condições favoráveis à manutenção da amamentação são fatores que contribuem para amenizar o sofrimento dessas trabalhadoras e auxiliar no processo de adaptação ao trabalho após a licença-maternidade:

Voltei na semana de introdução alimentar da minha bebê. Como o local de trabalho é distante da minha casa, foi difícil me imaginar 12 horas longe de alguém que estava 24 horas comigo. A equipe tinha mudado, não conhecia a todos. Me senti um peixe fora d'água. A única mãe da minha equipe com um chefe que já tinha mudado outra mãe de área. Atuo na área financeira, cercada de homens e sentia que não conseguia me encaixar, mas aos poucos, essa sensação foi substituída pela sensação de retomar minha vida, minhas atividades e ter planos além da maternidade. Fui acolhida por mães de outras áreas e me adaptando a nova realidade. Gosto do fato de estar 3 dias em home office e analiso oportunidades 100% remoto, mas dificilmente, voltaria 100% presencial. Tenho uma sala para extrair leite e armazenar, não quero interromper a amamentação até os 2 anos da bebê. Com meu salário pago a babá, mas não sobra muita coisa para outras despesas. Já pensei em deixar minha carreira, mas sei que seria muito difícil me realocar depois de algum tempo longe do mercado. E, não gostaria de depender financeiramente do meu marido. (R04)

Apesar do sofrimento psíquico relacionado ao retorno ao trabalho e distanciamento dos filhos, o trabalho permanece uma necessidade para as mulheres. Para essas trabalhadoras, o emprego representa não apenas uma fonte de renda, mas também uma garantia de estabilidade e segurança para si e para a família. Nessa realidade, as dificuldades enfrentadas decorrentes da necessidade de adaptação à nova realidade, pode surgir o medo da perda do emprego e da consequente insegurança financeira. Esse sofrimento é intensificado pelo risco de não reconhecimento e pela ameaça de exclusão do ambiente de trabalho, elementos centrais na psicodinâmica do trabalho (Andrade; Pereira; Baccelli, 2024; Garcia; Viecili, 2018).

Contudo, empregadores que são mais sensíveis às preferências de trabalho de uma nova mãe podem contribuir para o processo de adaptação dessa mulher à nova realidade e, portanto, contribuir para reduzir os possíveis efeitos negativos (Silva; Motta, 2024). Políticas que contribuem para o bem-estar materno como opções flexíveis de local (trabalho remoto) e horários de trabalho, e, também, emprego em meio período, mas, centrado na necessidade e realidade da mulher (Holmes; Erickson; Hill, 2012) são algumas iniciativas que apresentam resultados efetivos e contribuem para reduzir o sofrimento decorrente do retorno ao trabalho após a licença-maternidade.

Cabe destacar ainda a importância da identificação coletiva apontada pela respondente 04. A articulação e aproximação de outras mães foi um fator que contribuiu para o processo de adaptação e redução do sofrimento vivenciado por ela no retorno ao trabalho.

Como visto, o sofrimento no trabalho para as mulheres constitui-se em um processo contínuo de enfrentamento das contradições e exigências impostas tanto pelo ambiente laboral quanto pelas demandas sociais e familiares. Segundo Dejours (2015), esse sofrimento pode ser transformado em adoecimento psíquico ou físico quando não há espaço para elaboração coletiva ou reconhecimento das dificuldades vividas. Essas elaborações, conforme a psicodinâmica do trabalho, são essenciais para evitar que o sofrimento se converta em patologias e para possibilitar a ressignificação das experiências adversas no cotidiano profissional.

Por fim, ignorar o sofrimento das trabalhadoras que retornam ao trabalho após a maternidade de forma a não considerar que existe necessidade de adaptação nesse retorno é um problema. É o reconhecimento do trabalho que dá sentido ao sofrimento no trabalho,

ou seja, que dá sentido às angústias, decepções, dúvidas. Quando não há esse reconhecimento o sujeito fica ‘reduzido’ ao próprio sofrimento e isso pode acarretar uma série de problemas psíquicos (Dejours, 2007), o que é evidenciado na realidade de trabalhadoras que retornam ao trabalho após a licença-maternidade.

3. Conclusões

Esse estudo investigou a experiência de sofrimento no trabalho vivida por mulheres no retorno ao trabalho após a licença-maternidade, considerando múltiplas dimensões emocionais, aflições e fatores organizacionais que contribuem para esse processo. O retorno ao trabalho após o nascimento de um filho configura-se como um período delicado e, por vezes, contraditório, marcado por transformações subjetivas e desafios práticos. Trata-se de uma vivência atravessada por especificidades que, por si só, podem gerar sofrimento, frequentemente agravado por práticas organizacionais ou pela ausência de políticas adequadas.

No que se refere às condições de trabalho, evidenciou-se a ausência de infraestrutura adequada para a extração e o armazenamento de leite materno, situação que gerou não apenas dores físicas, mas também angústias relacionadas à manutenção da amamentação, intensificando o sofrimento das trabalhadoras. Em relação à organização do trabalho, observou-se a escassez de medidas que levem em conta as necessidades de adaptação da trabalhadora à nova realidade da maternidade. A falta de flexibilização de horários e locais de trabalho, aumento das responsabilidades e a ausência de reconhecimento foram elementos identificados como agravantes de sentimentos de ansiedade, culpa, angústia, tensão, insegurança, medo, além de experiências de indignidade e inutilidade que, em alguns casos, esvaziaram o sentido atribuído ao trabalho.

A criação de espaços de diálogo coletivo entre mães trabalhadoras pode ser uma iniciativa relevante para apoiar o processo de reinserção após a licença-maternidade. A articulação entre mulheres que compartilham realidades semelhantes pode favorecer a construção de rede de apoio e fortalecimento. No entanto, conforme alerta Dejours (2007), tais iniciativas não devem se converter em armadilhas defensivas que silenciaram as contradições no contexto laboral.

Cabe destacar que este estudo não se dedicou à análise do sofrimento associado à idealização social difundida pelo discurso maternalista pela psicanalista Vera Iaconelli. Embora tal idealização possa potencializar o sofrimento decorrente do afastamento do bebê e do retorno ao trabalho, o foco da pesquisa concentrou-se nos determinantes organizacionais do sofrimento, à luz da psicodinâmica do trabalho proposta por Dejours. Igualmente, não se trata aqui de questionar a competência das mulheres no desempenho de suas funções após a maternidade, mas de reconhecer que a experiência da maternidade impõe especificidades que devem ser consideradas no contexto laboral para que essas mulheres não sejam penalizadas ou submetidas às contradições geradas pela sobreposição de responsabilidades em diferentes esferas da vida.

Como contribuição, este estudo reforça a necessidade de políticas organizacionais sensíveis às demandas das mães trabalhadoras, que ultrapassem o mero cumprimento da lei e promovam transformações estruturais e culturais capazes de reduzir o sofrimento no trabalho alinhadas com políticas governamentais. Essa agenda deve estar articulada a políticas públicas efetivas, uma vez que a legislação, por si só, tem se mostrado insuficiente para garantir a estabilidade no emprego e a proteção à saúde dessas mulheres.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o recorte da amostra, composta predominantemente de mulheres brancas e de classe média, bem como a ausência de dados oriundos das próprias organizações empregadoras. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise da realidade de mulheres de outros extratos sociais, bem como explorem o papel do suporte organizacional em diferentes contextos laborais, ampliando a discussão sobre saúde mental, bem-estar e equidade no retorno da licença-maternidade.

4. Referências

ALEXANDRE, M. P. C. *O direito social ao trabalho e à proteção à maternidade: redimensionando as políticas públicas existentes e ajudando a construir novas a partir do princípio da eficiência econômico-social, do valor-princípio fraternidade e da psicologia do desenvolvimento humano*. 2023. 218 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251441>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ANDRADE, C. de J.; PEREIRA, A. F.; BACCELLI, M. S. Estratégias defensivas utilizadas frente à conciliação maternidade e trabalho: (re)pensando o caso das profissionais de educação. *Revista Organizações em Contexto*, São Bernardo do Campo,

v. 20, n. 40, p. 301-322, 2024. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/organizacaoemcontexto/article/view/1314>.

Acesso em: 15 jul. 2025.

ANDRADE, C. de J.; PRAUN, L. D.; AVOGLIA, H. R. C. O sentido do trabalho para mulheres após a licença-maternidade: um estudo com profissionais de educação. *Seminário: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 39, n. 2, p. 147-158, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/33900>. Acesso em: 15 jul. 2025.

AREOSA, J. Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. *Katálisis*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-330, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77288>. Acesso em: 10 maio 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943.

CASMIRO, P.; MOURA, R. *Crise na saúde mental*: Brasil tem maior nível de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. G1, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2025.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho*: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DOS ANJOS BULHÕES, H.; CANOPF, L. Sofrer ou não sofrer, eis a questão: estratégias defensivas ao sofrimento no trabalho. *Organização Sistêmica*, [S. l.], v. 12, n. 21, p. 2-16, 2023. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistaorganizacaoSistemica/index.php/organizacaoSistemica/article/view/524>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GARCIA, C. F.; VIECILI, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 271-280, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira*

de *Estudos de População*, v. 36, e0090, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0090>. Acesso em: 15 jul. 2025.

HIRATA, H.; SOEIRO, J.; CRUZ, S. A. A divisão entre a produção e o trabalho reprodutivo tem que ser suprimida: é a produção do viver que caracteriza o trabalho. *Sociologia*, Porto, 2022. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/12895>. Acesso em: 15 jul. 2025.

HOLMES, E. K.; ERICKSON, J. J.; HILL, E. J. Doing what she thinks is best: maternal psychological wellbeing and attaining desired work situations. *Human Relations*, London, v. 65, n. 4, p. 501-522, abr. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726711431351>. Acesso em: 8 ago. 2023.

IACONELLI, V. *Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

IACONELLI, V. *Felicidade ordinária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

LIPS-WIERSMA, M.; WRIGHT, S. Measuring the meaning of meaningful work: development and validation of the Comprehensive Meaningful Work Scale (CMWS). *Group & Organization Management*, Thousand Oaks, v. 37, n. 5, p. 655-685, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1059601112461578>. Acesso em: 12 maio 2025.

MACHADO, C.; NETO, V. P. *The labor market consequences of maternity leave policies: evidence from Brazil*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/43de8bd0-cf35-4299-bdd2-9c511ee5b8d9/content>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MORONTE, E. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. de. Organização do trabalho e adoecimento dos bancários: uma revisão de literatura. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 128, p. 216-233, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112817>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PERES, J. F.; CARVALHO, A. R. da S.; VIEIRA, C. S. et al. Percepções dos profissionais de saúde acerca dos fatores biopsicossocioculturais relacionados com o aleitamento materno. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 128, p. 141-151, 2022. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/3500>. Acesso em: 17 jul. 2025.

RODRIGUES, L. N.; CHRISTOFFEL, M. M.; SMEHA, L. N. et al. Acolhimento e desafios no retorno ao trabalho após a licença-maternidade em uma instituição de ensino. *Revista de Enfermagem da UFSM*, Santa Maria, v. 12, e44, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/68966>. Acesso em: 17 jul. 2025.

RODRIGUES, P. F.; ÁLVARO, A. L. T.; RONDINA, R. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 1-8, 2006. Disponível em: https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/lh21p1iEajxIWcK_2013-5-10-15-30-2.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

ROSSO, B. D.; DEKAS, K. H.; WRZESNIEWSKI, A. On the meaning of work: a theoretical integration and review. *Research in Organizational Behavior*, [S. l.], v. 30, p. 91-127, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.riob.2010.09.001>. Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, N. T. da; MOTTA, A. C. de G. D. Perspectiva materna dos desafios do retorno ao trabalho. *BOCA*, [S. l.], v. 19, n. 55, p. 395-419, 2024. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/5262>. Acesso em: 5 ago. 2025.

TOLEDO, J. de S.; MARTINS, J. T.; GONÇALVES, J. Percepções de mulheres sobre gestação e os sentidos do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 26, e-184737, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/184737>. Acesso em: 15 jul. 2025.

REZANDO PELA CARTILHA FREUDIANA: A FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE POR INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Nilton Rodrigues Junior¹

Resumo: A relação entre instituições religiosas e a formação em psicanálise constitui um fenômeno ainda pouco explorado na literatura brasileira, apesar de sua crescente visibilidade. Nas últimas décadas, igrejas, seminários, faculdades confessionais e institutos teológicos passaram a ofertar cursos de psicanálise. Um levantamento preliminar identificou mais de vinte instituições religiosas que divulgam essa formação, suscitando questões epistemológicas, políticas e profissionais. À luz da Resolução CFP nº 7/2023, que reafirma a laicidade como princípio da Psicologia e veda a associação entre práticas psicológicas e doutrinas religiosas, esse fenômeno demanda investigação sistemática. Este projeto busca compreender como essas instituições estruturam seus cursos, quais conteúdos privilegiam, que identidade profissional projetam e quais racionalidades sustentam a aproximação entre psicanálise e religião. A hipótese é que realizam uma apropriação seletiva da psicanálise, incorporando conceitos compatíveis com suas doutrinas, excluindo aspectos conflitantes e reorganizando a formação para produzir modelos híbridos que reforcem autoridade pastoral e legitimidade institucional. A pesquisa será desenvolvida por meio de levantamento documental e análise de conteúdo. O corpus compreenderá sites, ementas, regulamentos, materiais de divulgação, documentos institucionais e, quando possível, entrevistas com coordenadores ou docentes. A análise será organizada em dois eixos: um horizontal, dedicado à descrição das ofertas formativas de cada instituição; e outro vertical, comparativo, confrontando esses modelos com parâmetros historicamente adotados por escolas e sociedades psicanalíticas reconhecidas. Espera-se contribuir para o debate sobre laicidade e regulação do cuidado, compreender a circulação da psicanálise fora de seus circuitos tradicionais e analisar as transformações contemporâneas nas relações entre religião, ciência e subjetividade, evidenciando como discursos psicanalíticos são apropriados e ressignificados em contextos religiosos.

Palavras-chave: Psicanálise. Instituições religiosas. Formação.

¹ Pós-doutorado em Teologia pela PUC/Rio. Doutor e Mestre em Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Docente da Universidade Estácio de Sá. Bolsista do Programa Pesquisa, Produtividade, Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – UNESA. E-mail: niltonjunior ofs@gmail.com.

PRAYING FOR THE FREUDIAN BOOKLET: PSYCHOANALYSIS TRAINING BY RELIGIOUS INSTITUTIONS

Abstract: The relationship between religious institutions and training in psychoanalysis is a phenomenon that has not yet been explored in Brazilian literature, despite its growing visibility. In recent decades, churches, seminaries, confessional colleges and theological institutes have started to offer psychoanalysis courses. A preliminary survey identified more than twenty religious institutions that disseminate this formation, raising epistemological, political and professional questions. In light of CFP Resolution nº 7/2023, which reaffirms secularism as a principle of Psychology and prohibits the association between psychological practices and religious doctrines, this phenomenon demands systematic investigation. This project seeks to understand how these institutions structure their courses, what contents they privilege, what professional identity they project and what rationalities sustain the approximation between psychoanalysis and religion. The hypothesis is that they carry out a selective appropriation of psychoanalysis, incorporating concepts compatible with its doctrines, excluding conflicting aspects and reorganizing training to produce hybrid models that reinforce pastoral authority and institutional legitimacy. The research will be developed through documentary survey and content analysis. The corpus will comprise websites, menus, regulations, dissemination materials, institutional documents and, when possible, interviews with coordinators or professors. The analysis will be organized in two axes: a horizontal one, dedicated to the description of the training offers of each institution; and the other vertical, comparative, confronting these models with parameters historically adopted by recognized psychoanalytic schools and societies. It is expected to contribute to the debate on secularism and regulation of care, to understand the circulation of psychoanalysis outside its traditional circuits and to analyze the contemporary transformations in the relations between religion, science and subjectivity, evidencing how psychoanalytic discourses are appropriated and resignified in religious contexts.

Keywords: Psychoanalysis. Religious institutions. Training.

Introdução

Esse artigo é o resultado preliminar de um programa de pesquisa mais amplo dedicado a formação da psicanálise oferecida por instituições religiosas. Seu objetivo é apresentar as primeiras impressões sobre o tema, bem como a hipótese que orienta o estudo, seus fundamentos teóricos e indicar as inquietações que orientam o desenvolvimento da investigação.

Lacan ao tratar, em diversos lugares de sua obra, da formação do analista, afirmou na sua *Proposição de 9 de outubro de 1967* que “o psicanalista só se autoriza de si (...) isso não impede que a Escola garanta que um analista depende de sua formação” (Lacan,

2003, p. 248). Seis anos depois, em a *Nota Italiana* afirmou: “Autorizar-se não é autorizar-se. Pois afirmei, por outro lado, que é do não-todo que depende o analista (...) a análise é necessária para tanto, mas não é suficiente. Somente o analista, ou seja, não qualquer um, autoriza-se apenas de si mesmo” (Lacan, 2003, p. 312).

A partir dessa inquietação – quem autoriza o psicanalista? – é que me debruço sobre o tema da minha pesquisa: a oferta de cursos de formação em psicanálise promovidas por instituições religiosas.

A expansão da psicanálise para além das instituições tradicionalmente vinculadas ao seu ensino tem produzido novas formas de transmissão e formação. Entre elas, destaca-se a crescente oferta de cursos de formação e especialização em psicanálise promovidos por instituições religiosas, fenômeno que tem despertado interesse tanto pelo aumento quantitativo dessas iniciativas quanto pelas questões teóricas e institucionais que suscitam. Trata-se de um campo ainda pouco explorado pela literatura acadêmica, especialmente no que se refere às relações entre saber psicanalítico, formação do analista e pertencimento religioso.

Nesse contexto, interessa-nos investigar de que modo essas instituições se apropriam dos conceitos, autores e práticas da tradição psicanalítica, bem como os critérios que mobilizam para legitimar seus processos formativos. Partimos da hipótese de que a inserção da psicanálise em ambientes confessionais produz tensões e articulações singulares entre a lógica da fé, os dispositivos de ensino e a ética própria da psicanálise. Assim, mais do que avaliar tais experiências, buscamos compreender as condições históricas, discursivas e institucionais que tornam possível a emergência desse fenômeno na contemporaneidade

1. Religião e dispositivos de cuidado

No contexto brasileiro contemporâneo, instituições religiosas continuam desempenhando papel central como espaços de acolhimento subjetivo, escuta e orientação existencial, sobretudo em territórios marcados por desigualdades sociais e limitada oferta de serviços formais de saúde mental. Em muitos desses contextos, práticas pastorais e aconselhamento espiritual funcionam como dispositivos primários de cuidado psíquico, constituindo redes informais de apoio que antecedem ou substituem a procura por atendimento clínico especializado. É nesse cenário que se observa a crescente

incorporação do vocabulário e de referenciais conceituais da psicanálise por instituições religiosas, que passam a estruturar cursos, formações e atividades de orientação baseadas, ao menos nominalmente, nesse repertório teórico. Tal movimento sugere não apenas uma circulação ampliada do saber psicanalítico fora de seus circuitos tradicionais (Sociedades e Escolas), mas também a emergência de formas híbridas de cuidado que articulam espiritualidade, escuta subjetiva e linguagem psicanalítica. Investigar essas experiências torna-se, portanto, relevante não apenas para a compreensão das relações entre psicanálise e religião, mas também para a análise de seus efeitos sociais concretos, especialmente no que diz respeito às práticas comunitárias de acolhimento, à produção de sentidos sobre sofrimento psíquico e às modalidades de cuidado disponíveis em espaços religiosos. Ao situar essas formações no cruzamento entre saúde, espiritualidade e intervenção comunitária, buscamos contribuir para o entendimento das transformações contemporâneas nos modos de atenção ao sofrimento humano, evidenciando como diferentes regimes de saber se articulam na construção de respostas sociais à demanda por escuta, orientação e cuidado.

Em maio de 2013, o GT Nacional Laicidade e Psicologia do Sistema Conselhos, que reúne o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais, publicou um posicionamento aprovado na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças. O documento estabelece diretrizes sobre as relações entre psicologia, religião e espiritualidade e reafirma que, por integrar o conjunto de instituições responsáveis pela preservação do Estado de Direito, a Psicologia deve orientar suas práticas conforme o princípio constitucional da laicidade. Tal compromisso fundamenta as ações de orientação, fiscalização e regulamentação da profissão, constituindo, segundo o próprio texto, parte indissociável do “compromisso social da Psicologia”. O documento acrescenta ainda a necessidade de “toda cautela para que seus conhecimentos, fundamentados na laicidade da ciência, não se confundam com os conhecimentos dogmáticos da religião”.

A Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 7/2023, que estabelece normas para o exercício profissional quanto ao caráter laico da prática psicológica, pois oferece o marco normativo contemporâneo a partir do qual se torna possível compreender, problematizar e analisar criticamente as ofertas de cursos de psicanálise por instituições religiosas. Ao reafirmar que a psicóloga e o psicólogo devem pautar sua atuação na

laicidade do Estado e da Ciência, e vedar explicitamente a associação de conceitos, métodos e técnicas psicológicas a crenças religiosas, a Resolução delinea os limites institucionais que regulam a interface entre saber psicológico, práticas formativas e fenômeno religioso. Seu texto nos permite situar o campo das disputas contemporâneas sobre a legitimidade, a regulação e a circulação do saber psicanalítico fora das instituições oficialmente reconhecidas, oferecendo subsídios para interpretar as tensões entre formação laica, produção de subjetividades e práticas de ensino que reivindicam o estatuto de psicanálise.

2. Psicanálise e religião: estado da arte e metodologias

Se, no campo da Psicologia, a laicidade aparece como condição normativa, no campo da Psicanálise o debate assume contornos históricos específicos. Freud estabeleceu, entre 1909 e 1913, um diálogo consistente com o pastor protestante Oskar Pfister, a quem escreveu, em 9/2/1909, que “a psicanálise em si não é religiosa nem antirreligiosa” (Freud, 1998, p. 25). Em outra missiva, em 25/11/1928, Freud reafirma sua posição ao assinalar o desejo de “proteger a análise dos médicos [...] e dos sacerdotes”, defendendo sua prática por uma categoria laica de “curadores da alma” que “não necessitam ser médicos e não podem ser sacerdotes” (Freud, 1998, p. 167). A partir dessas formulações, a laicidade, ainda que nem sempre tematizada explicitamente, tornou-se um princípio operativo amplamente reconhecido pelas diferentes tradições psicanalíticas.

Desde sua fundação, a Psicanálise se constituiu mediante a participação de múltiplos atores e instituições que, embora muitas vezes concorrentes, convergem quanto a certos critérios mínimos a respeito da formação psicanalítica: análise pessoal, supervisão por analistas experientes e fundamentação teórica sólida. Freud, em seu texto *Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades?*, de 1909, afirmou o seguinte sobre a formação dos psicanalistas:

O que ele necessita teoricamente pode ser obtido na literatura especializada e aprofundado nas reuniões científicas das sociedades psicanalíticas, assim como na troca de ideias com os membros mais experientes. Quanto à experiência prática, além do que aprende na análise pessoal ele adquire ao tratar pacientes, sob aconselhamento e supervisão de colegas já reconhecidos (Freud, 2010, p. 378).

Esses elementos, reconhecidos internacionalmente como o chamado “tripé” da formação psicanalítica, pressupõem uma transmissão ancorada em dispositivos específicos e, historicamente, distanciada de enquadramentos religiosos.

É nesse ponto que emerge uma questão central de nosso artigo: em que medida a Psicanálise pode ser ensinada por instituições religiosas que afirmam utilizar integralmente o instrumental psicanalítico? Ou, de modo mais direto: o que diferencia a transmissão psicanalítica realizada por escolas e sociedades reconhecidas no campo da Psicanálise daquela oferecida por instituições confessionais?

Em um levantamento preliminar foram identificadas mais de vinte instituições religiosas, como igrejas, seminários e institutos, oferecendo cursos teóricos e até formações psicanalíticas fundamentadas, ao menos formalmente, no tripé freudiano². A análise dos sítios eletrônicos dessas instituições evidencia um quadro heterogêneo: algumas oferecem cursos livres de introdução à Psicanálise; outras afirmam oferecer formação completa, adotando nominalmente o tripé freudiano. Contudo, permanecem pouco claras as bases epistemológicas, metodológicas e institucionais que orientam tais ofertas. Essa opacidade reforça a necessidade de novas pesquisas, que permitam compreender de modo rigoroso as formas de apropriação, reelaboração e transmissão da Psicanálise no interior de instituições religiosas. Questões importantes que podem dirigir tais investigações: afinal, o que exatamente essas instituições entendem por Psicanálise? Quais critérios formativos elas adotam? E, sobretudo, em que medida tais critérios convergem ou divergem dos parâmetros historicamente legitimados pelas escolas e sociedades psicanalíticas?

Em síntese, a proliferação de instituições religiosas que afirmam ensinar ou formar psicanalistas levanta questões decisivas para a compreensão das fronteiras, tensões e acomodações entre Psicanálise e religião no Brasil contemporâneo. Mapear esses

² (1) Filemon Escola Superior de Teologia, (2) Centro Teológico Psicanalítico, (3) Faculdade Teologia Fama, (4) Seminário de Educação Teológica Kerigma Didache, (5) Seminário Teológico Evangélico e Psicanalítico do Rio de Janeiro, (6) Instituto de Educação Teológica de São Paulo, (7) Instituto Bereano de Teologia, (8) Faculdade de Teologia e Filosofia Nacional, (9) Portal da Formação Teológica, (10) Instituto Gamaliel, (11) Instituto Educacional de Teologia Evangélica, (12) Instituto de Educação Escola de Profetas Logos e Rhema, (13) Faculdade Teológica e Cultural da Bahia, (14) Instituto Bíblico das Assembleias de Deus no Estado do Rio de Janeiro, (15) Instituto Teológico Peniel, (16) Faculdade de Teologia e Ciência, (17) FATEF, (18) Igreja Comunidade Messiânica, (19) Universidade Cristã do Brasil, (20) Instituto Yahweh, (21) Escola Teológica Seminário Bíblico, (22) Faculdade Unida do Brasil, (23) Faculdade Livre Teológica Brasileira, (24) Instituto Educacional Videira, (25) Faculdade Vitória em Cristo, (26) Instituto Onari.

espaços, descrever seus modos de operação e analisar criticamente as racionalidades que os sustentam constitui, portanto, uma tarefa indispensável para compreender as articulações realizadas entre a apropriação da Psicanálise e o acolhimento do sofrimento psíquico por parte dessas instituições.

Em nossa revisão bibliográfica encontramos uma enorme lacuna acerca da bibliografia que trata das relações entre a formação em Psicanálise e as Religiões. A quase totalidade dos textos pesquisados tratam da interpretação psicanalítica do fenômeno religioso. O próprio Freud não dispensou atenção a essa relação, preferindo empreender uma análise profunda do fenômeno religioso. Os principais textos de Freud que tratam da religião são: *Atos obsessivos e práticas religiosas* (1907); *Totem e tabu* (1913); *O futuro de uma ilusão* (1930); *Uma experiência religiosa* (1928); *Moisés e o monoteísmo* (1939); *Um comentário sobre o antissemitismo* (1938).

Contudo, não pretendemos tratar, em nosso artigo, da análise psicanalítica da religião, mas da oferta de formação psicanalítica por parte de instituições religiosas, optamos por não trazer para nossa fundamentação teórica o vasto material existente acerca do tema da análise psicanalítica, tendo em vista, que contribui muito pouco para nossa análise. Nosso desafio, com a pesquisa, é o de produzir material bibliográfico para suprir essa carência por nós identificadas.

Freud tratou a religião da seguinte maneira:

Chamamos, então, uma crença de ilusão quando, em sua motivação, a realização de desejo passa para o primeiro plano, e, assim fazendo, desistimos de sua relação com a realidade, da mesma forma como a própria ilusão renuncia às suas comprovações (Freud, 2020, p. 264).

Em contrapartida tratou da Psicanálise não como um sistema de ilusão: “Não, nossa ciência não é nenhuma ilusão. Mas seria uma ilusão acreditar que poderíamos conseguir em outro lugar o que ela não pode nos oferecer” (Freud, 2020, p. 293). Freud tratava a religião como uma fuga da realidade e como um sistema que poderia poupar os sujeitos de elaborarem suas neuroses, seus sintomas: “a religião consegue poupar muitos seres humanos da neurose individual. Mas não mais do que isso” (Freud, 2020, p. 332).

Para Lacan “na religião, a precedente utilização da verdade como causa pelo sujeito, o sujeito religioso, entenda-se, é tomada numa operação completamente diferente” (1998,

p. 887). No mesmo texto, Lacan continua afirmando que “o religioso [...] instala a verdade num status de culpa. Daí resulta uma desconfiança em relação ao saber” (1998, p. 887).

Para Françoise Dolto “a psicanálise se ocupa da psicologia humana, mas não do que chamamos de espiritual. Seu objeto, em resumo, visa às interações de nosso psiquismo” (2010, p. 11). Sérgio David chega a afirmar que “para Freud, a psicanálise é incompatível com a religião [pois} a psicanálise não é uma pedagogia, não visa a fazer de ninguém religiosos e nem ateu” (2003, p. 49,50). Mas o desafio maior para nosso artigo é a afirmação de Lacan de que “se a ciência ganha ou a religião, a psicanálise está acabada” (2004). Será que poderemos compreender essa “batalha”? Será que algum dos lados deverá necessariamente vencer? Ou nossa pesquisa mostrará que há outras possibilidades de diálogo entre Religião e Psicanálise? Tais questões flutuam no ar a nossa frente durante todo o procedimento investigativo.

Sustentamos a hipótese de que, ao ofertarem cursos teóricos e formações em Psicanálise, instituições religiosas incorporam seletivamente conteúdos compatíveis com suas matrizes religiosas e éticas, instrumentalizando a formação psicanalítica para conferir maior autoridade aos seus membros. Nessa perspectiva, a formação teológica funciona como uma base que, conjugada à instrução psicanalítica, se traduz em capital simbólico e poder institucional. Partimos, portanto, da ideia de que, ao ofertarem cursos de Psicanálise, tais instituições selecionam apenas os elementos que não confrontam suas doutrinas, integrando-os de forma funcional às suas próprias agendas formativas. Assim, ao formar sujeitos religiosos com instrumental psicanalítico, essas instituições parecem atribuir-lhes maior autoridade simbólica e prática, já que a formação teológica constitui um denominador comum a esses segmentos. A Psicanálise, nesse contexto, torna-se um recurso de legitimação e poder.

Procederemos a um exaustivo levantamento e catalogação de sites, ementas, regulamentos e materiais de divulgação. Buscando identificar as categorias preliminares: currículo, objetivos formativos, papel do “psicanalista religioso”, vínculos com doutrinas religiosas entre outras.

Buscaremos identificar as formações discursivas que estruturam o uso institucional da psicanálise, mapeamento os enunciados que indicam tensões entre laicidade, cuidado espiritual e prática clínica, observando os deslocamentos semânticos dos principais conceitos psicanalíticos: transferência, inconsciente, sintoma, pulsão, gozo (Lacan,

2008). Nessa análise utilizaremos ao referencial da Análise do Discurso (Foucault, 1981; Foucault, 1992; Orlandi, 2015).

Uma comparação frutífera será feita entre os currículos religiosos e currículos adotados por sociedades e escolas psicanalíticas tradicionais. Avaliaremos as diferenças na composição do tripé formativo: análise pessoal, supervisão e teoria, para identificarmos as continuidades e rupturas em modelos pedagógicos e suas justificativas institucionais. Investigando as funções simbólicas desempenhadas pelos cursos dentro de cada instituição religiosa e as relações entre formação teológica prévia e uso da psicanálise como forma de autoridade pastoral e cuidado com o sofrimento psíquico.

Entretanto, enfrentamos dois desafios principais. O primeiro diz respeito à possibilidade de hibridização entre o campo religioso e o campo psicanalítico, o que pode obscurecer objetivos próprios de cada um. O segundo refere-se ao risco de que a defesa constitucional da liberdade religiosa seja confundida com a promoção de interesses específicos de determinados grupos.

Para enfrentar esses desafios, adotaremos uma estratégia de diferenciação analítica capaz de distinguir, conceitualmente, as racionalidades próprias de cada campo. Para isso, utilizaremos matrizes teóricas específicas tanto da psicanálise quanto das tradições religiosas, permitindo identificar de que modo cada instituição seleciona, reorganiza ou ressignifica elementos discursivos e formativos. A análise documental funcionará como um mecanismo metodológico de controle interno, pois possibilitará observar como a hibridização aparece em diferentes níveis de prática e discurso, evitando que a análise seja absorvida pela lógica institucional de um ou outro campo.

Assim, a superação desses dois desafios será buscada mediante uma combinação de rigor conceitual, triangulação metodológica, análise comparativa fundamentada em marcos normativos e postura reflexiva. Essas escolhas fortalecem a pesquisa, permitindo uma leitura clara, crítica e cientificamente robusta das tensões contemporâneas entre psicanálise e religião.

Toda nossa metodologia está orientada pela reflexão de Howard Becker acerca das implicações políticas da pesquisa. Como afirma o autor:

Proponho argumentar que [uma pesquisa sem contaminação política] não é possível e, portanto, que a questão não é se devemos ou não tomar

partido, já que inevitavelmente o faremos, mas sim de que lado estamos nós (Becker, 1977, p. 122).

Partimos, portanto, do reconhecimento de que toda investigação implica escolhas. Essas escolhas não anulam o rigor científico, mas o contextualizam. Também por isso não buscamos estabelecer uma “verdade” definitiva sobre as relações entre Psicanálise e religião; buscamos, antes, compreender as condições sociais em que tais relações são produzidas e justificadas. Ainda como nos lembra Becker, importa distinguir entre “a verdade de uma afirmação” e “as circunstâncias nas quais essa afirmação é feita” (1977, p. 124).

Do mesmo modo, a abordagem psicanalítica será empregada não como uma aplicação direta da Psicanálise ao social, mas, como alerta Sandra Almeida, a partir da compreensão de que “não é possível pensar o humano fora do campo da cultura” (Almeida, 1999, p. 55,56). Trata-se, portanto, de recorrer ao instrumental teórico da Psicanálise para evidenciar dinâmicas de desejo, poder e produção de sentido presentes nas relações entre instituições religiosas e práticas psicanalíticas.

Conclusão

A crescente oferta de cursos de formação em Psicanálise por instituições religiosas constitui um fenômeno social e institucional cuja expansão contrasta com a escassez de investigações acadêmicas dedicadas ao tema. Embora a Psicanálise tenha produzido uma extensa reflexão sobre o fenômeno religioso, permanece praticamente inexplorada a questão inversa: a apropriação da Psicanálise por organizações confessionais como fundamento de projetos formativos, práticas de cuidado e mecanismos de legitimação institucional. É precisamente essa lacuna que este artigo buscou evidenciar.

As reflexões aqui apresentadas permitem sustentar que esse objeto ultrapassa o debate tradicional acerca das relações entre Religião e Psicanálise. O que está em jogo não é apenas a coexistência entre dois campos de saber, mas a produção de novas modalidades de circulação, transmissão e institucionalização do discurso psicanalítico em espaços historicamente orientados por racionalidades teológicas. Nesse contexto, a formação em Psicanálise deixa de ser compreendida exclusivamente como um processo interno às escolas e sociedades psicanalíticas para tornar-se também um dispositivo de

produção de autoridade, reconhecimento e intervenção sobre o sofrimento psíquico em comunidades religiosas.

Ao mesmo tempo, a pesquisa tem como objetivo de apontar a necessidade de evitar tanto posições normativas quanto leituras simplificadoras. Não se trata de afirmar, de maneira apriorística, a incompatibilidade ou a compatibilidade entre Psicanálise e Religião, mas de compreender empiricamente as condições históricas, discursivas e institucionais que tornam possível essa aproximação. A hipótese de uma apropriação seletiva do saber psicanalítico por instituições religiosas permanece, neste momento, como um problema de pesquisa que deverá ser confrontado com um amplo conjunto de evidências documentais e analíticas.

A originalidade desta investigação reside, justamente, no deslocamento do foco da interpretação psicanalítica da religião para a análise das formas pelas quais a religião incorpora e reorganiza o discurso psicanalítico, abre-se uma agenda de pesquisa capaz de iluminar transformações contemporâneas nos modos de produção de subjetividades, nas práticas de cuidado e nas disputas por legitimidade científica e simbólica.

As etapas seguintes de nossa pesquisa deverão aprofundar o levantamento das instituições que oferecem formação em Psicanálise (confira nota de rodapé 2), analisar comparativamente seus currículos, dispositivos pedagógicos e concepções de formação, bem como investigar as trajetórias dos corpos docentes e discentes e egressos. Também será relevante examinar como conceitos fundamentais da tradição freudiana e lacaniana são reinterpretados nesses contextos e quais efeitos essa reconfiguração produz sobre a ética da prática psicanalítica, sobre as formas de acolhimento do sofrimento psíquico e sobre a constituição de novas identidades profissionais.

Mais do que oferecer respostas definitivas, este artigo pretende inaugurar um debate que, diante da expansão desse fenômeno no Brasil, torna-se cada vez mais necessário. Espera-se, assim, contribuir para a consolidação de um campo de investigação ainda incipiente e estimular novas pesquisas capazes de compreender, com rigor teórico, metodológico e histórico, as complexas relações entre Psicanálise, Religião, laicidade e formação na contemporaneidade.

Referências

- ALMEIDA, Sandra. *Subjetividade e cultura*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 7/2023*. Disponível em: www.cfp.org.br, acesso: 25/5/2026.
- DAVID, Sérgio. *Freud e a religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DOLTO, Françoise. *O Evangelho à luz da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1992.
- FREUD, Sigmund. *Cartas entre Freud e Pfister (1909-1939)*. Viçosa: Ultimato, 1998.
- FREUD, Sigmund. Deve-se ensinar a psicanálise nas Universidades? In. FREUD, Sigmund. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. O futuro de uma Ilusão. In. Freud, Sigmund. *Cultura, sociedade e religião: o mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. In. Freud, Sigmund. *Cultura, sociedade e religião: o mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- LACAN, Jacques. A ciência e a verdade. In. LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. Preposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In. LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, Jacques. Nota italiana. In. LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, Jacques. *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. Entrevista inédita. *Magazine Littéraire*, Paris, n. 428, fev. 2004. Disponível em: <http://www.campopsicanalitico.com.br/media/1072/entrevista-1974-magazine-litteraire.pdf>. Acesso em: 12/6/2026.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2015.

A TERCEIRIZAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS MÉDICOS E MÉDICAS NO SÉCULO XXI

Leandro Lucas Faccin¹

Resumo: A pesquisa analisou como a terceirização da gestão da saúde pública no Brasil promove o processo de terceirização dos/as médicos/as contratados para atuar no setor público e os reflexos deste processo sobre as relações e condições laborais desses trabalhadores e trabalhadoras no século XXI. Para isso, a pesquisa teve como ponto de partida a contextualização do processo de privatização e terceirização da gestão da saúde pública no Brasil para, em seguida, discutir como o incentivo à terceirização dos médicos/as se conecta a um projeto de esvaziamento do papel do Estado. Parte-se do mais geral para o mais específico com o objetivo de apreender como a “terceirização da terceirização”, isto é, a terceirização da gestão da saúde pública como mecanismo de terceirização da força de trabalho influencia as relações e condições de trabalho desses/as profissionais, com destaque: para as formas de contratação, especialmente a pejotização; e para as condições de trabalho. Além de ampla revisão bibliográfica de artigos, dissertações e teses que já estudaram o tema, foram analisadas pesquisas quantitativas que corroboraram para responder empiricamente as questões norteadoras deste trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Médico; Terceirização; Pejotização; Relações e Condições de trabalho; Precarização.

THE SUBCONTRACTING OF OUTSOURCING IN BRAZILIAN PUBLIC HEALTHCARE: LABOR RELATIONS AND WORKING CONDITIONS OF PHYSICIANS IN THE 21ST CENTURY

Abstract: This study analyzes how the outsourcing of public healthcare management in Brazil drives the subcontracting process of physicians hired to work in the public sector, as well as the impacts of this process on the labor relations and working conditions of these workers in the 21st century. To this end, the research begins by contextualizing the

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/Bolsista CAPES). Mestre em Política Social (UFES). Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública (UNYLEYA) e em Direito Médico e da Saúde (FALEG). Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e licenciado em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Integra o Núcleo de Estudos Críticos do Capitalismo Contemporâneo (NECC/UFES), o Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnologias (LEIDTEC/UFES) e o Laboratório de Antropologia Computacional (DATA KULA LAB/UFES). Advogado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

privatization and outsourcing of public healthcare management in Brazil, subsequently discussing how the promotion of outsourcing among physicians connects to a project aimed at weakening the role of the State. The analysis moves from the general to the specific to understand how the “subcontracting of outsourcing”, that is, the outsourcing of healthcare management as a mechanism for outsourcing the workforce, influences the labor relations and working conditions of these professionals, with particular emphasis on recruitment models (especially corporate outsourcing/“pejotização”) and working conditions. In addition to an extensive literature review of articles, dissertations, and theses on the subject, quantitative studies were analyzed to provide empirical answers to the guiding questions of this study.

Keywords: Medical Labor; Outsourcing; Labor Relations and Working Conditions; Job Precariousness.

Introdução

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico para a sociedade brasileira ao estabelecer o Sistema Único de Saúde (SUS), concebendo a saúde como um direito universal de cidadania e um dever indeclinável do Estado. Estruturado sob os princípios da universalidade, equidade e integralidade, o SUS foi idealizado para operar de forma descentralizada e com ampla participação social, garantindo o acesso à saúde independentemente da condição socioeconômica do indivíduo. Contudo, a consolidação desse projeto democrático tem enfrentado, desde a sua gênese, intensas disputas políticas e econômicas com o setor privado, manifestadas sobretudo no subfinanciamento crônico e em barreiras macroeconômicas restritivas que limitam sua plena efetivação (Bahia, 2018; Cislighi, 2019; Paim, 2009; Paim et al., 2011).

A partir da década de 1990, sob a égide do avanço e consolidação neoliberal e das diretrizes da Reforma do Estado, intensificou-se um processo de privatização interna e desmantelamento da estrutura pública estatal. Esse fenômeno reconfigurou as instituições de saúde pública por meio da introdução de entidades de direito privado e “sem fins lucrativos”, como as Organizações Sociais de Saúde (OSS). Sob a justificativa de conferir maior flexibilidade administrativa e cortar despesas, o modelo de gestão via OSS transferiu a execução de serviços públicos essenciais para o terceiro setor, retirando hospitais e unidades de saúde da esfera tradicional da administração pública e flexibilizando os limites do Regime Jurídico Único e a exigência constitucional do concurso público (Cislighi, 2021; Martins; Eich; Martins, 2012; Oliveira, 2021).

É nesse cenário de mercantilização e reestruturação produtiva que emerge o objeto central deste estudo: a “terceirização da terceirização” na saúde pública. Esse conceito expressa a dinâmica na qual o Estado terceiriza a gestão da saúde para as OSS e estas, por sua vez, passam a subcontratar a força de trabalho médica. A tradicional autonomia e o prestígio historicamente associados à profissão médica dão lugar a modalidades contratuais precárias, como a “pejotização”.

Neste sentido, as perguntas norteadoras da pesquisa são: os/as médicos/as contratados/as pelas empresas terceiras, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras terceirizados dentro do serviço público, assumem que formas de contratação: contratos celetistas por tempo indeterminado, “pejotização” ou outras formas? Que diferenças se apresentam entre os/as médicos/as concursados/as e os/as contratado/as por organizações do terceiro setor no que se refere: ao patamar de direitos laborais, à remuneração, à jornada laboral e às condições de trabalho? Em conjunto, essas características da relação e das condições laborais dos/as médicos/as terceirizados/as no setor público assinalam um processo de precarização do trabalho?

Para responder a essas indagações, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como a terceirização da gestão da saúde pública no Brasil impacta o processo de terceirização dos/as médicos/as contratados/as para atuar no setor público e os reflexos deste processo sobre as relações e condições laborais desses trabalhadores e trabalhadoras.

Para fins de organização analítica, este artigo está dividido em duas seções principais. A primeira seção dedica-se à contextualização da privatização e terceirização do setor público na área da saúde, abordando a Reforma Administrativa do Estado e o surgimento das OSS no cenário brasileiro. A segunda seção volta-se especificamente para a análise dos impactos desse processo sobre o cotidiano laboral dos médicos e médicas que atuam vinculados às OSS, esmiuçando os reflexos da “terceirização da terceirização” a partir de quatro dimensões interligadas: 1) formas de contratação; 2) remuneração; 3) jornada laboral; 4) condições de trabalho.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e complementada pela utilização de dados quantitativos secundários. O percurso metodológico foi estruturado em três etapas: (i) revisão bibliográfica da produção científica sobre a terceirização da gestão da saúde; (ii)

sistematização de dissertações, teses e artigos científicos que abordam o trabalho médico, publicados no período de 2001 a 2024; e (iii) levantamento de dados estatísticos e demográficos provenientes de fontes oficiais, como o Conselho Federal de Medicina (CFM), o Ministério da Saúde e os estudos da *Demografia Médica no Brasil*. A articulação dessas fontes possibilitou a construção de um panorama das transformações recentes no mercado de trabalho médico brasileiro, contribuindo para o aprofundamento do debate contemporâneo sobre o tema.

1. Neoliberalismo, Estado e Saúde no Brasil e as consequências da precarização e da terceirização.

O SUS surge na Constituição Federal de 1988 e, com ele, a saúde passa a ser direito universal e dever do Estado, sendo organizado por meio de um sistema único, numa rede com atendimento integral, hierarquizada, descentralizada, regionalizada e com participação social (Cislaghi, 2019). A proposta fundamental é a garantia do direito à saúde a todas as pessoas, independentemente de sua condição financeira, social ou econômica. O direito à saúde é considerado um direito de cidadania, que não é condicionado por mérito, condição de pobreza, poder aquisitivo ou caridade. A concepção de seguridade social do SUS pressupõe uma sociedade solidária e democrática, movida por valores de igualdade e equidade, sem quaisquer formas de discriminação ou privilégios (Paim, 2009).

Apesar do sucesso da Constituição Federal em tornar, pela primeira vez na história, o acesso à saúde universal no Brasil, no que tange ao âmbito de formação do SUS, o setor privado posicionou-se contra a consolidação do SUS nos anos 1980. A pressão política feita à época resultou em um acréscimo à Constituição que estabeleceu que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Dessa forma, para Paim (2009), fica a impressão de que Constituição não decidiu se a saúde deveria ser classificada como um bem público ou um serviço comercializável.

Assim, observa-se a existência de uma dicotomia entre os setores público e privado, a qual tem sido associada, no setor público, à imposição de políticas macroeconômicas restritivas (Bahia, 2018) e ao desfinanciamento (Cislaghi, 2019) ou subfinanciamento crônico (Paim, et al, 2011) das políticas de saúde. Há dentro do sistema de saúde uma feroz competição política entre o público e o privado em busca de recursos

materiais e simbólicos, sendo essa disputa apresentada muitas vezes como “desoneração do SUS”. Nesse contexto, o setor privado e o filantrópico-privado têm imposto padrões para o uso do fundo público de maneira antidemocrática, visando desconstruir o SUS (Bahia, 2018).

Essa política de enxugamento de gastos tem gerado uma privatização interna, ou seja, um desmantelamento do Estado pelo próprio Estado. O objetivo é transformar a obrigação do Estado de oferecer saúde como direito universal em uma obrigação de “fomentar a saúde” por meio de instituições públicas de direito privado sem fins lucrativos. Esse projeto de privatização do SUS ganha contornos mais claros e força política por meio da Reforma de Estado realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso.

No plano de Governo de Fernando Henrique Cardoso, chamado “Mãos à obra” que foi lançado em 28 de julho de 1994, foi defendido, dentre os principais pilares de seu mandato, 1) a necessidade de reformas de Estado; e 2) a busca por parcerias Estado-Sociedade (Cardoso, 1994). No espectro da reforma, o enxugamento do Estado foi tratado como condição para o retorno do crescimento econômico. Nesse sentido, foi criado o Ministério da Administração e reforma do Estado (MARE) que teve Bresser Pereira como dirigente (Carinhato, 2008).

A compreensão das reformas de Estado efetivadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso presentes no plano de governo (Cardoso, 1994) e no PDRAE (Brasil, 1995) vão além da compreensão histórica daquele determinado momento, visto que elas alteraram amplamente as políticas econômicas, fiscais e sociais pelo Estado brasileiro (saúde, seguridade, educação) na década de 1990 e repercutem até os dias atuais. Além disso, compreender essas reformas é essencial para se alcançar um entendimento da estrutura do Estado brasileiro contemporâneo.

Tanto no plano de governo de FHC quanto no PDRAE, o tema da reforma de Estado inicia-se com a seguinte ideia: “A crise brasileira é também uma crise do Estado. Sua solução envolve, necessariamente, uma corajosa reforma administrativa e a redefinição do papel constitucional do Estado na sociedade (...)” (Cardoso, 1994, p. 82). Essa frase deixa claro que as reformas de Estado, na visão de Cardoso, eram essenciais para promover crescimento econômico, justiça social, bem-estar, correção das desigualdades e para acabar com o clientelismo político. Sendo tal reforma proposta em

torno de quatro eixos centrais: a reforma administrativa; a reforma fiscal; a previdência social e a privatização.

É importante destacar que o PDRAE se sustenta sobre um discurso de crítica ao Estado, o adjetivando sempre como “burocrático”, “clientelista”, “patrimonialista”, “corrupto”, dentre outros. Dessa maneira, justificam-se propostas de austeridade fiscal, diminuição dos gastos com funcionários públicos e com a máquina do Estado de forma geral (Carvalho, 2015). A reconstrução da administração altera a noção de administração pública, passando de burocrática e patrimonialista para gerencial. Busca-se com isto voltar a administração pública para a eficiência, para o alcance de resultados e para o atendimento ao cidadão, que passa a ser visto como um “cliente privilegiado”. Nessa linha, há uma crítica à Constituição Federal no que diz respeito à organização da administração pública, apontando que a estabilidade dos servidores criaria dificuldades para cobranças de trabalho, assim como o concurso dificultaria a transferência de funcionários dentro da administração pública (Carvalho, 2015).

Dessa forma, a Reforma do aparelho de Estado é posta como uma das principais soluções para todos os problemas brasileiros. Problemas de grande complexidade, como os provenientes da prestação dos serviços sociais, bem como a participação do Estado em setores estratégicos da economia, são diretamente passados para a iniciativa privada. Quando tal transferência não é realizada diretamente por meio das privatizações, ocorre por meio de transferências indiretas, como no caso das ONG’s que operam sob a lógica privada. Essa é a essência da proposta gerencial, isto é, incorporar o máximo possível de elementos de administração privada na administração pública (Carvalho, 2015).

Conforme as propostas de governo, a iniciativa privada e as ONGs passam a ocupar um espaço relevante, pois elas poderiam se voltar à “prestação inovadora de serviços públicos”, substituindo, com maior eficiência, a atuação estatal insuficiente ou, às vezes, inexistente (Cardoso, 1994). Assim, dentro desta concepção, a prestação de políticas sociais e assistenciais não precisa sequer ser provida pelo Estado, ficando a cargo da própria iniciativa privada. Além das ONGs, as “parcerias Estado-Sociedade” também cumpririam papel fundamental. A orientação deste pilar pauta-se na premissa de que a sociedade, melhor que o Estado, sabe o que melhor lhe interessa, como mostra o trecho do plano de governo:

Apoiar e desenvolver formas amplas e criativas de parceria entre o Estado e a sociedade, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumam a co-responsabilidade por ações de interesse público; por outro, que a comunidade organizada estabeleça suas prioridades, administre os recursos comunitários de forma honesta, transparente, racional e eficiente e desenvolva a capacidade de cuidar de si mesma (Cardoso, 1994, p. 91).

As OSS aparecem efetivamente no PDRAE, que indica que elas figuram como “entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito a dotação orçamentária” (Brasil, 1995, p. 74). O Plano ainda afirma que essas entidades terão maior autonomia administrativa, ao mesmo tempo em que sofrerão controle direto da sociedade por meio de seus conselhos. Adicionalmente, indica que a sociedade deverá arcar com uma parte dos custos dos serviços prestados e que hospitais, universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa, bibliotecas e museus serão priorizados nesse processo de parceria.

O surgimento e a disseminação das OSS na área da saúde precisam ser entendidos nesse contexto de neoliberalismo brasileiro. Afinal, em tempos de ampliação e consolidação desta ordem econômico-social neoliberal no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PDRAE representou a concretização das ideais neoliberais, inclusive, no campo das políticas sociais, atingindo diretamente o SUS.

Com estas mudanças advindas das OSS, os hospitais públicos estatais são retirados da esfera da administração pública (sem o dever de realizar licitações públicas e concursos para pessoal de carreira) e passam a funcionar com a mesma lógica da instituição privada, a partir do momento que podem terceirizar e colocar a estrutura pública, antes exclusiva do SUS, à disposição das operadoras de planos privados de assistência à saúde. Além disso, a gestão privada destas organizações não se submete ao Controle Social do SUS (Martins; Eich; Martins, 2012).

Como consequência dessa transferência das responsabilidades do Estado para as Organizações Sociais, Graça Druck (2015) aponta que parte dos serviços públicos deixam então de ser realizados por “servidores públicos”, profissionais concursados, e passam a ser executados por diferentes tipos de trabalhadores, geralmente empregados de forma precária, com contratos por tempo determinado, por projetos e sem os mesmos direitos

que os funcionários públicos, além de receberem salários mais baixos. As formas jurídicas das OSS são de direito privado o que gera uma privatização indireta dos serviços públicos de saúde. Essa forma de gestão na saúde é duplamente perversa, pois institui um segmento de trabalhadores sem vínculos permanentes com a administração pública, com alta rotatividade e sem um conjunto mínimo de direitos, “desqualificando e desvalorizando uma categoria profissional que é essencial num Estado democrático” (Druck, 2016, p. 29).

A adoção de políticas neoliberais no setor público, por meio da implementação da Reforma do Estado, resultou em uma redução significativa no número de servidores públicos e um aumento proporcional dos vínculos precários. Essa realidade se torna ainda mais preocupante quando se observa o crescimento no número de terceirizados no setor da saúde e o aumento das Organizações Sociais. De acordo com o perfil dos estados e municípios brasileiros, elaborado pelo IBGE em 2014, que abrangeu todos os 27 estados e 5.570 municípios existentes até dezembro de 2014, a análise da evolução dos funcionários municipais por vínculo empregatício demonstrou que os estatutários representavam 65% do total em 1999, enquanto em 2014 esse número caiu para 61,1%. Em contrapartida, o percentual de pessoal sem vínculo empregatício aumentou de 13,4% para 18,7% no mesmo período (Druck, 2015). Acrescenta-se que, segundo o Munic (IBGE, 2022), pesquisa realizada pelo IBGE, em 2021, mostra que a participação de pessoal sem vínculo permanente com a administração pública alcançou 20,1%. Ou seja, 1/5 (um quinto) da administração pública direta encontra-se sem vínculo, seja ele estatutário ou celetista. Isso, sem levar em consideração o número de contratações de comissionados (que não possuem cargo efetivo) que representam 9,1% da administração pública e de estagiários que representam 2,3%.

Quanto ao aumento da terceirização da gestão pública em saúde e, consequentemente, da terceirização dos trabalhadores, o Munic (IBGE, 2022) apresenta um aumento significativo no número de municípios que estão adotando terceirizações para a administração de seus estabelecimentos de saúde. Em 2018, cerca de 12,3% das municipalidades já haviam adotado algum tipo de terceirização, resultando em um total de 3.013 estabelecimentos sob essa condição. No entanto, em 2021, esse número saltou para 16,0%, com um total de 891 municipalidades adotando terceirizações e 4.194 estabelecimentos de saúde terceirizados. Destaca-se que o tipo de organização mais

frequente de órgão administrador dos serviços de saúde municipais terceirizados eram as OSS, presentes em 47,0% dos municípios onde existem estabelecimentos municipais de saúde terceirizados, e em 62,2% dos estabelecimentos nessa condição (IBGE, 2022). Ainda, nesse sentido, esse aumento nos números de terceirizações pode ter implicações significativas na qualidade do serviço prestado, bem como na segurança e na estabilidade dos profissionais envolvidos.

É possível perceber que o avanço do neoliberalismo no Brasil se manifestou na criação da complementariedade do setor privado no setor de saúde que, como explica Cislacghi (2021, p.16), permite “o crescimento da subsunção dos serviços para o lucro do capital em detrimento da ampliação de equipamentos públicos”. Essa problemática não pode ser entendida fora do contexto de ambiguidades e contradições da formação do SUS, pois “após a Constituição, o projeto de efetivar um SUS universal foi dramaticamente restringido pela redução dos recursos para a saúde (para patamares menores do que as despesas em 1987)” (Bahia; Scheffer, 2018, p.161).

Nesse aspecto, o processo de privatização, sucateamento e subfinanciamento do SUS tem promovido uma intensa terceirização na prestação dos direitos sociais por meio das OSS, o que tem aumentado a precarização nas relações laborais. Esse processo, por sua vez, compromete não somente a qualidade da assistência prestada à população, mas, afeta também as condições de trabalho dos profissionais da saúde, que muitas vezes são contratados por meio de organizações terceirizadas e submetidos a condições precárias de trabalho, como se discute a seguir.

Nesse prisma, a terceirização do serviço público no Brasil é um dos principais mecanismos de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização, que ocorre mediante as diversas formas precarização do trabalho por meio de terceirização via Organizações Sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, empresas privadas, empresas públicas de direito privado, parcerias, dentre outras. Essas práticas são utilizadas pelas forças políticas neoliberais para atacar o coração de um Estado social e democrático: os trabalhadores que constituem o funcionalismo público.

2. Relações e Condições de trabalho dos médicos e médicas no Brasil no século XXI

A reestruturação produtiva e a nova morfologia do trabalho promovem uma precarização estrutural que transcende as ocupações vulneráveis e atinge profissões historicamente elitizadas e qualificadas, como a medicina (Antunes, 2008; Mészáros apud Rodrigues, 2016). No cenário brasileiro, a erosão do emprego regulamentado e a flexibilização dos vínculos contratuais desencadeiam a perda da autonomia profissional, a intensificação do multiemprego, jornadas extenuantes e a compressão salarial (Rodrigues, 2016). Essa deterioração é agravada por deficiências na infraestrutura material e por modelos de gestão privados, focados na eficiência e no lucro (Schraiber, 1997 apud Ballarotti, 2015), o que compromete não apenas a qualidade da assistência prestada (Fernandes, 2017), mas expõe os médicos a severos riscos psicossociais, culminando em estresse, fadiga crônica e na prevalência da síndrome de burnout (Dias, 2015).

Para uma compreensão mais aprofundada das relações e condições de trabalho dos médicos e médicas, no Brasil, no século XXI, este estudo adotará uma abordagem estruturada em quatro categorias principais: 1) formas de contratação; 2) remuneração; 3) jornada laboral; 4) condições de trabalho. O objetivo é analisar, por meio dessas categorias, os dados quantitativos e qualitativos fornecidos pela literatura especializada. É importante salientar que, no cenário contemporâneo da prática médica, com base na análise dos dados da demografia médica de 2023 (Scheffer et al., 2023), há a prevalência de médicos que mantêm vínculos simultâneos com os setores público e privado. Nesse contexto, propomos que a categoria “trabalho médico em Organizações Sociais da Saúde” pode ser expandida e compreendida mediante o exame das categorias “trabalho médico como pessoa jurídica (PJ)” e/ou “terceirizado”, uma vez que a categoria “trabalho médico em organizações Sociais de Saúde (OSS)” demonstrou ser insuficiente para abarcar a complexa e encadeada (público e privado) realidade laboral relatada pelos médicos e médicas na bibliografia especializada analisada.

2.1 Formas de contratação

A profissão médica tem experimentado mudanças profundas ao longo do tempo, manifestando-se em uma variedade de modalidades contratuais, tais como trabalho autônomo, terceirização, contratação como pessoa jurídica (PJ), cooperativas, e ocupações temporárias. Essas diferentes abordagens contratuais frequentemente servem

para obscurecer as nuances das relações laborais, disfarçando assim, as relações de trabalho de médicos e médicas. Tanto as contratações por empresas privadas como por órgãos públicos têm sofrido alterações ao longo do tempo. As alterações na legislação trabalhista em 2017 constituem um exemplo claro dessas transformações, as quais se alinham à lógica capitalista de flexibilização nas contratações dos profissionais médicos.

Utilizando dados de 2009, sobre a Estratégia de Saúde da Família, Girardi (2010, apud Ballarotti, 2015) observou que mais de 70% dos municípios estudados possuíam a prática de contratação temporária, e que metade dos contratos eram desprotegidos de direitos, sendo estes temporários, autônomos, prestadores de serviços, entre outros. E o principal motivo para estas contratações era a flexibilidade para demitir, contratar ou remanejar pessoal.

Quanto às formas de contratação, a administração pública as classifica como diretas e indiretas. Entre as formas de contratação diretas, destacam-se: servidor estatutário, servidor celetista, regime especial/contratos temporários e regime especial/cargos comissionados. As formas de contratação indiretas incluem: terceirização, cooperativas, trabalho vinculado indiretamente por meio de organizações sociais, contratos de gestão com organizações civis de interesse público (OSCIPS) e trabalho vinculado indiretamente por meio de entidades filantrópicas e fundações privadas (Machado; Koster, 2011).

Aponta Maria Amélia Carvalho (2010), que a transformação das relações de trabalho dos médicos em PJ é algo que desagrada a muitos médicos, que têm ciência dos efeitos deletérios causados por essas práticas, mas se veem impossibilitados de mudar esta exigência, visto esta ser uma imposição de empresas e de órgãos públicos. Diversos médicos entrevistados por ela indicam a impossibilidade de escolha do modo de sua contratação seja em entes públicos, privados ou filantrópicos. Uma das entrevistadas de Carvalho (2010) relata que: “Não houve opção, ou fazia PJ ou não tinha onde trabalhar. Desde 2009 que resisto, mas cheguei a um ponto que se não fizesse não trabalharia onde desejo. Gostaria que tivesse concurso público” (Carvalho, 2010, p.92). De maneira similar, uma médica que possui um cargo público na Bahia e, ao mesmo tempo, trabalha como PJ em uma OSS, ao ser indagada por Rodrigues (2016), destacou um ponto crucial:

Toda essa questão envolvendo os direitos sociais do trabalhador que não são garantidos quando atuamos como pessoa jurídica. Embora a remuneração seja um pouco mais vantajosa nessa modalidade, não desfrutamos de nenhuma segurança, o que representa uma desvantagem significativa (Rodrigues, 2016, p. 165).

Outro médico quando entrevistado afirma que apesar de receber mais como PJ, prefere ser contratado enquanto CLT, visto que: “não foi uma opção pois preferia a condição de empregado com a garantia dos direitos decorrentes de uma relação de emprego, mesmo a remuneração de PJ sendo 100% a mais do que como empregado” (Carvalho, 2010, p. 94). O interessante do caso deste médico é que ele ocupa no mesmo local de trabalho duas modalidades de contratação. Em um mesmo hospital público este médico ocupa uma vaga como estatutário e uma enquanto contratado por uma cooperativa. A dualidade de contratos vivenciada por este médico lança luz sobre as discrepantes realidades coexistentes dentro de um mesmo contexto laboral. O depoimento de profissionais médicos também, expressa uma preferência pelo status de empregado, embasado nas proteções dos direitos trabalhistas, mesmo em detrimento de uma remuneração financeira aparentemente maior como de PJ, e uma ilusão da vantagem pecuniária advinda da contratação como PJ.

Esse modelo em que o médico se integra a uma empresa que centraliza a relação com o estabelecimento de saúde tem sido frequentemente identificado como um formato inseguro para os profissionais. A percepção é de que esses arranjos apresentam riscos devido à necessidade de associação com indivíduos que não fazem parte do seu círculo de relações e com acordos desconhecidos, resultando em casos relativamente comuns de atraso no pagamento ou até mesmo falta de recebimento de honorários (Levi, et al., 2022). Um médico contemplou em sua fala os riscos dessa associação empresarial da qual os médicos são obrigados a participar para conseguirem contratação:

[A empresa] coloca todos os médicos para trabalhar... [como] sócio minoritário daquela empresa. Aí, o que acontece? A empresa dá calote. Como é que os caras vão questionar o calote, sendo que eles são os sócios? Aí eles ficam com umas ideias: ‘Ah, vamos atrás dos nossos direitos, processar, processo coletivo e não sei o quê [...]’ Vai processar eles próprios (risos)? (Médico, Setor Público) (Levi, et al., 2022, p.10).

No setor público a situação não é muito diferente do setor privado, pois também pode ocorrer atraso no pagamento dos médicos contratados. Esse médico indica que:

“[...] a maior precariedade na contratação são os intermediários do setor público [...] as prefeituras que contratam através de um terceiro para prestar serviços naquela prefeitura e que deixa de pagar, que atrasa esse pagamento” (Levi, et al., 2022, p.10).

No entanto, existe uma dimensão pouco explorada nos estudos que abordam as relações e condições de trabalho dos médicos, que é a potencial implicação de responsabilização civil objetiva em casos de erro médico, quando o profissional é uma pessoa jurídica. Ao remover a proteção da relação laboral fornecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aumenta-se também o risco econômico que os médicos podem enfrentar no exercício de sua profissão. Um advogado entrevistado por Levi (et al., 2022) destaca exatamente esta questão e indica que:

A CLT estabelece limites de jornada de trabalho, de intervalo entre jornadas de trabalho, descanso remunerado, férias depois de 12 meses [...] como prestação de serviços, PJ ou liberal, esses intervalos obrigatórios não existem, né? Então, alguns médicos assumiam plantões em hospital e ficavam ali três, quatro dias seguidos. Não existe mais a limitação legal. O próprio médico que vai decidir a jornada dele. [...] Os riscos são muito grandes. Tem o risco de ter uma intercorrência com algum paciente e ele ter que responder, não só eticamente perante o Conselho, mas também civilmente, responsabilidade civil (Levi, et al., 2022, p. 11).

A mudança do regime de contratação de CLT para PJ resulta em várias consequências negativas para os profissionais médicos. Embora a compensação financeira aparente ser superior ao optar pelo modelo de PJ, é de suma importância reconhecer que tal vantagem monetária frequentemente se revela fictícia. Essa ilusão monetária, ocorre porque ao se contratado como PJ, o profissional sofre uma perda substancial de direitos laborais fundamentais, como férias remuneradas, 13º salário, licença parental e outros benefícios sociais e previdenciários, que, por sua vez, resulta em perda financeira. Além disso, a pejetização expõe esses profissionais a um maior risco financeiro pessoal no exercício da profissão, devido à possibilidade aumentada de enfrentarem processos judiciais direcionados diretamente ao médico.

Não obstante, outro aspecto consiste no fato de que diversos médicos percebem que não há comprometimento mútuo entre eles e a instituição empregadora. Uma médica, entrevistada por Carvalho (2010), expõe claramente isso quando relata o seguinte: “Embora meu plantão seja fixo, [...], quando eventualmente não posso

comparecer, o que é muito raro, informo ao coordenador médico, que providencia um substituto, que não é de minha pessoa jurídica [...] e evidentemente não recebo pelo dia não trabalhado” (Carvalho, 2010, p. 107).

E a mesma médica complementa dizendo que percebe que não há comprometimento mútuo e acredita que se faltar sem aviso prévio ou com frequência, será desligada imediatamente (Carvalho, 2010). Há, dessa forma, uma limitação na autonomia ao prestar serviços, visto que os médicos estão sujeitos às diretrizes dos empregadores, demonstrando que existe um caráter personalíssimo na relação, assim como subordinação direta, onerosidade e habitualidade no trabalho médico, o que configura uma relação de trabalho de acordo com o artigo 3º CLT².

No que tange às contratações pelas OSS, o trabalho de Lorena Estavam Martins Fernandes (2017) evidencia, por meio de uma pesquisa com gestores de Organizações Sociais no Estado do Espírito Santo, que eles preferem não contratar médicos diretamente, optando apenas pela contratação por meio de PJ. A autora destaca que um dos gestores de uma dessas OSS afirmou que cerca de 200 médicos são contratados como pessoas jurídicas. É importante ressaltar que essa mesma Organização Social informou possuir um quadro de profissionais com 580 contratados diretamente e 214 terceirizados. No entanto, esses números não incluíam os 200 médicos contratados na forma de pessoa jurídica. Portanto, se considerássemos os médicos nessas estatísticas, quase metade da força de trabalho dessa organização social seria composta por profissionais terceirizados ou pejetizados. Cabe destacar que há pouquíssimos dados sobre médicos que trabalham em organizações sociais no que tange às formas de contratação, pois as OSS não os divulgam.

2.2 Remuneração

A remuneração dos médicos é altamente variável, dependendo da especialidade médica, da forma de contratação e da carga de trabalho assumida. Especialidades que envolvem procedimentos tendem a ter ganhos mais elevados em comparação com aquelas que se concentram principalmente na prática clínica. Além disso, a idade

² Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

também é uma variável a ser considerada, uma vez que médicos com maior experiência acumulada geralmente recebem remunerações mais altas. Além disso, questões de gênero também estão presentes na discussão sobre a remuneração médica.

Conforme os dados do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2020, a renda média mensal dos médicos foi de R\$ 30,1 mil. Entre os profissionais com idade entre 51 e 60 anos, foi registrada a maior média de rendimentos, atingindo R\$ 41,2 mil. Em relação à demografia médica de 2023, observou-se que a renda média das médicas corresponde a 64% da renda declarada pelos médicos do sexo masculino, de acordo com o IRPF. Em 2020, os homens médicos registraram uma renda média de R\$ 36.421, enquanto as mulheres médicas declararam uma renda média de R\$ 23.205 (Scheffer et al., 2023).

Outro aspecto que deve ser levado em consideração quanto à remuneração médica é a questão regional. A média recebida varia de acordo com a unidade da federação, variando de R\$ 37,3 mil no Distrito Federal a R\$ 25 mil no Estado da Bahia. Nas capitais do país, os médicos declaram possuir renda média mensal de R\$ 32 mil, 13,3% superior à renda média declarada no interior dos estados, de R\$ 28,3 mil. Na última década a remuneração médica caiu cerca de 11%, de forma que se tem o menor valor desde 2012, quando o rendimento era de R\$ 34,1 mil (Scheffer et al., 2023).

Os dados de renda referenciados, até o momento, foram do imposto de renda o que pode ter significativa diferença em relação a outras bases de dados como a Pnad contínua (Pnad C), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e os dados coletados pela pesquisa própria da *demografia médica no Brasil* (DMB)³, posto que dados do imposto de renda podem trazer rendimentos de outras naturezas para além dos rendimentos propriamente médicos como o de aluguel de bens imóveis, dentre outros.

³ Embora a autorreferência de informações possa resultar distorções, observa-se que a renda informada por médicos em pesquisas, como a Pnad Contínua e a DMB, tende a refletir principalmente o rendimento proveniente do exercício profissional da medicina, com relativamente boa convergência entre as duas bases. Por outro lado, declarações para fins de cálculo de imposto de renda geralmente superestimam a renda, enquanto registros de salário em contratos formais de trabalho subestimam a renda originada do trabalho médico. Embora a Pnad Contínua permita o melhor detalhamento da variável de rendimento individual de todos os trabalhos reportados, as amostras reduzidas, especialmente na Pnad Contínua, resultam em largos intervalos de confiança inadequados para determinados cruzamentos. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mede apenas os vínculos celetistas, que podem não ser a única ou a modalidade majoritária de rendimento de médicos, com a crescente tendência de renda por Pessoa Jurídica e outras modalidades de vínculos e formatos de emprego (Scheffer et al., 2023).

A partir das informações obtidas e apresentadas na pesquisa da DMB, foi possível compilar a seguinte tabela:

Tabela 1 – Comparativo salarial entre diferentes bases de dados (2020)

Fonte de Dados	Faixa de rendimento (em reais)	Percentual de médicos	Renda média (em reais)
Pnad C	----	----	R\$ 16.438,00
RAIS	----	----	R\$ 10.219,00
DMB	Até R\$ 11.770,00	21,7%	
DMB	De R\$ 11.770,01 a R\$ 17.120,00	23,6%	
DMB	De R\$ 17.120,01 a R\$ 22.470,00	19,3%	
DMB	De R\$ 22.470,01 a R\$ 28.890,00	14,4%	
DMB	De R\$ 28.890,01 a R\$ 34.240,00	7,4%	
DMB	Mais de R\$ 34.240,01	13,6%	

Fonte: Scheffer et al., 2023. Elaboração própria, 2026.

Quanto à dimensão de diferença de rendimentos entre médicos PJ e celetistas, o trabalho de Maria Amélia Carvalho (2010) expõe uma análise precisa desta diferença. A autora traz quadros sinóticos que apresentam situações simuladas, comparando o rendimento de um trabalhador médico com vínculo de emprego formal pela CLT e um contratado como pessoa jurídica (PJ) em uma unidade privada de saúde. As simulações consideram um rendimento fixo mensal nos dois casos (celetista e pejetizado) e visam ilustrar as implicações financeiras dos diferentes tipos de contratação.

Tabela 2 - Trabalhador com vínculo de emprego

Verbas	MÉDIA MÊS (R\$)	VALOR EM 24 MESES (R\$)
Salário	3.000,00	72.000,00
Horas extras (10h/mês)	204,55	4.909,09
13 ° salário	125,00	3.000,00
1/3 de férias	41,67	1.000,00
Horas extras sobre 13° salário	8,52	204,55
Hora extra sobre 1/3 férias	2,84	68,18
FGTS	270,61	6.494,55
Total	3.653,18	87.676,36

Desconto INSS empregado (11%)	368,39	8.841,41
Desconto IR PF	162,58	3.901,96
Total líquido da remuneração	3.122,21	74.932,99

Fonte: Carvalho, 2010, p. 85. SIMULAÇÃO 1 – MÉDIA MENSAL E VALOR RECEBIDO AO LONGO DO CONTRATO 24 MESES POR UM TRABALHADOR COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Trabalhador com 2 anos de contrato de emprego, com salário mensal bruto de R\$ 3000,00, prestando em média 10 horas extras mensais.

Tabela 3 - Trabalhador contratado como pessoa jurídica

Verbas	Valor recebido (R\$)	Descontos (R\$) tributos
Valor do contrato de prestação de serviço mensal	3.000,00	
INSS (se houver pro labore - 11%)		330,00
IRPJ (4,80%)		144,00
ISS (5,00%)		150,00
PIS (0,65%)		19,50
OFINS (3,00%)		90,00
CSLL (2,88%)		86,40
Pagamento contador (um salário mínimo)		510,00 ou 150,00
Total: 3.000,00		1329,90 ou 969,90
Total Líquido do valor mensal da prestação de serviço	1.670,10 ou 2.030,10	

Fonte: Carvalho, 2010, p. 86. SIMULAÇÃO 2 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL LÍQUIDO DE UM TRABALHADOR CONTRATADO COMO PJ - Contrato de prestação de serviços com nota fiscal no valor mensal de R\$ 3.000,00; realiza jornada com acréscimo de 10 horas suplementares à jornada contratada.

A comparação dos demonstrativos nas simulações 1 e 2 (tabela 2 e 3) destaca que o trabalhador submetido a um contrato como pessoa jurídica enfrenta um enorme prejuízo econômico. A tabela 2 revela ainda que, mesmo quando o trabalhador realiza o equivalente a 10 horas de sobrejornada, não é remunerado por essas horas. Além disso, ele não tem o direito garantido de usufruir de férias, nem receber o acréscimo constitucional de 1/3 e o 13º salário, tampouco há recolhimento de FGTS. Nesse sentido, essa situação evidencia que o trabalhador pejotizado fica privado de direitos e benefícios fundamentais, gerando uma desigualdade financeira e de acesso à proteção significativa em relação aos trabalhadores com vínculo de emprego. É importante ressaltar que essa análise considera um contexto geral e pode haver variações e particularidades em casos específicos. Além disso, evidencia-se por meio desta análise por que o empresariado e o setor político têm interesse em desregulamentar essa matéria, deixando-a sujeita a menor fiscalização (Carvalho, 2010).

2.3 Jornada Laboral

A profissão médica no Brasil é caracterizada pela presença de múltiplos vínculos empregatícios e pela realização simultânea de várias atividades profissionais ao longo da vida de trabalho. A maioria dos médicos trabalha para mais de um empregador e atua em diferentes serviços ou locais de trabalho ao longo de sua carreira, sendo que a maior parte dos médicos tem relação com setor público e privado ao mesmo tempo (Scheffer et al, 2020). Para os médicos, o acúmulo de dois ou mais vínculos empregatícios é um fator que influencia significativamente no desgaste físico e mental. Isso ocorre porque os profissionais são submetidos a uma sobrecarga excessiva de trabalho, o que prejudica as condições laborais (Rodrigues, 2016).

Em termos médios, segundo a demografia médica no Brasil (Scheffer et al., 2020), os médicos que atuam em plantões apresentam uma carga horária semanal de 80,5 horas em relação aos que não trabalham nesse regime, que possuem uma carga horária média semanal de 57,3. Adicionalmente, os médicos que trabalham em plantões possuem um número maior de vínculos empregatícios, totalizando em média 4 vínculos, enquanto aqueles que não trabalham em plantões possuem em média 3 vínculos.

Joana Rodrigues (2016) indica que, em todas as pesquisas realizadas, tem-se verificado o aumento dos indicadores de multiemprego entre os médicos. Em 2004, por exemplo, 15,9% dos médicos indicaram realizar 4 atividades, enquanto em 2015, a grande maioria dos médicos atuam em média em três diferentes postos de trabalho, sendo que mais de 30% acumulam quatro ou mais locais de trabalho, dividindo a atuação em consultório, com recebimento por produção, com a atuação geralmente assalariada em serviços públicos e privados.

As entrevistas de médicos e médicas indicam esse aumento da carga de trabalho e de tempo de trabalho. Uma médica entrevistada por Bruna Ballarotti relatou trabalhar das 7 às 7, sempre em 2 a 3 empregos (Ballarotti, 2015). No mesmo sentido, outro médico entrevistado por Albiazzetti (2006, p.113) diz que “[...] Nem daria pra trabalhar mais porque não tem mais horário. Se eu trabalhar de domingo minha família não vai me reconhecer quando eu chegar em casa”. Ainda, outro entrevistado por Giane complementa dizendo que “a gente percebe o seguinte: que realmente hoje a maior parte dos médicos tem que manter dois, três ou mais vínculos, às vezes empregatícios, pra poder fazer uma certa renda no final do mês” (Albiazzetti, 2006, p.115). Esses discursos

dos médicos entrevistados evidenciam as extensas jornadas de trabalho a que se submetem.

2.4 Condições de trabalho

Para conceituar as condições de trabalho no contexto médico, é necessário considerar a interação de todas as circunstâncias que envolvem as especificidades desse trabalho. Isso inclui fatores materiais, psíquicos, biológicos e sociais que compõem o ambiente de trabalho, bem como aspectos relacionados ao conteúdo laboral. Compreender o processo de trabalho e suas transformações requer análise dos aspectos técnicos, econômicos e organizacionais do trabalho médico (Rodrigues, 2016). Verifica-se, nesse contexto, que a prática médica é caracterizada por condições-limite, caracterizadas por uma carga de trabalho excessiva, expectativas de alto desempenho, longas jornadas e intensificação das tarefas (Dias, 2015). Entre os fatores de risco para a saúde dos médicos, destacam-se, a pressão temporal, metas abusivas ou disfuncionais em relação às condições oferecidas, controle rígido com pouca autonomia e o aumento da competição (Rodrigues, 2016).

Segundo os dados levantados pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2004, a gestão do trabalho em saúde enfrenta diversos problemas e desafios. Entre esses desafios, destaca-se a complexidade da coexistência de regimes de trabalho diferenciados para categorias ocupacionais semelhantes, o que pode gerar conflitos e desigualdades entre os profissionais. Também, o absenteísmo e a baixa taxa de participação dos trabalhadores em postos de tomada de decisão são desafios enfrentados pela gestão do trabalho em saúde (Chiavegato; Navarro, 2012).

Outro problema identificado é a perda de autonomia. Esta pode ocorrer quando o médico está sujeito a regras e normas burocráticas estabelecidas pela instituição empregadora, como imposição de carga horária, protocolos rígidos, cotas de exames, ou quando está vinculado a convênios e/ou cooperativas que se baseiam em critérios de produtividade. Essas normas estabelecem, por exemplo, o número de pacientes a serem atendidos, as cotas de exames que podem ser solicitadas ou os procedimentos que podem ser executados, entre outros aspectos. O estabelecimento dessas cotas muitas vezes é baseado em critérios econômicos, e não técnicos, o que interfere na autonomia do médico e na efetividade do cuidado médico (Silva, 2001, apud, Rodrigues, 2016).

Há diversas declarações que evidenciam os processos técnicos, econômicos e organizacionais do trabalho médico, assim como as metas abusivas ou disfuncionais em relação às condições oferecidas e, também, a perda de autonomia do médico em seu trabalho. Nesse sentido relata esse médico em entrevista concedida para Bruna Ballarotti:

[meta] é um negócio que está lá, mas que não impacta nem positiva, nem negativamente. Não serve como indicador nenhum, na prática. Pra fazer gestão de clínica na unidade, a gente usa as nossas metas, nossos parâmetros: as listas de controle, de falta, de tempo entre a demanda de saúde e a consulta, ou entre a demanda de saúde e a resposta de saúde, essas são coisas que a gente quantifica porque a gente localmente quis. Isso impacta muito mais na saúde da população do que se eu fiz 400 consultas e 40 VDs⁴ (Ballarotti, 2015, p.80).

Essas métricas estabelecidas podem causar distorções relevantes na atuação do médico, ao fazer com que o mesmo realize condutas e procedimentos que, por vezes, não seriam necessários, apenas para cumprir a meta de produtividade estabelecida pela organização. Um problema maior se estabelece quando a realização dessas metas resulta em um acréscimo salarial de forma direta, ocasionando distorções de conduta médica que podem não só maquiagem as métricas de produtividade, mas causar dano direto ao paciente pela realização desnecessária de procedimentos. E também danos à saúde coletiva e aos cofres públicos. Ainda, ressalta-se que essas métricas podem ser utilizadas como forma de criar pressão para os médicos e demais profissionais da saúde em relação à manutenção de seus vínculos com a OSS.

Esse formato de enfoque somente quantitativo das metas, por um lado, por vezes, acaba coisificando as pessoas, visto que visa transformá-las somente em números em detrimento da questão principal que é gerar saúde e possibilitar acesso aos cuidados em saúde de forma eficiente, eficaz e efetiva. Por outro lado, pode levar à coisificação do próprio médico que passa a trabalhar somente para cumprir metas das quais ele sequer participou da elaboração. Nesse sentido, um médico entrevistado por Bruna Ballarotti disse que: “Eu não estou aqui para entregar metas, se entregar meta ótimo. Mas estou aqui para atender as pessoas. Atendendo as pessoas, vou entregar meta. Agora, se eu

⁴ Visita domiciliar.

tiver que escolher entre entregar um papel e atender um paciente, eu vou atender o paciente” (Ballarotti, 2015, p.80).

3. Considerações Finais

Esta pesquisa analisou como a terceirização da gestão da saúde pública no Brasil promove o processo de terceirização dos/as médicos/as contratados para atuar no setor público e os reflexos deste processo sobre as relações e condições laborais desses trabalhadores e trabalhadoras no século XXI. Nesse sentido, buscou responder quais as principais formas de contratação dos/das médicos/as contratados/as dentro do serviço público, quais as diferenças entre as formas de contratação, principalmente no que se refere aos direitos de contratados pela CLT e de pejetizados, assim como, as diferenças quanto à remuneração, à jornada laboral e às condições de trabalho. Dessa forma, essa análise contribui para enriquecer os debates em torno de políticas públicas, mercado de trabalho e direitos laborais dos médicos e médicas no Brasil, no século XXI. E também contribui para colocar em destaque essa categoria profissional que apesar do prestígio social recebe pouca atenção nas pesquisas acadêmicas.

O ataque neoliberal e sua consequente busca pela redução do Estado levou à privatização, parcial, do sistema público de saúde, manifestando-se na transformação de instituições públicas de saúde em Organizações Sociais de Saúde. Isso permite que hospitais públicos adotem práticas semelhantes às instituições privadas, terceirizem serviços e forneçam instalações para planos de saúde privados, escapando ao controle social do SUS. Esse processo intensifica a mercantilização da saúde, diminui as políticas públicas (sociais) e, por sua vez, afeta o Regime Jurídico Único, eliminando a estabilidade dos trabalhadores da saúde, uma vez que as OSS, entidades do Terceiro Setor, são empresas de direito privado e seus respectivos empregados são, “em regra”, celetistas, tornando inaplicável a regra constitucional do concurso público.

Para além disso, observou-se que há diversas escamoteações e desrespeitos às normas jurídicas pelas OSS a partir do momento que elas passam a contratar profissionais médicos somente por meio da pejetização. Como a pesquisa mostrou, isso se traduz em uma precarização do trabalho médico e de suas relações e condições de trabalho que podem contribuir para uma deterioração do acesso à saúde para os cidadãos

que dependem do SUS e, também, para aqueles que recorrem ao sistema de saúde privado, uma vez que a precarização do trabalho (de médicos e médicas) é um problema estrutural que tem a capacidade de afetar a todos no que tange ao acesso à saúde.

No contexto deste estudo para analisar as questões norteadoras do trabalho foram estabelecidas quatro categorias, 1) formas de contratação; 2) remuneração; 3) jornada laboral; 4) condições de trabalho, que desempenham um papel fundamental para a compreensão das complexas dinâmicas que perpassam as questões laborais dos médicos e médicas. Elas nos permitem analisar as especificidades do trabalho médico dando indícios das mudanças estruturais que estão ocorrendo nas condições e relações de trabalhos dos médicos e médicas, no Brasil, no século XXI. Assim, percebe-se que a precarização do trabalho médico perpassa especialmente a pejetização, afetando a remuneração, os direitos, a carga de trabalho e as condições laborais. Além disso, a busca pela manutenção dos altos rendimentos esperados desses profissionais tem resultado em uma carga de trabalho crescente, prejudicando a qualidade de vida e o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, posto que o acúmulo de diversos vínculos de trabalho é um fator que influencia significativamente no desgaste físico e mental. Não obstante, a perda de autonomia no ambiente no trabalho e a falta de participação nos processos decisórios também são aspectos que merecem destaque em relação às mudanças nas relações laborais médicas. Em conjunto, a pesquisa indica que o trabalho dos médicos e médicas vem se tornando mais intenso, desprovido de direitos e sujeito à dinâmica da relação entre empresas “pejetizadas”, caracterizando a precarização de uma ocupação tão importante e outrora tão prestigiada pela sociedade.

4. Referências Bibliográficas

ALBIAZZETTI, Giane. **Assalariamento e proletarização na medicina**: um estudo sociológico realizado no município de londrina. 2006. Dissertação de mestrado.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 19-34, 2008.

BAHIA, Ligia. Trinta anos de Sistema Único de Saúde (SUS): uma transição necessária, mas insuficiente. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, 2018.

_____.; SCHEFFER, Mario. O SUS e o setor privado assistencial: interpretações e fatos. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 158-171, 2018.

BALLAROTTI, Bruna. **Percepção de médicos da estratégia de saúde da família do município de São Paulo**: o cotidiano do trabalho médico sob a gestão de organizações sociais. 2015. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva). Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Presidência da República (1995-1998: Fernando Henrique Cardoso). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social. Subsecretaria de Imprensa e Divulgação, 1995. 83p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra Brasil**: proposta de governo. Brasília: [s.n.], 1994.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

CARVALHO, Rodrigo Badaro de. **O sociólogo Fernando Henrique nunca esquecido pelo presidente FHC**: do discurso contra Vargas à reforma neoliberal do Estado no Brasil. 2015.

CARVALHO, Maria Amélia Lira de. **Pejotização e descaracterização do contrato de emprego**: o caso dos médicos em Salvador – Bahia. Salvador, 2010. Dissertação (mestrado).

CHIAVEGATO, Luiz Gonzaga; NAVARRO, Vera Lucia. A organização do trabalho em saúde em um contexto de precarização e do avanço da ideologia gerencialista. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, 2012.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento e privatização da saúde no Brasil em tempos ultraneoliberais. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 35, p. 15-24, 2021.

_____. Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT| Privatization of healthcare in Brazil: from big capital dictatorship to the PT administrations. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 17, n. 43, 2019.

DIAS, Elizabeth Costa. Condições de trabalho e saúde dos médicos: uma questão negligenciada e um desafio para a Associação Nacional de Medicina do Trabalho. **Rev. bras. med. trab**, 2015.

DRUCK, Graça. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Trabalho, educação e saúde**, v. 14, p. 15-43, 2016.

_____. A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL nº 4.330. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 291, p. 11-13, out., 2015.

FERNANDES, L. E. M. **Gestão de recursos humanos em hospitais sob contrato com organizações sociais de saúde**. 2017. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos municípios brasileiros: 2021/-**Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 116 p.

LEVI, Maria Luiza et al. Médicos e terceirização: percepções de trabalhadores e gestores sobre as transformações recentes no mercado de trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, 2022.

MACHADO, Maria Helena; KOSTER, Isabella. Emprego e trabalho em saúde no Brasil: as políticas de despreciação do Sistema Único de Saúde. In: *Trabalhar na saúde: experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e do emprego*. 2011. p. 195-213.

MARTINS, Pedro Paulo Scremin; EICH, Melisse; MARTINS, Lucinéia Scremin. O processo de mercantilização da saúde e a reestruturação produtiva do trabalho. 2012. **Seminário de Saúde do Trabalhador**, 2012, Franca. 2012. p. 1-17.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. – 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

PAIM, Jairnilson, et al. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. Rio de Janeiro, 2011. Rio de Janeiro, Fiocruz

_____. **O que é o SUS**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2009.

RODRIGUES, Joana Rêgo Silva. **As condições de trabalho dos médicos no serviço público do Estado da Bahia**. 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Salvador (UCSAL)

SCHEFFER, M. et al. **Demografia Médica no Brasil 2023**. São Paulo, SP: FMUSP, AMB, 2023.

_____. et al. **Demografia Médica no Brasil 2020**. São Paulo, SP: FMUSP, CFM, 2020.

NOTAS SOBRE RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO E O DIREITO À CIDADE

Thais dos Santos Marques ¹

Resumo: A formação social brasileira é marcada por um processo de ocupação desigual do espaço e por ações de afastamento das camadas mais pobres das áreas centrais da cidade, o que ocorre muitas vezes embasado por um discurso higienista. Esse movimento além de ter um papel importante no projeto da cidade, fomenta espaços sócio segregatórios. Diante dessa questão, temos como objetivo geral discutir sobre as ações de recolhimento compulsório, no qual a população em situação de rua é diretamente afetada; adicionalmente temos como objetivos específicos: i). contextualizar o perfil da população em situação de rua; ii). contextualizar o momento em que esta é entendida enquanto problemática; iii). entender como as características da formação social brasileira que moldam as maneiras de lidar com as expressões da questão social; e iv). compreender como o contexto de produção desigual do espaço reflete na forma de lidar com questões estruturantes, que além de segmentar a cidade em espaços “formal” e “informal”, demonstram os papéis do Estado e da política pública. A metodologia utilizada na pesquisa foi o levantamento bibliográfico e documental de fontes primárias e secundárias. O que se pode verificar na pesquisa é que a população em situação de rua é historicamente afastada dos espaços da cidade e que as ações de recolhimento compulsório por vezes são utilizadas como instrumento de segregação, embasado pelo higienismo aliado a interesses econômicos e políticos vinculados a um projeto de cidade que expulsa tudo aqui que é visto como estranho.

Palavras-chave: População em Situação de rua. Higienismo. Recolhimento Compulsório.

NOTES ON COMPULSORY REMOVAL: PEOPLE EXPERIENCING HOMELESSNESS IN RIO DE JANEIRO AND THE RIGHT TO THE CITY

Abstract: Brazilian social formation is marked by a process of unequal occupation of space and by practices aimed at removing the poorer segments of the population from the central areas of the city, often justified by a hygienist discourse. In addition to playing an

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em saúde mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB/UFRJ). Mestranda em Política Social pela UFF.

important role in the development of the city, this movement fosters socio-segregated spaces. In light of this issue, the general objective of this paper is to discuss compulsory removal practices, which directly affect people experiencing homelessness. The specific objectives are: i) to contextualize the profile of the homeless population; ii) to contextualize the moment when this population came to be understood as a social problem; iii) to understand how the characteristics of Brazilian social formation shape the ways of addressing the manifestations of the social question; and iv) to understand how the context of unequal production of urban space is reflected in the ways of addressing structural issues which, in addition to dividing the city into “formal” and “informal” spaces, reveal the roles played by the State and public policy. The methodology employed in the research consisted of a bibliographic and documentary review of primary and secondary sources. The research demonstrates that people experiencing homelessness have historically been excluded from urban spaces and that compulsory removal practices are sometimes used as an instrument of segregation, grounded in hygienist ideas and combined with economic and political interests associated with a project of the city that expels everything perceived as foreign or out of place.

Keywords: People Experiencing Homelessness. Hygienism. Compulsory Removal.

Introdução

O trabalho tem como tema discutir a população em situação de rua (PSR) na cidade do Rio de Janeiro (RJ), levando em consideração as ações de cunho higienistas tanto na formação histórica, quanto nas ações mais contemporâneas. Para tanto, refletimos sobre a sua relação com procedimentos de recolhimento compulsório, os quais por muitas vezes são designadas a este segmento populacional em momentos históricos da cidade enquanto estratégias de um dito “cuidado”. Diante deste cenário, elencamos as seguintes problemáticas enquanto norte desta pesquisa: (i) o que são e o porquê das ações de recolhimento compulsório e de higiene social; (ii) o porquê de elas serem destinadas a esta população, pensando quem e como são as pessoas que constituem esse segmento; (iii) qual a função histórica do Estado dentro desse processo e os elos com essa população. A hipótese do artigo considera que, historicamente, essa população tratada de forma criminalizada pelo Estado, expressa uma conformação social histórica que oferece base para estas ações. A forma de fazer política pública e o modelo de Estado viabilizam que

esta expressão da questão social² seja colocada enquanto um problema que, quando visibilizado, deve ser “limpo” dos espaços públicos. Isto ocorre, pois a origem da formação capitalista do espaço se volta para a circulação de mercadorias e para as trocas mercantis (Harvey, 1995) - não para a vida humana de uma forma geral. Com base nessa premissa o modelo atual de conformação do espaço, de uma cidade mercadoria (Vainer, 2000), voltada à garantia dos interesses privados, não comporta lidar com as demandas residuais que são decorrentes do processo de ocupação desigual do território e de um modelo capitalista de produção que se (re)produz predatoriamente gerando desigualdades.

A cidade do Rio de Janeiro, escolhida como foco para tratar da temática, é um local marcado em seu contexto histórico por um modelo de ocupação desigual do espaço urbano. Esta é uma característica decorrente de um processo capitalista de conformação social, que ao se agregar aos fatores estruturais da formação social brasileira em um contexto periférico de acumulação do capital, produz um processo de intensas desigualdades estruturais, que se reproduzem de diversas formas, inclusive nas ruas da cidade. Este trabalho vai se voltar para a temática territorial de conformação do espaço urbano e as populações que vivenciam as ruas, enquanto um espaço de referência.

No contexto da cidade, recorrentemente as classes mais pobres eram, e ainda são, afastadas dos centros urbanos, visando à modernização do espaço e à constituição da cidade padrão capitalista. O que acontece é que apesar desse sistema necessitar da força de trabalho desta população, a cidade moderna não comporta o convívio entres as classes. Isso resulta na segregação da pobreza para lugares distantes do espaço especulativo e das classes que o ocupam. Assim, a forma de organização do espaço se realiza de acordo com interesses, sejam eles políticos ou econômicos, de cada contexto histórico, mas sua base é o processo de acumulação do capital e como fazer com que ele se torne efetivo.

De acordo com o Decreto número 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, esse grupo é definido como:

² Como ressalta Iamamoto (2007), a questão social é parte indissociável da sociabilidade burguesa capitalista. Assim, ao analisar a gênese processo, a autora entende que ela é proveniente do coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, e que tem acumulado em seu contexto, o conjunto das desigualdades e lutas sociais, e que ao serem produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, têm alcançado o ápice de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche.

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar” (Brasil, 2008, p. 8).

A população em situação de rua, a partir desse conceito pode ser compreendida como um segmento populacional atravessado por uma condição de extrema vulnerabilidade social e que faz parte do processo de constituição do contexto urbano. Silva (2009) analisa que esse fenômeno é decorrente da lógica capitalista de reprodução, em que há a constante perpetuação dos processos de desigualdades sociais e econômicas. Parte significativa da população não acessa direitos básicos, muitas vezes não são nem considerados como cidadãos de direitos (Santos, 1979). A população que está em situação de rua acaba sendo marginalizada e estereotipada. A consequência é um processo de criminalização da pobreza e culpabilização individual para problemáticas estruturais, colocando essa população sob uma mesma categorização, sem levar em conta as suas particularidades e as demandas que as fizeram procurar a rua enquanto espaço de referência.

A partir das questões aqui apresentadas, este artigo tem como objetivo geral o início de debate sobre as ações de recolhimento compulsório, no qual a população em situação de rua diretamente é afetada. Já os objetivos específicos se desdobram em : 1) contextualizar o perfil da população em situação de rua; 2) refletir sobre sua inserção enquanto “problemática”; 3) pontuar como algumas características da formação social brasileira moldam as maneiras da população em lidar com as essas expressões da questão social; e 4) observar como o Estado capitalista, enquanto produtor de formas de cidadania regulada, reflete nas maneiras como a política social se manifesta.

Como metodologia foi utilizado o levantamento bibliográfico de fontes, tanto primárias como secundárias sobre os assuntos abordados. A análise das ações de recolhimento compulsório da população em situação de rua no Rio de Janeiro traz um panorama que demonstra o papel do Estado como regulador social na construção da hegemonia. Através de mecanismo de controle, esta instituição consegue perpetuar a segregação nos espaços urbanos, cujo poder público atua dentro de uma lógica de racionalidade para que os aparelhos de coerção e consenso possam auxiliar a manutenção

da dita ordem social, que é marcada por ações de repreensão das camadas mais pauperizadas. (Acanda, 2006; Coutinho, 1992). Importante ressaltar que a temática tem pouco material de referência, sendo um desafio importante e necessário pensar em possibilidades de viabilizar construção de conteúdo sobre tal temática.

1. Contextualizando a população em situação de rua

Importante ressaltar que os dados da única pesquisa nacional sobre população em situação de rua são do ano 2009. Depois desse período, todos os dados que temos para tratar e saber quem são essas pessoas estão a cargo dos municípios. A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, foi realizada entre 2007 e 2008, publicada em 2009 e tem como base 71 cidades, englobando 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. Identificou cerca de 32 mil pessoas em situação de rua, acima de 18 anos. Foram realizadas entrevistas com pessoas em diversos locais públicos tais como vias, viadutos, galpões e outras estruturas precárias, além dos albergues. (Brasil, 2009)

Em síntese, a pesquisa nacional sobre população em situação de rua apresenta: 82% do sexo masculino; 53% com idade entre 25 e 44 anos; 67% são negros; 70,9% exercem alguma atividade (como por exemplo: catadores de lixo, guardadores de automóveis, vendedores de sucata ou ajudantes de obras); 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência; 69,6% têm por hábito dormir nas ruas, sendo que cerca de 30% o fazem há mais de 5 anos; 22,1% costumam dormir em albergues ou em outras instituições; 95,5% não participam de qualquer movimento social ou associativismo; 24,8% não possuem qualquer documento de identificação; 61,6% não votam; 88,5% não são atingidos pela cobertura dos programas governamentais.

Também há a descrição sobre quais as principais razões que levaram as pessoas a buscarem a rua como referência, o estudo trouxe os seguintes dados: o alcoolismo e as drogas respondem a 35,5%, dos motivos, seguidos pelo desemprego com 29,8% e desavenças com pai/mãe/ irmãos a 29,1%. O que esta pesquisa ressalta é que o perfil da população que se encontra nas ruas é, majoritariamente, formado por pessoas do sexo masculino, negra/parda, com baixa escolaridade. Trata-se de uma população inviabilizada, quando pensamos que esses dados representam ainda uma pequena parcela, frente a uma realidade desconhecida.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), afirma que a população em situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022, e atingiu cerca de 281.472 pessoas. Estes dados compõem o documento intitulado “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022)”, que se propõe a fazer uma estimativa da população, incluindo o impacto da pandemia de Covid-19 nesta população. No período analisado pela pesquisa do IPEA foi possível averiguar, que durante esses 10 anos, a população em situação de rua teve um crescimento de 211% (Natalino, 2022).

No Município do Rio de Janeiro, o último levantamento foi feito pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) em conjunto com o Instituto Pereira Passos, em 2020. “Os questionários foram aplicados às pessoas que estavam nas ruas, nas cenas de uso de drogas, nas unidades de acolhimento próprias e conveniadas, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e nas Comunidades Terapêuticas” (SMASDH, 2020; p 3). De acordo com esse levantamento há em média 7.272 pessoas em situação de rua, uma disparidade grande entre o levantamento anterior realizado no ano de 2017, que apontava, aproximadamente, 14.279 pessoas em situação de rua, em 2016. A justificativa para tal discrepância foi a de quem os dois levantamentos apresentam metodologias diferentes no que tange à maneira como tratavam a heterogeneidade da população em situação de rua.

Os determinantes destacados pela SMASDH (2020) são: predomínio do sexo masculino (81%), faixa etária de 31 a 49 anos, maioria de negros e pardos (79,6%). A pesquisa ainda aponta que o principal motivo que os levou às ruas foi o conflito familiar. Dos entrevistados, a maioria informou estar nas ruas há mais ou menos 1 a 5 anos; 752 pessoas informaram que foram para as ruas depois que a Pandemia começou e ressaltaram como motivo a perda do trabalho (34%) e perda da moradia (19%). O Centro do Rio foi o bairro com maior concentração de pessoas em situação de rua neste período (cerca de 1.442 pessoas).

Diante desse panorama, pode-se ver como a população em situação de rua é marcada por desigualdades estruturais, que têm expressões de raça, gênero e classe. A ausência de medidas institucionais que possibilitem o levantamento de dados sobre essa população, demonstram como políticas públicas são insuficientes, pois às vezes, estão focalizadas e acabam não comportando as necessidades sociais de certos grupos. Compreender as perspectivas o que é o Estado e quem é o cidadão passível de acesso a

direitos e de que forma a política pública abrange esses conceitos, pode construir um ponto de partida interessante para a análise do problema em tela.

2. Estado capitalista, cidadania regulada e política social

Para compreender o fenômeno da população em situação de rua é importante construir uma análise que também vislumbre abranger a concepção de Estado, levando em conta o cenário de capitalismo dependente brasileiro. Dentro desta perspectiva, a cidadania, mesmo garantida pela Constituição de 1988, tem uma prática regulada e seletiva, que depende da inserção social do indivíduo. No capitalismo, a cidadania se constitui como uma categoria formal, que constrói uma imagem de igualdade jurídica no qual todos são considerados “cidadãos”, mas na prática, acaba por perpetuar e fomentar processos de desigualdade social. Esse movimento demonstra um Estado que não é neutro, mas que fomenta processos de manutenção social do capital. A cidadania, assim, assume um caráter regulador, condicionada pela inserção no mercado de trabalho, pela posse de direitos formais e pela adequação aos padrões referentes à manutenção da ordem burguesa. Isso faz com que grandes contingentes populacionais não tenham acesso efetivo às políticas sociais. (Santos, 1979)

Acanda (2006) possibilita aprofundar o debate ao refletir sobre como a sociedade civil integra o próprio funcionamento do Estado, um espaço central de produção da hegemonia. Partindo de Gramsci, o autor ressalta como a dominação capitalista precisa da coerção, mas que esse processo sozinho não se mantém. É necessário que haja também a produção de consenso, que acontece por meio das instituições, discursos e práticas, no qual a desigualdade é colocada enquanto um fenômeno natural a ser superado de forma individualizada. Assim, a cidadania, ao ser difundida como valor universal, opera como mecanismo ideológico que encobre as determinações estruturais da exclusão social.

Gramsci, como ressalta Coutinho (1992), entende o Estado como uma unidade, composta pela sociedade civil e política, construindo a relação entre força e consenso. As políticas públicas assim podem ser compreendidas não apenas como um retorno às demandas sociais da população, mas também como forma de gerir conflitos e fomentar consenso. Ao mesmo tempo que reconhecem os direitos sociais, também delimitam os limites dos cidadãos, produzindo uma cidadania tutelada em que a inclusão das classes

mais pauperizadas é ditada de acordo com a dinâmica necessária para reprodução do capitalismo. Fontes (2012) aprofunda o debate, na medida que contextualiza o capitalismo-imperialismo, afirmando que a expansão dos direitos coexiste com formas de exploração cada vez mais intensas, que resultam em constantes processos de precarização da vida. As políticas sociais ao mesmo tempo que são frutos de reivindicações sociais intensas por melhores condições, também funcionam como controle dos efeitos da pauperização, atuando nas questões mais imediatas, sem contudo, representar o enfrentamento às suas causas estruturais.

No caso da população em situação de rua, esta contradição se torna ainda mais evidente. Embora tenha conquistado seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos, há uma perpetuação do distanciamento do acesso às políticas sociais, que tendem a assumir um caráter emergencial e assistencialista, reforçando práticas de controle e responsabilização individual. Nesse sentido, os limites estruturais da cidadania regulada e das políticas sociais no Estado capitalista resultam em práticas de controle, estigmatização e criminalização. A hegemonia burguesa, não se sustenta apenas pela produção do consenso, mas também pela conformação de estigmas e da construção de uma imagem de “classes perigosas”, que apresentam ameaça à ordem social vigente e precisam ser controladas. A população em situação de rua é, assim, convertida em inimigo interno, associado à desordem, à violência e à degradação urbana. Isso traz à tona o apoio de alguns setores da população às práticas repressivas e higienistas, para que sejam utilizadas como mecanismo de controle, que por vezes chegam à população em situação de rua antes do acesso às políticas sociais que fomentam um modelo de cuidado.

3. Notas sobre recolhimento compulsório: População em situação de rua no Rio de Janeiro e o direito à cidade

O recolhimento compulsório da população em situação de rua no Rio de Janeiro é um movimento recorrente no trato dessa expressão da questão social. Ela é uma ação constante dentro de um contexto maior de repreensão e segregação socioespacial dos segmentos mais populares que residem e resistem na cidade ao lado dos processos de especulação do espaço. Esse movimento de recolher, e que por diversas vezes na história da cidade, também foi o movimento de expulsar e de exterminar, traz um traço violento,

vexatório e abusivo de objetificação da vida, que é carregado de constante criminalização da pobreza.

Não existe uma conceituação geral sobre o processo de recolhimento compulsório, mas existe a materialidade da ação embasada por uma forma de fazer política, que através do discurso de propiciar um suposto cuidado frente às demandas da população em situação de rua, produz a remoção dessas pessoas dos espaços públicos.

Vale ressaltar que refletir sobre população em situação de rua é tratar de um grupo de pessoas heterogêneo, que por mais que vivenciem a mesma situação, o de estar nas ruas, não têm as mesmas demandas, nem as mesmas razões que as levaram a chegar neste espaço. Machado, ao falar sobre esse fenômeno ressalta:

Sendo o recolhimento compulsório um mecanismo de ação interventiva criada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social onde objetiva uma melhoria de vida para a população em situação de rua, contudo, sendo um serviço alvo de polêmicas dentre os defensores dos direitos humanos (Machado, 2019; p. 1).

Como cita o autor, o recolhimento compulsório é um mecanismo, uma ação dentro de uma secretaria e que está inserida dentro de uma forma de fazer política. O ato de recolher as pessoas das ruas poderia então ser parte de uma maneira de fazer política. Todavia, o ato de recolher acaba por reproduzir um olhar para as populações pauperizadas ligado à ideia de higiene social e à construção de projetos de cidade que escolhem medidas que marginalizam e estratificam essa população. O ato de recolher não é um movimento atual, mas sim recorrente no processo histórico do crescimento das cidades brasileiras. Sobre isso, Arruda (2011) afirma:

Com o crescimento da cidade surgiu à necessidade de recolhimento dos “desviantes”, haja vista que se intensificou o número de indivíduos que “perambulavam” pelas ruas: os negros recém alforriados, desempregados, imigrantes, os mendigos, órfãos, marginais de todos os tipos e os “loucos”. Os intelectuais atribuíam o atraso da sociedade a excessiva quantidade de negros e mestiços, tendo como respaldo naquela época, as teorias eugênicas e o higienismo que seriam imprescindíveis à civilização e ao progresso. Segundo tais teorias a sociedade estava doente e a única forma existente de sanar este mal seria através da higienização dos centros urbanos, sendo assim, para os intelectuais da época seria imprescindível o isolamento dos desviantes, e estes sujeitos deveriam ser enviados para algum lugar, naquela época os asilos (Arruda, 2011, p. 132-133).

No contexto de crescimento das cidades, o ato de recolher o que é um modo de lidar com aquilo que é visto como diferente e estranho nos centros urbanos. Trata-se de sujeitos que apresentam questionamentos sobre o que representa a moradia. Segundo Nicodemos:

Verificamos ainda hoje que os sujeitos considerados estranhos à cidade, ou seja, aqueles que interrogam a cidade em seus valores morais, legais e as fantasias atravessadas pelos ideais de *bem-viver* a partir de seus comportamentos, frequentemente os sujeitos psicóticos e/ou os usuários de drogas, permanecem como alvo do encarceramento das instituições a partir de saberes – em destaque, o saber médico-jurídico –, que exercem o seu poder de controle. (Nicodemos, 2019, p.24)

Ao olhar as reações a estes sujeitos descritos como estranhos à cidade, podemos perceber que por diversas vezes as medidas que são ações de cunho repressivo, pois “preferindo eliminá-los e tomá-los como objetos de processos judiciais ao invés de, justamente, escutá-los em suas dimensões estranhas e que rompem com aquilo que supostamente rompe-se com as leis e o laço social” (Nicodemos, 2019, p. 25).

Os processos de recolhimento têm esse teor, de eliminar e/ou afastar aquilo que é visto como estranho ou que apresenta perigo. O higienismo como prática de limpeza social foi fortemente utilizado no início do século XX, como forma de afastar as classes mais pobres que ocupavam os centros da cidade em moradias como cortiços e, posteriormente, as favelas. Na atualidade observamos a permanência de práticas higienistas utilizadas como forma de reordenamento da cidade. Trata-se de um movimento reafirmado através de ações que buscam fazer esse movimento de segregação espacial dos centros urbanos.

Dessa forma entender que o espaço dentro desse contexto é um local de constante disputa é essencial, e como Lefebvre (2008) afirma, o espaço urbano não seria partida nem a chegada, mas um meio para realizar ações no qual podem conter injustiças sociais. O espaço urbano é ainda um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo. Isto é de um poder” (2008, p.44). Este poder pode ser tanto do Estado, de classes dominantes ou de um grupo que tenha enquanto foco representativo a sociedade global.

Sobre as ações de Recolhimento compulsório, Machado (2019) traz algumas reflexões sobre estas medidas no Rio de Janeiro. No texto, o autor aborda a Resolução

N.º 20, de 27 de maio de 2011, que visa melhorar o atendimento à população em situação de rua e “fornecer respostas à ordem social nas ruas do Rio”. Criada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como local de execução os Centros de Referência especializada em Assistência Social (CREAS), no município do Rio de Janeiro, para atender a população em situação de rua e abordar pessoas que estejam na seguinte situação: criança, adolescente, adultos, idosos e famílias, com ou sem vínculos. (SMAS, 2011).

A resolução ainda tem como objetivo a reintegração social, que indica a saída da rua e a reinserção à sociedade das pessoas que se encontravam nesta situação, “por meio de serviços e benefícios assistenciais, fortalecendo a estrutura quebrada pelo risco social.” (Machado, 2019, p.122). Aparentemente, as pautas defendidas estão em concordância com a defesa dos direitos desta população, porém na época, esta temática ganhou uma análise e ações diferenciadas em decorrência da realização dos megaeventos, principalmente, da Copa do Mundo da Fifa, de 2014, que propiciaram uma reatualização das teorias higienistas e eugenistas. Isso teve como resultado o recolhimento como medida de política pública.

A estrutura para megaeventos de porte internacional requer medidas transformadoras das cidades – para que se tornem cidades globais, com fluxo intenso de capital, serviços e pessoas. Analisando o espaço do Rio de Janeiro sob essa perspectiva, podemos perceber que esta cidade está constantemente se modificando para atender às expectativas de reorganização espacial impostas pelas necessidades que envolvem a ideia de cidade global. A reorganização do espaço envolve ações de recolhimento das populações de rua ao longo de sua história. Um marco interessante que ilustra os interesses desse tipo de projeto de cidade são as ações realizadas a partir de 2009 para que a cidade fosse revitalizada em decorrência dos megaeventos que iriam acontecer. Essa revitalização foi acompanhada de uma ação estatal repreensiva, no qual a população em situação de rua foi fortemente atacada.

Em 2009, na gestão de Eduardo Paes, prefeito em exercício da cidade do Rio de Janeiro, ganha espaço uma ação, que foi realizada pela Secretaria de Ordem Pública (SEOP), criada em seu mandato anterior. Trata-se da operação “Choque de Ordem”, que tinha a seguinte nota oficial:

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade, foi criada a Operação Choque de Ordem. São operações realizadas pela recém-criada Secretaria de Ordem Pública, que em um ano de existência vem conseguindo devolver à ordem à cidade (SEOP, 2011).

Tanto o discurso como a ação trazem uma clara conotação do que seria uma ação higienista, no qual através dessa operação as ruas das cidades seriam “varridas” e todo material humano não desejado seria “recolhido para um futuro descarte”. Essa conotação frente à população em situação de rua é muito comum, pois ao ser visto como resíduo “O recolhimento do lixo urbano e a “remoção” de pessoas para espaços “coletivos” de serviços assistenciais, que comportam centenas de pessoas, são ações muito próximas, ainda que executadas por profissionais de diferentes secretarias” (Adorno; Varanda, 2004, P. 67).

Pereira (2011) considera que a Operação Choque de Ordem seria semelhante à Reforma Pereira Passos, tendo como objetivos: coibição de venda de produtos ilegais; recolhimento da população em situação de rua, que é levada a abrigos municipais; apesar de utilizar os discursos do “acolhimento”, também faz a fiscalização de estacionamento irregular nas calçadas e demolição de construções em local de proteção ambiental ou sem alvará municipal para funcionamento (Pereira, 2011, p. 61). A autora ainda traz o discurso que foi colocado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pela SEOP, em que “no sentido do combate à desordem urbana, que polui a imagem de “cidade maravilhosa” que o Rio de Janeiro tanto se orgulha de possuir.” (Pereira, 2011, p. 61). O que se pode concluir através desse discurso é que os problemas sociais deveriam ser combatidos, em vez de analisados, entendidos e assistidos. Assim através da Guarda Municipal, o Estado atua em sua face repreensiva, “limpando” a cidade, que é “necessária para eliminar o que (ou quem) nessa sociedade é considerado “supérfluo”, tais como pessoas com baixa escolaridade, que seriam candidatos à criminalidade, desempregados, supostamente sem nenhuma utilidade” (Pereira, 2011, p. 62).

A operação ainda traz o recolhimento compulsório adotado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, demonstra o tratamento pejorativo e estigmatizante a qual a população em situação de rua é submetida, já que o termo recolhimento é recorrentemente usado para a retirada de entulho e lixo. Isso denota um caráter desumanizante nas intervenções municipais. Homens, mulheres, jovens e idosos, crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua são constantemente descaracterizados e limitados ao estado de coisa, logo ao olhar das autoridades, passíveis a serem removidos, culpabilizados individualmente por uma problemática, tornam-se lixo urbano, “descartáveis urbanos”. Varanda e Adorno (2004) afirmam que:

A concepção do descarte social aproxima as pessoas do lixo urbano e tal fenômeno pode estar relacionado com o aumento do número de pessoas que passaram a sobreviver com os materiais descartados pela cidade. A esse respeito, Santos (2003) refere-se ao “novo paradigma para compreendermos uma das dimensões mais perversas da sociedade globalizada: a relação nodal entre o descarte de produtos e materiais industrializados e o descarte de seres humanos”. A vida na rua e a sua proximidade com o lixo urbano a torna um alvo de ações de limpeza das vias públicas e das medidas encampadas pelos órgãos públicos de ação social. O recolhimento do lixo urbano e a “remoção” de pessoas para espaços “coletivos” de serviços assistenciais, que comportam centenas de pessoas, são ações muito próximas, ainda que executadas por profissionais de diferentes secretarias (Varanda, Adorno, 2004, p. 67).

A questão da retirada dos “estranhos” dos locais, novamente, é colocada em foco. Estes são processualmente alvos de um projeto de cidade, no qual a especulação do espaço é tomada como medida para lidar com demandas sociais. Os locais que têm ou podem representar lugares de grande atividade econômica, são possibilidades de agregar valor à cidade mercado logo são locais em que as ações de limpeza urbana vigoram em prol da manutenção dessa imagem. Esse processo acarreta cidades que não sabem lidar com os conflitos sociais para além do confronto, o que resulta em um distanciamento das possibilidades de convivência entre os diferentes atores que compõem o cenário social (Bortoli, Rozendo; 2016).

Os processos de segregação do espaço neste contexto são constantes e em conjunto com isso ocorre processos que afastam tudo aquilo que é visto e considerado enquanto “classes perigosas” e causa estranhamento. É importante colocar que a estranheza destes sujeitos é constantemente punida, isso faz parte das duas faces do Estado: de um lado um Estado que tem institucionalizado o cuidado através de políticas,

de outro lado, um Estado que também repreende tudo aqui que é visto como diferente. Este processo é decorrente do contexto histórico brasileiro como aponta Davis (2006):

A segregação urbana não é um status quo inalterado, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol dos proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média. Como na Paris da década de 1860 sob o reinado fanático do Barão Haussmann, a reconstrução urbana ainda luta para maximizar ao mesmo tempo o lucro particular e o controle social (DAVIS, 2006, p. 105).

Essas facetas se fazem presentes através de ações de segurança pública, como nas operações do “Cidade Presente”³, um programa que possibilita que ações de cunho higienista, transparecem enquanto uma possibilidade de acolhimento, porém com um teor escondido de um Estado penalizante. Nota-se que ao falar da população em situação de rua, é citado o acolhimento desta população, mas é também importante entender o porquê uma Operação de Segurança Pública é a escolhida para “acolher” esta população. O “estar na rua” é em si uma questão bem complexa, assim como as razões que levam estas pessoas a escolherem ou não este espaço para ter como referencial. É importante ressaltar que questionar a atuação de um Programa de Segurança no “acolhimento” à população em situação de rua não significa anular a necessidade de atuação do Estado quanto às necessidades destes sujeitos, a questão posta é: De que forma o Estado atua? Por que o recolhimento tem se dado pela via da segurança pública e não pela via de políticas protetivas de Saúde, Educação ou Assistência Social?

A contradição é que apesar do recolhimento ser pautado como forma de acolhimento, ao olhar as instituições que deveriam acolher esta população nos deparamos como uma situação conflitante, marcada pôr em série de ações decorrentes dos constantes ataques à política de proteção social, com cortes dos investimentos para as políticas de atendimento às populações mais vulneráveis. Ainda o que marca as ações para o atendimento à população em situação de rua, são as ações visando o seu recolhimento.

A política para o atendimento da população em situação de rua prevê uma forma de atuar intersetorialmente, através das ações que forem necessárias, seja na área da

³“Cidade Presente” ou “Segurança Presente” refere-se à Operação Segurança Presente, um programa estadual do Rio de Janeiro focado no patrulhamento ostensivo e na aproximação com a comunidade

saúde, da assistência, ou em ambos. Atualmente, existem mecanismos e dispositivos que visam o atendimento desta população, o Consultório na Rua, instituído enquanto política de saúde e o CREAS enquanto serviço da assistência social, também existem ações voltadas como o Serviço Especializado em Abordagem Social. Então porque mesmo com o aparato, mesmo que não suficiente, mas necessário, são as ações de segurança pública e recolhimento compulsório que chegam antes à essa população? Por que as ações do Programa Segurança Presente estão inseridas dentro do mesmo modo de fazer política?

A análise deste processo indica como a cidadania é restringida e seletiva, reafirmando a crítica de Santos (1979) sobre a “cidadania regulada” e dialogando com autores que apontam que as políticas sociais, no capitalismo, expressam o caráter de classe do Estado (Pereira, 2008; Lessa, 2013). A prática higienista se reafirma como presente nas políticas urbanas, que são constantemente intensificadas como pautas da agenda neoliberal e pelo Estado gerencial (Souza, Filho, 2011). Assim, esse fenômeno de recolhimento compulsório da população em situação de rua exemplifica um movimento higienista que também tem como base a formação social brasileira, marcada por uma segregação urbana e espacial, criminalização da pobreza e desigual distribuição dos direitos. Isso aponta os limites democráticos e as contradições do Estado contemporâneo.

4. Considerações finais

O trabalho teve como objeto refletir sobre a população em situação de rua e as ações de recolhimento compulsório que são designadas a ela. A hipótese que foi levantada foi a de que esta população passou historicamente e que ainda continua a passar por um processo intenso de criminalização, embasado por uma estigmatização e responsabilização individual de uma problemática que é estrutural.

Percebemos que o fenômeno da população em situação de rua permeia diversos contextos urbanos ao longo dos anos e que no Rio de Janeiro, acompanha o crescimento da cidade. A história destas populações é marcada por ações que tentam expulsá-las e exterminá-las, pois a cidade construída pelo capital não suporta lidar com os resíduos de sua reprodução desigual.

Trazemos então algumas questões para a conclusão e reflexão no final do trabalho. A primeira é a dificuldade encontrada para conseguir referência bibliográfica sobre a temática. Apesar de ser um tema muito presente na mídia, ele compulsório ainda é pouco

discutido na academia, principalmente quando estamos falando de uma análise crítica e histórica sobre a temática. Foi bem complexa a busca por matérias que pudessem embasar essa questão. Primeiramente porque a intenção do trabalho não era discutir o recolhimento através de um dispositivo, mas entendê-lo de forma macro, em que pudéssemos olhar estas ações dentro de um território vivo, em constante mudança, mas que ao mesmo tempo perpétua ações contra as camadas mais pobres, as constantemente relatadas “classes perigosas”.

Segundo porque o interesse também era olhar esse movimento de recolher como parte de um processo que ocorre ao longo dos anos na cidade, parte de um projeto de cidade e parte de uma forma de fazer políticas, que não propicia acesso, mas sim segregação. Terceiro e último, porque não foi objeto deste artigo especificar as ações voltadas para uma parte específica da população em situação de rua, que é parcela que faz uso de substâncias psicoativas. A população em situação de rua como um todo sofre com as ações de recolhimento compulsório. Muitas vezes, porém, o olhar estigmatizado faz com que esse movimento retrate toda essa população como usuária, louca e anormal, o que pode conduzir à sua internação em outras instituições de caráter manicomial. A intenção foi mostrar esse recolher parte de um processo e uma perspectiva maior, que pode resultar em outras ações, mas que parte de uma construção que não começou recente, faz parte da história da cidade, assim como as populações que sofrem com estas medidas.

Dessa forma, ao longo do texto podemos perceber que o ato de recolher, o afastamento das classes mais pobres é um retrato da história da cidade. Que também é marcada pela resistência das pessoas que constantemente são segregadas destes espaços. A população em situação de rua, apesar de todo processo de criminalização, de recolhimento, de extermínio e de punição contra a sua existência resiste e vive nos espaços públicos. Assim, é necessário refletir sobre como fazer com que estas pessoas possam acessar a cidade, sem que isso seja pela via das medidas de segurança pública – Mas que este acesso se dê através do fortalecimento da política existente; através de ações que propiciem o conhecimento e ultrapassem as camadas do medo de que foram construídos frente às necessidades dessas pessoas. É preciso uma cidade inteira para cuidar da população em situação de rua, pensar a cidade é também pensar acesso e possibilidades fazer com seus territórios possam procriar ações além de recolher. Um

território vivo, que entende as vivências e as particularidades de cada grupo social também pode propiciar cuidado ampliado.

Referências

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde**. Saúde soc., São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, Apr. 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=en&nrm=iso>

ARRUDA, M. C. **Das teorias eugênicas e higienistas ao choque de ordem: desafios para a garantia dos direitos humanos na América Latina**. Lucí Faria Pinheiro (org). Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Questão Social: Elementos para uma análise da realidade no Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

BORTOLI, Suzana Rozendo. ROZENDO, Adriano. **Gestão de populações de rua na contemporaneidade**. Revista ECOS | Volume 6 | Número 1. Disponível em <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1703>>

BRASIL. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009. 241 p. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Informativo 12: população em situação de rua**. Rio de Janeiro: CMRJ, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.camararj.gov.br/scriptcase/file/doc/Informativo%2012%20Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua.pdf>>

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. Boitempo, São Paulo, 2006

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

HARVEY, David In: **Do administrativo ao empreendedorismo: A transformação da governança urbana do capitalismo tardio**. In: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.p 193-218. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A Questão Social no Capitalismo**. Revista Temporalis, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 2, n 3, Brasília – ABEPSS, 2001. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf> Acesso em: agosto de 2020

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**; Trad. Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Disponível em <http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/Lefebvre_geopuc03.pdf>

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LOUZADA, André. **A constituição histórica da população em situação de rua e suas lutas por direitos**. 2015.

MACHADO. Ricardo William Guimarães. **Recolhimento Compulsório E Direitos Humanos: Analisando a situação da população em situação de rua no Rio de Janeiro**. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 06-Nº 1/Jan-Jun 2019. Disponível em <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200910105344.pdf>

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012–2022)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2022. Nota Técnica nº 103 (Disoc). Disponível em <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11604>>

NICODEMOS, Julio Cesar de Oliveira. **Os “estranhos na cidade”: a clínica e a atenção psicossocial num caso de vulnerabilidade social.** Desidades, Rio de Janeiro , n. 22, p. 23-32, mar. 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). Política social no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, C. M. C. **Operação Choque de Ordem: gestão urbana ou repressão?** In: Perspectiva Sociológica. nº 6 e 7, Jan./Jul., 2011. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1404> >

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Choque de Ordem. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,** 16 set. 2009. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **População em situação de rua: uma questão de cidadania.** São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). A cidade do pensamento único. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-103.

PROTAGONISMO DOCENTE: FORMAÇÃO, AUTONOMIA E IDENTIDADE SOB TENSÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Patrícia Rodrigues Rocha¹

Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis²

O artigo analisa o protagonismo profissional docente na educação básica, problematizando sua constituição no contexto de políticas educacionais orientadas por racionalidade tecnocrática e mecanismos de *accountability*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo (Bardin, 2011), a partir de um estudo de caso realizado em duas escolas públicas. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas com 21 professoras e análise documental dos projetos político-pedagógicos. Os resultados indicam que a formação docente, quando vivenciada de forma coletiva e situada, contribui para a construção da identidade, da autonomia e do protagonismo profissional. Contudo, tais dimensões são tensionadas por políticas de *accountability*, pela padronização curricular e por modelos formativos prescritivos, que fragilizam a autonomia docente e deslocam a responsabilidade pelo desenvolvimento profissional para o indivíduo. Conclui-se que a formação docente deve ser compreendida como um continuum reflexivo, ancorado na escola como espaço de produção de conhecimento e sustentado por políticas públicas que articulem formação, valorização e autonomia institucional.

Palavras-chave: Formação docente. Autonomia profissional. Protagonismo profissional docente. Políticas educacionais.

TEACHER PROFESSIONAL AGENCY: EDUCATION, AUTONOMY, AND IDENTITY AMID TENSIONS IN CONTEMPORARY EDUCATIONAL POLICIES

Abstract: This article analyzes teacher professional agency in basic education, examining its constitution within the context of educational policies shaped by

¹ Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO — RJ).

² Professora Doutora titular do PPG em Ensino das Ciências e do PPG em Humanidades, Culturas e Artes. Professora de disciplinas pedagógicas de Cursos de Graduação da Afya Universidade UNIGRANRIO, Presencial e EaD

technocratic rationality and *accountability* mechanisms. This qualitative study is grounded in content analysis (Bardin, 2011) and is based on a case study conducted in two public schools. Data were collected through semi-structured interviews with 21 teachers and analysis of school pedagogical projects. The findings indicate that teacher education, when developed as a collective and context-based process, contributes to the construction of professional identity, autonomy, and agency. However, these dimensions are challenged by accountability policies, curriculum standardization, and prescriptive professional development models, which weaken teacher autonomy and shift responsibility for professional development onto individual teachers. The study concludes that teacher education should be understood as a reflective continuum, rooted in the school as a space for knowledge production and supported by public policies that integrate professional development, recognition, and institutional autonomy.

Keywords: Teacher education. Professional autonomy. Teacher agency. Educational policies.

Introdução

A formação docente constitui um dos eixos centrais das políticas educacionais contemporâneas, especialmente em contextos marcados por reformas que enfatizam a padronização curricular e a mensuração de resultados. Nesse cenário, observa-se a crescente adoção de modelos formativos orientados por racionalidade técnica, que tendem a reduzir o professor à condição de executor de diretrizes externas.

Em contraposição a essa perspectiva, a formação docente é compreendida como processo contínuo e socialmente situado, constituído ao longo da trajetória profissional e articulado às experiências vividas no cotidiano escolar. Conforme Nóvoa (2009), a profissionalidade docente se constrói na intersecção entre saberes acadêmicos, experiências práticas e processos reflexivos que ocorrem no interior da escola.

Nesse contexto, o protagonismo profissional docente emerge como categoria central para a compreensão da docência enquanto prática social e política. Ser protagonista implica reconhecer o professor como sujeito ativo na produção de conhecimentos e na tomada de decisões pedagógicas, em diálogo com seus pares e com a comunidade escolar (Freire, 2014).

Entretanto, políticas educacionais orientadas por mecanismos de *accountability* têm produzido tensões importantes nesse processo, ao intensificarem formas de controle sobre o trabalho docente e reduzirem os espaços de autonomia profissional (Freitas,

2018). Essas tensões impactam diretamente a constituição da identidade docente e as possibilidades de exercício do protagonismo no ambiente escolar.

As tensões identificadas dialogam com diretrizes contemporâneas voltadas à padronização curricular. Entre elas, destacam-se a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) e a crescente utilização de avaliações externas e de sistemas municipais de monitoramento da aprendizagem como instrumentos de acompanhamento da qualidade educacional. Embora essas políticas tenham contribuído para a definição de referenciais nacionais para a educação, também suscitam debates acerca da padronização curricular, da autonomia docente e dos mecanismos de responsabilização que incidem sobre o trabalho pedagógico.

No campo das políticas educacionais, a *accountability* é compreendida sob diferentes perspectivas. Embora possa estar associada à transparência e à prestação de contas à sociedade, sua incorporação às reformas educacionais contemporâneas frequentemente ocorre por meio de mecanismos de responsabilização baseados em avaliações externas, metas de desempenho e monitoramento dos resultados escolares. Nessa configuração, amplia-se o controle sobre o trabalho docente, produzindo efeitos sobre a autonomia profissional, a organização pedagógica e a identidade dos professores (Afonso, 2009; Freitas, 2018).

Diante disso, o artigo tem como objetivo analisar de que modo os processos de formação docente contribuem para a construção da identidade, da autonomia e do protagonismo profissional no contexto escolar.

Este estudo parte do pressuposto de que a formação docente, quando articulada ao cotidiano escolar, constitui elemento estruturante da identidade, da autonomia e do protagonismo profissional. Entretanto, tais processos são tensionados por políticas educacionais de caráter centralizador, que tendem a deslocar o professor para uma posição executora, produzindo efeitos de fragilização da profissionalidade docente.

1. Metodologia

A pesquisa configura-se como qualitativa, de natureza interpretativa, desenvolvida por meio de estudo de caso em duas escolas públicas municipais.

Participaram 21 professoras da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com diferentes tempos de experiência profissional.

As duas escolas participantes da pesquisa pertencem à rede pública municipal e estão localizadas em área urbana da Baixada Fluminense (RJ), atendendo estudantes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com processos pedagógicos orientados pelos Projetos Político-Pedagógicos institucionais. Uma das unidades caracteriza-se como escola de pequeno porte, enquanto a outra atende aproximadamente mil estudantes, configurando-se como instituição de grande porte. Ambas estão inseridas em territórios periféricos, marcados por vulnerabilidades socioeconômicas e por demandas sociais e educacionais ainda não plenamente atendidas pelo poder público. Nesse contexto, as escolas assumem papel que ultrapassa a dimensão estritamente pedagógica, constituindo-se também como importantes espaços de convivência, acolhimento, produção cultural e fortalecimento dos vínculos comunitários. Em razão dos princípios éticos da pesquisa, outras informações que identifiquem as instituições foram preservadas.

Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente, e posteriormente transcritas na íntegra, e por análise documental dos projetos político-pedagógicos (PPP), possibilitando a triangulação das informações.

A análise dos dados seguiu os procedimentos da análise de conteúdo (Bardin, 2011), envolvendo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Inicialmente, realizou-se a leitura flutuante do material, seguida da codificação temática. As categorias analíticas — formação docente, identidade profissional, autonomia e protagonismo — foram definidas a partir do referencial teórico e refinadas ao longo do processo analítico.

A investigação respeitou os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, garantindo o anonimato das participantes.

2. Resultados e discussão

2.1 Formação docente como experiência situada e contraditória

Os dados evidenciam que a formação docente é compreendida como processo contínuo, construído no cotidiano escolar e sustentado pela articulação entre experiência,

estudo e interação entre pares. As professoras destacam que o desenvolvimento profissional ocorre principalmente na prática, deslocando a centralidade de modelos formativos externos e prescritivos.

Essa perspectiva reforça a compreensão da formação como processo reflexivo e situado (Nóvoa, 2009), no qual a escola se constitui como espaço privilegiado de produção de saberes profissionais. Nesse sentido, a aprendizagem docente emerge menos de formações pontuais e mais da problematização das situações reais de trabalho. Como expressa uma das participantes: “Estamos sempre tentando adaptar as nossas propostas à realidade da comunidade, sem romantizar ou fantasiar, buscando sempre que as propostas se encaixem de maneira efetiva no cotidiano escolar” (Professora 20).

Essa narrativa evidencia a centralidade da experiência como eixo estruturante da formação, indicando que o conhecimento docente se constrói na intersecção entre teoria e prática, com forte ancoragem no contexto escolar.

Em convergência, outra professora destaca a dimensão coletiva desse processo: “Qualquer boa formação, ou mesmo bons encontros, ativam a memória, conhecimentos guardados e contribuem com o exemplo de novas experiências” (Professora 10).

A narrativa reforça a importância da colaboração entre pares como dispositivo formativo, evidenciando que a profissionalidade docente se constrói em redes de interação e não apenas em percursos individuais.

Entretanto, a análise dos projetos político-pedagógicos evidencia que as políticas de formação ainda assumem caráter predominantemente prescritivo, alinhado a referenciais nacionais que buscam orientar os processos formativos, mas que nem sempre dialogam com as especificidades dos contextos escolares, com baixa articulação às demandas reais do trabalho docente. Essa tensão é percebida pelas professoras, que apontam o distanciamento entre o que é proposto institucionalmente e o que se vive na escola. Como observa uma participante: “Os professores têm pouca participação na elaboração das políticas de formação continuada e quase nenhum espaço para discuti-las na escola. Assim, a formação torna-se deficitária, excludente e distante da realidade escolar” (Professora 6).

As evidências produzidas na pesquisa permitem compreender que tais processos também dialogam com referenciais nacionais para a formação docente, especialmente aqueles decorrentes da implementação da BNC-Formação Continuada. Embora esses

documentos proponham orientações para o desenvolvimento profissional dos professores, sua materialização no cotidiano escolar tende a ocorrer por meio de processos formativos mais homogêneos, nem sempre articulados às demandas concretas da prática pedagógica. Essa percepção aproxima-se das narrativas das professoras, que apontam para o distanciamento entre as formações ofertadas e as necessidades efetivamente vivenciadas na escola.

Os dados indicam que, embora a formação docente seja vivida como processo situado e coletivo no cotidiano escolar, ela ainda é atravessada por racionalidades formativas externas que tendem a homogeneizar práticas e desconsiderar contextos específicos.

2.2 A escola como espaço de produção da profissionalidade docente

As narrativas indicam que a escola constitui o principal espaço de aprendizagem profissional, especialmente por meio da colaboração entre pares e da reflexão coletiva sobre a prática. Esse movimento evidencia que a profissionalidade docente se constrói de maneira relacional e situada (Tardif, 2002), sendo atravessada pelas interações cotidianas, pelas trocas pedagógicas e pelos desafios concretos do trabalho na escola.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Nóvoa (2009), para quem a formação docente se constrói no interior da profissão, em processos coletivos de reflexão e partilha de experiências, tendo a escola como espaço privilegiado de produção do desenvolvimento profissional. Nessa perspectiva, aprender a ensinar implica produzir conhecimentos a partir da prática, em diálogo permanente com outros docentes e com os desafios concretos do cotidiano escolar.

Nesse sentido, a formação não se limita aos momentos formais, estendendo-se ao cotidiano institucional, especialmente nos espaços de planejamento coletivo, reuniões pedagógicas e discussões informais entre docentes. Como destaca uma professora: “A escola promove projetos pedagógicos para atender demandas específicas de alunos e assegura a escuta ativa de professoras e professores quanto às suas observações” (Professora 7).

Essa narrativa evidencia que o conhecimento profissional é produzido na prática compartilhada, a partir da análise das experiências vividas na escola, reforçando a dimensão coletiva da aprendizagem docente.

Essa perspectiva dialoga com Tardif (2002), ao compreender que os saberes docentes são plurais e constituídos ao longo da experiência profissional, sendo continuamente reconstruídos nas relações estabelecidas com os estudantes, os colegas e a instituição escolar.

Em consonância, a Professora 7 ressalta a importância da troca entre pares: “A formação em serviço e a troca de experiências com colegas ampliam minha visão e promovem reflexões sobre as próprias ações de ensino”.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a escola é um espaço de produção de saberes docentes, no qual a experiência cotidiana se converte em fonte de reflexão e desenvolvimento profissional.

Ao favorecer processos de reflexão coletiva sobre a prática, a formação continuada fortalece a construção da autonomia, da identidade e do protagonismo profissional. Como argumenta Nóvoa (2009), é no interior da profissão, por meio do trabalho colaborativo e da reflexão sobre a experiência, que os professores produzem conhecimentos e consolidam sua identidade profissional. Nessa perspectiva, o protagonismo docente não decorre apenas de iniciativas individuais, mas da existência de condições institucionais que promovam o diálogo, a participação nas decisões pedagógicas, a colaboração e a produção compartilhada de saberes. Assim, a formação continuada configura-se como elemento constitutivo da profissionalidade docente, ao criar condições para os professores assumirem papel ativo na análise, na ressignificação e na transformação de suas práticas.

Entretanto, essa dimensão coletiva não se encontra plenamente incorporada às políticas institucionais analisadas, uma vez que as formações são organizadas conforme diretrizes municipais e políticas públicas educacionais. Esse arranjo tende a resultar em processos formativos mais fragmentados e verticalizados, reforçando um distanciamento entre o discurso da formação colaborativa e as práticas efetivamente implementadas.

Uma professora sintetiza essa tensão ao afirmar: “As formações continuadas são importantes, mas difíceis de realizar, pois não ocorrem no horário de trabalho. Além disso, alguns projetos propostos pela SME ou instituição nem sempre dialogam com minha prática docente” (Professora 10).

Esse conjunto de evidências reforça que, embora a escola seja reconhecida como espaço central de aprendizagem profissional, ainda há um descompasso entre essa realidade e as políticas educacionais que orientam a formação dos profissionais.

A partir da compreensão da escola como espaço formativo, torna-se necessário analisar como se constituem identidade e autonomia docente nesse contexto.

2.3 Identidade e autonomia sob tensões das políticas educacionais

A identidade docente é compreendida como construção dinâmica e relacional, atravessada por trajetórias pessoais, experiências formativas e condições institucionais de trabalho. Trata-se de um processo dinâmico, marcado por permanentes negociações entre o ser profissional e as exigências externas da política educacional.

Tal compreensão também encontra respaldo em Nóvoa (2009), ao afirmar que a identidade profissional não é uma condição dada, mas um processo permanente de construção, marcado pelas experiências formativas, pelas relações estabelecidas no exercício da profissão e pelas condições institucionais onde o trabalho docente se desenvolve.

Nesse contexto, políticas orientadas por *accountability* têm intensificado mecanismos de controle sobre o trabalho docente, limitando a autonomia e impondo padrões de desempenho. A análise dos PPP reforça essa tensão ao evidenciar a coexistência entre discursos de autonomia e práticas de regulação do trabalho pedagógico.

Essa dinâmica aproxima-se do que discutem Afonso (2009) e Ball (2005), ao evidenciarem que as políticas contemporâneas de responsabilização e performatividade ampliam os mecanismos de regulação sobre o trabalho docente. Embora frequentemente apresentadas como estratégias de melhoria da qualidade da educação, tais políticas tendem a intensificar o monitoramento dos resultados, induzir processos de padronização das práticas pedagógicas e reduzir os espaços de decisão profissional, produzindo impactos sobre a autonomia e a identidade docente.

Nesse contexto, as professoras também associam a ampliação das prescrições pedagógicas às políticas de padronização curricular implementadas nas últimas décadas. Embora a BNCC tenha representado importante esforço de definição de direitos de aprendizagem, sua implementação, articulada a sistemas de avaliação e monitoramento,

pode reduzir as margens de autonomia docente quando privilegia o cumprimento de referenciais curriculares em detrimento das especificidades dos contextos escolares.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) e dos sistemas de avaliação externa passa a integrar o cotidiano escolar por meio dos planejamentos pedagógicos, dos processos formativos e das estratégias de monitoramento da aprendizagem. Embora essas políticas tenham contribuído para a definição de referenciais nacionais para a educação e para a formação docente, sua materialização no contexto investigado é percebida pelas professoras como um conjunto de orientações que, em determinados momentos, amplia a padronização das práticas e restringe as possibilidades de decisão pedagógica. Essa relação torna-se evidente nas narrativas que descrevem a necessidade de conciliar roteiros institucionais, metas e avaliações com as demandas concretas dos estudantes e da comunidade escolar.

As professoras relatam sentir uma crescente padronização das práticas, que interfere diretamente em suas decisões pedagógicas. Como afirma uma participante: “Às vezes cumpro com o ‘roteiro’ vindo da secretaria de educação. Em outras vezes, aplico projetos que fazem parte da realidade dos meus alunos” (Professora 9).

Essa narrativa evidencia a redução dos espaços de decisão docente, indicando uma tensão entre a autonomia declarada nos documentos institucionais e a autonomia efetivamente exercida no cotidiano escolar.

Outra professora reforça essa percepção ao destacar o impacto das avaliações externas e dos sistemas de monitoramento: “Essas avaliações externas buscam contribuir para a melhoria da educação, mas acabam priorizando resultados e metas, gerando pressão e deixando em segundo plano o processo de ensino-aprendizagem e a contribuição dos profissionais envolvidos” (Professora 20).

Essa narrativa aponta para a centralidade dos mecanismos de *accountability* na redefinição do trabalho docente, deslocando o foco do processo pedagógico para os resultados mensuráveis.

Nesse cenário, a identidade profissional é constantemente tensionada, sendo construída entre a valorização do saber docente e a pressão pelo cumprimento de metas externas. Essa ambivalência é sintetizada nas falas de duas professoras. A professora 7 afirma: “Numa série de limitações, me considero uma professora protagonista, pois

permaneço em busca das condições para uma ação pedagógica crítica e participativa [...]”. Já a Professora 10 relata: “Já fui protagonista [...] Mas hoje, com o descaso da educação, só consigo fazer o básico”.

Essa contradição evidencia que a identidade docente não é estável, mas construída em meio a disputas entre autonomia profissional e controle institucional. Tais achados corroboram as análises de Afonso (2009) e Ball (2005), ao evidenciarem que, em contextos de crescente regulação das políticas educacionais, a autonomia e a identidade profissional são continuamente negociadas no cotidiano do trabalho docente.

2.4 Protagonismo docente como prática relacional e contingente

O protagonismo docente é compreendido como uma construção relacional, situada e contingente, que se produz nas interações cotidianas, nas condições institucionais de trabalho e nas políticas educacionais vigentes. Não se trata de atributo individual, mas de uma prática social condicionada por estruturas organizacionais e possibilidades de ação pedagógica.

No contexto da pandemia e do período pós-pandêmico, esse protagonismo foi intensificado pelas demandas de reorganização do ensino, evidenciando simultaneamente capacidade de adaptação docente e fragilidades estruturais dos sistemas educacionais. Uma professora destaca: “O período da pandemia e o contexto da pós-pandemia agravaram as dificuldades já existentes na educação” (Professora 21).

Essa narrativa evidencia que o protagonismo emerge muitas vezes como resposta a condições adversas, revelando seu caráter contingente. Em situações regulares, ele se articula às dinâmicas colaborativas da escola, mas também é atravessado por intensificação do trabalho. Isso aparece quando uma professora relata sobrecarga decorrente da tentativa de articular múltiplas demandas curriculares e pedagógicas.

Por outro lado, os dados também indicam que o protagonismo pode ser favorecido por margens institucionais de autonomia, como no caso de unidades que reconhecem e confiam no trabalho docente, permitindo maior liberdade de atuação pedagógica.

Mesmo assim, o protagonismo não se estabelece de maneira estável. Ele oscila entre momentos de maior autonomia e contextos de forte prescrição institucional, revelando sua natureza dinâmica e dependente das condições concretas de trabalho.

As narrativas revelam, entretanto, que as professoras não ocupam posição exclusivamente passiva diante dessas políticas. Mesmo em contextos marcados pela intensificação do trabalho, pelas limitações institucionais e pelos processos de padronização das práticas pedagógicas, desenvolvem estratégias de negociação, adaptação e ressignificação das orientações oficiais. Ao relatarem que, em determinados momentos, seguem as orientações institucionais e, em outros, adaptam-nas à realidade dos estudantes, evidenciam formas de mediação entre as prescrições curriculares e formativas e as necessidades efetivamente vivenciadas na escola. Tais adaptações demonstram que essas prescrições não são simplesmente reproduzidas, mas reinterpretadas à luz das necessidades dos estudantes e das condições locais de ensino. Nessas condições, o protagonismo docente manifesta-se por meio de práticas cotidianas de resistência profissional, nas quais as professoras buscam preservar a intencionalidade pedagógica, responder às necessidades concretas dos estudantes e produzir margens de autonomia, mesmo diante dos processos de desvalorização profissional e das restrições impostas pelo contexto educacional.

Nesse sentido, as estratégias desenvolvidas pelas professoras revelam que os efeitos das políticas de performatividade não produzem respostas homogêneas. Conforme Ball (2005), tais políticas são apropriadas e reinterpretadas pelos sujeitos no contexto da prática, produzindo diferentes formas de negociação, adaptação e resistência no cotidiano escolar.

Essas estratégias evidenciam que os saberes experienciais descritos por Tardif (2002) também se expressam como recursos de mediação entre as prescrições institucionais e as necessidades concretas da prática pedagógica, permitindo que as professoras produzam formas situadas de autonomia e protagonismo.

A partir da síntese apresentada, é possível compreender que a profissionalidade docente não se reduz a atributos individuais ou competências técnicas isoladas, mas se configura como um processo em permanente construção, mediado por contextos institucionais, políticas públicas e relações coletivas no interior da escola.

As tensões identificadas indicam que, embora as professoras desenvolvam estratégias de adaptação e resistência no cotidiano, sua atuação encontra-se condicionada por dispositivos de controle que limitam a autonomia e reconfiguram o sentido do trabalho docente. Nesse contexto, a identidade e o protagonismo docente são

continuamente (re)elaborados, evidenciando um movimento marcado simultaneamente por restrições e possibilidades de ação crítica.

Dessa forma, os achados reforçam a necessidade de políticas educacionais que reconheçam a centralidade da experiência docente, valorizem a formação situada e ampliem as condições concretas para o exercício da autonomia e do protagonismo profissional.

Com base nas análises realizadas, evidencia-se a necessidade de explicitar, de forma sistematizada, as relações entre as dimensões constitutivas da profissionalidade docente e as tensões que as atravessam. Nesse sentido, o Quadro 1 sintetiza os principais achados da pesquisa, articulando as categorias analíticas — formação, autonomia, identidade e protagonismo — às evidências empíricas e às interpretações produzidas à luz do referencial teórico adotado.

Quadro 1 – Dimensões da profissionalidade docente no contexto das políticas educacionais contemporâneas

Dimensão	Caracterização no estudo	Evidências empíricas (síntese das falas)	Tensões identificadas	Interpretação analítica
Formação docente	Processo contínuo, situado, construído no cotidiano escolar e articulado à prática e à interação entre pares	“Adaptar as nossas propostas à realidade da comunidade...” (Prof. 20); “Bons encontros ativam a memória...” (Prof. 10)	Políticas formativas prescritivas e desconectadas da realidade escolar	A formação configura-se como experiência situada, tensionada por modelos externos baseados na racionalidade técnica e na padronização
Autonomia profissional	Capacidade de decisão pedagógica construída na prática, condicionada por diretrizes institucionais externas	“Cumpro com o roteiro da secretaria...” (Prof. 9)	Controle institucional, avaliações externas e mecanismos de <i>accountability</i>	A autonomia docente é exercida de maneira relacional e negociada, sendo limitada por dispositivos de regulação e monitoramento
Identidade docente	Construção dinâmica e relacional, atravessada por trajetórias formativas e condições institucionais de trabalho	“Já fui protagonista... hoje só consigo fazer o básico” (Prof. 10)	Desvalorização profissional e intensificação do trabalho	A identidade docente mostra-se instável, sendo continuamente (re)construída frente às exigências educacionais e às condições de trabalho

Protagonismo docente	Prática relacional, coletiva e contingente, dependente das condições institucionais e políticas	“Permaneço em busca de condições para uma ação crítica...” (Prof. 7)	Intensificação do trabalho, redução das margens de autonomia e mecanismos de responsabilização	O protagonismo não é atributo individual, mas produção social situada, condicionada pelas possibilidades concretas de participação
----------------------	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2025).

3. Síntese analítica

Os achados evidenciam que os processos de formação docente contribuem para a construção da identidade, da autonomia e do protagonismo profissional quando vivenciados de forma coletiva, reflexiva e situada na escola. Contudo, tais processos são tensionados por políticas de *accountability*, pela padronização curricular e por modelos formativos prescritivos, que fragilizam a autonomia docente e deslocam a responsabilidade pelo desenvolvimento profissional para o indivíduo.

Adicionalmente, o estudo evidencia que o protagonismo docente depende de condições institucionais e políticas que sustentem práticas colaborativas e reconheçam o professor como sujeito ativo na produção de saberes.

4. Considerações finais

A análise evidencia que a docência contemporânea é atravessada por racionalidades político-educacionais que combinam discursos de valorização da autonomia com práticas de regulação e padronização do trabalho pedagógico. Esse movimento produz efeitos diretos sobre a profissionalidade docente, ao reconfigurar os sentidos de identidade e ao instaurar formas de autonomia continuamente negociadas no cotidiano escolar.

Os resultados permitem compreender que a formação docente, quando articulada ao contexto da escola e vivenciada de maneira coletiva, constitui elemento estruturante da produção de saberes profissionais. No entanto, sua efetivação é tensionada por políticas formativas prescritivas e por dispositivos de *accountability*, que tendem a deslocar o desenvolvimento profissional para uma dimensão individualizada e desvinculada das realidades efetivas do exercício profissional.

Nesse cenário, a escola se afirma como espaço privilegiado de produção da profissionalidade docente, especialmente quando há margens institucionais de colaboração, reflexão coletiva e reconhecimento do saber docente. Entretanto, tais condições não se apresentam de forma homogênea, sendo atravessadas por desigualdades e por processos de intensificação do trabalho que limitam a consolidação de práticas formativas mais autônomas.

O protagonismo docente, por sua vez, não se configura como atributo individual, mas como prática relacional e contingente, produzida na interseção entre autonomia pedagógica, exigências institucionais e condições objetivas de trabalho. Sua materialização depende, portanto, menos de iniciativas individuais e mais da existência de condições estruturais e políticas que sustentem a participação docente nos processos decisórios da escola.

Conclui-se que o fortalecimento da profissão docente requer o deslocamento de políticas centradas em desempenho e responsabilização individual para abordagens que articulem formação, trabalho e reconhecimento profissional. Isso implica compreender a docência como prática social e política, cuja qualidade está diretamente vinculada à ampliação de espaços democráticos na escola e ao reconhecimento do professor como sujeito epistêmico na produção do conhecimento educacional.

Este estudo contribui para o campo da formação docente ao evidenciar que o protagonismo profissional não se constitui como atributo individual, mas como construção coletiva, situada e dependente de condições institucionais e políticas que favoreçam a autonomia e a participação docente.

Nesse sentido, políticas de formação continuada que reconheçam os contextos escolares, valorizem os saberes da experiência e ampliem os espaços de participação docente mostram-se fundamentais para o fortalecimento da profissionalidade e do protagonismo dos professores.

5. Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 4 jul. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GATTI, Bernadete Angelina *et al.* *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2017.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação permanente do professorado: novas tendências*. São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, António. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

ROCHA, Patrícia Rodrigues. *O processo da formação docente: reflexões sobre autonomia, protagonismo e construção da identidade profissional*. Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio/UNIGRANRIO, Duque de Caxias/RJ, 2025.

ROMANOWSKI, Joana Paulin *et al.* *O trabalho docente em tempos de pandemia: desafios e possibilidades*. *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-20, 2021.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

UMA “RIMA INCÔMODA”: O TEMPO NA OBRA *PEDRO PÁRAMO*, DE JUAN RULFO

Wallace Rodrigues ¹

Rosa Ynés Alacio García ²

Resumo: Este texto nasce de nossas pesquisas sobre o escritor e intelectual mexicano Juan Rulfo (1917-1986), principalmente sobre o romance *Pedro Páramo*, de 1955. Neste livro, Rulfo deixa ver sua habilidade na escrita de um romance requintadamente estruturado sobre uma temporalidade não-linear, sobre a soma de acontecimentos fantásticos inusitados, sobre a utilização de personagens rurais de grande poder expressivo, entre outros pontos relevantes na construção do romance. Para este trabalho, focamos no livro *Pedro Páramo* e nos detivemos sobre a circularidade e a não utilização da cronologia linear para a temporalidade dentro do romance. Nossa análise para este texto foi qualitativa e baseada em uma pesquisa bibliográfica. Nossos resultados revelam que *Pedro Páramo* tem todo o direito de ser considerada como o *magnum opus* de Juan Rulfo, pois não somente se colocou como um romance inovador, para sua época e em língua espanhola, em relação ao uso do tempo dentro da obra, mas também pela estrutura dos personagens e suas paixões, além da utilização de elementos do realismo fantástico que impregnam a obra. Apesar do “incômodo” da estrutura temporal da obra, ela se coloca como uma perfeita “rima” entre a vida e a morte.

Palavras-chave: Temporalidade. Literatura mexicana. Literatura latino-americana.

UNA “RIMA INCÓMODA”: EL TIEMPO EN LA NOVELA *PEDRO PÁRAMO* DE JUAN RULFO

Resumen: Este texto há nacido de nuestra investigación sobre el escritor e intelectual mexicano Juan Rulfo (1917-1986), centrada principalmente en su novela de 1955, *Pedro Páramo*. En este libro, Rulfo demuestra su habilidad para escribir una novela exquisitamente estructurada con una temporalidad no lineal, una suma de eventos inusuales y fantásticos, y el uso de poderosos personajes rurales, entre otros aspectos relevantes de la construcción de la novela. Para este trabajo, nos centramos en el libro *Pedro Páramo* y examinamos la circularidad y la no dependencia de la cronología linear para la

¹ Doutor em Humanidades pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do PPGLIT/UFNT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9082-5203> E-mail: walacewalace@hotmail.com

² Doctorado en Estudios Sociales con Línea en Procesos Políticos por la Universidad Autónoma Metropolitana (UAM - Unidad Iztapalapa). Profesora investigadora en Universidad Autónoma de la Ciudad de México (UACM-Plantel Cuauhtémoc). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6487-8897> E-mail: rosaalacio@gmail.com

temporalidad dentro de la novela. Nuestro análisis de este texto fue cualitativo y se basó en investigación bibliográfica. Nuestros resultados revelan que *Pedro Páramo* tiene todo el derecho a ser considerada la obra maestra de Juan Rulfo, ya que no solo se consolidó como una novela innovadora para su época y en español en cuanto al uso del tiempo dentro de la obra, sino también en la estructura de sus personajes y sus pasiones, así como en el uso de elementos de realismo mágico que la impregnan. A pesar de la “incómoda” estructura temporal de la obra, ésta se presenta como una “rima” perfecta entre la vida y la muerte.

Palabras clave: Temporalidad. Literatura mexicana. Literatura latinoamericana.

*Tão cedo passa tudo quanto passa!
Morre tão jovem ante os deuses quanto
Morre! Tudo é tão pouco!
Nada se sabe, tudo se imagina.
Circunda-te de rosas, ama, bebe
E cala. O mais é nada.*

*Tão cedo passa tudo quanto passa!
(Ricardo Reis, heterônimo de Fernando Pessoa)*

Introdução

Este texto nasce de nossas pesquisas para o Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), em parceria com a professora Rosa Ynés Alácio Garcia, professora e investigadora da Universidade Autônoma da Cidade do México (UACM), campus/plantel Cuauhtépec, sobre a obra de um dos mais relevantes escritores mexicanos do século XX, apesar de ele somente ter escrito dois livros: Juan Rulfo.

Este trabalho é um dos frutos de nosso período curto de investigação (*instancia corta de investigación*) junto à Universidade Autônoma da Cidade do México (UACM), campus/plantel Cuauhtépec, e algumas instituições culturais da Cidade do México, como o Museo de Arte Moderno de México, o Museo Nacional de Antropología, o Museo Frida Kahlo (La Casa Azul, em Coyoacán), o Centro Cultural Juan Rulfo, entre outras. Nosso interesse era investigar um pouco mais sobre importantes autores latino-americanos que fossem pouco conhecidos no Brasil, principalmente para os estudantes de Literatura de

nosso programa (PPGLLit). Neste caminho, nos deparamos com as inusitadas obras de Juan Rulfo (1917-1986), importante escritor mexicano e pouco conhecido no Brasil. Daí nosso interesse em pesquisar sobre ele e divulgar sua obra literária no Brasil, conhecendo um pouco mais sobre sua vida e seus trabalhos literários.

Rulfo foi um escritor envolvido com outros intelectuais de sua época e que ajudaram a dar movimento ao cenário artístico na Cidade do México durante a primeira década do século XX. Além disso, ele se tornou um respeitado funcionário público em assuntos ligados aos indígenas mexicanos. A casa de Rulfo na Cidade do México, localizada na rua Río Tigris, número 84, piso térreo, Colônia Cuauhtémoc, foi um lugar de encontro de vários escritores e artistas em formação da sua época.

Vale lembrar, aqui, que este texto tem um caráter qualitativo e exploratório, busca encontrar traços sobre como Juan Rulfo trabalha com o tempo em seu romance *Pedro Páramo*, de 1955. Utilizamos, para tanto, uma pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: Candido (206, 2012); Kummer e Lima (2023); López-Quñones (2013); Munduruku (2008); Rodrigues (2019); Márquez (2019) e Saddi (2021). Descreveremos um pouco sobre o autor, a obra literária e faremos uma breve incursão na obra *Pedro Páramo* para compreender como Rulfo trabalha com o tema tempo em seu livro.

1. Sobre Juan Rulfo e sua obra *Pedro Páramo*

Juan Rulfo (Carlos Juan Nepomuceno Pérez Rulfo Vizcaíno, Apulco, 1917 – Cidade do México, 1986) foi um renomado escritor mexicano. Durante a década de 1950, Rulfo publicou *El llano en llamas*, de 1953, um livro de contos, e o romance *Pedro Páramo* em 1955. Depois de escrever estes livros, ele somente voltou a escrever roteiros para televisão. Trabalhou com outros importantes escritores de sua época, como Carlos Fuentes (Cidade do Panamá, Panamá, 1928 — Cidade do México, 2012) e Gabriel García Márquez (Aracataca, Colômbia, 1927 — Cidade do México, 2014). Em 1976, Rulfo entrou na Academia Mexicana da Língua.

O romance *Pedro Páramo* pode ser considerado tanto um romance regionalista quanto um livro pertencente ao gênero do Realismo Mágico, pois o texto, que começa no primeiro estilo, vai paulatinamente transformando-se no segundo, à medida que a verdade se desvela sobre Pedro Páramo e da cidade/povoado de Comala. A estrutura intrincada e

inovadora deste romance (que não é de fácil leitura³) é, provavelmente, a responsável por muitas respostas iniciais negativas dos leitores, mas tal obra assegurou o perene renome de Rulfo e a influência de tal obra sobre os escritores latino-americanos. O livro também deu origem a um filme homônimo da *Netflix*, com direção de Rodrigo Prieto, e divulgado em 2024.

Pedro Páramo é uma novela mexicana que traz a história do “coronel” (*caudillo*) de mesmo nome de um povoado chamado Comala e de seu filho Juan Preciado. A narrativa mostra o destruído povoado de Comala e seus personagens vivos e mortos, que persistem em estar ali. Como descrito no romance, sobre Comala: “Aquello está sobre las brasas de la tierra, en la mera boca de Infierno⁴” (Rulfo, 2019, p. 6).

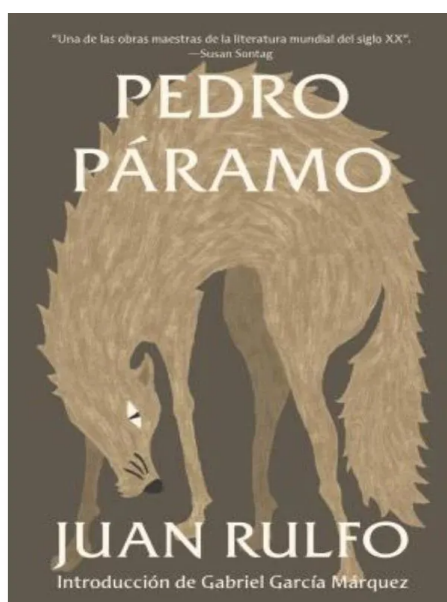
Os personagens principais da trama e que vivem no povoado “fantasmagórico” de Comala são: Juan Preciado, o protagonista e narrador inicial da narrativa. Ele vai à Comala para cumprir a promessa que havia feito à sua mãe no leito de morte, que seria encontrar seu pai Pedro Páramo e exigir dele o que lhe é de direito; Pedro Páramo, um “coronel” (*caudillo*) cruel que dominava as terras e as pessoas de Comala por meio da violência e da corrupção; Dolores Preciado, mãe de Juan Preciado e uma das muitas mulheres que teve Pedro Páramo. As memórias de Dolores Preciado nostálgicas de uma Comala próspera e fértil contrastam com o povoado seco e sem vida que Juan encontra; Susana San Juan, a verdadeira paixão de Pedro Páramo. Sua morte mergulha o povoado na decadência definitiva, pois Páramo decide deixar Comala morrer por vingança pela indiferença do povo ao luto pelo morte de Susana; Abundio Martínez, um mensageiro (e filho não reconhecido de Pedro Páramo) que Juan encontra no caminho para Comala. Ele é uma (e a primeira no romance) figura-chave que transita entre os mundos dos vivos e dos mortos, como acontece recorrentemente na narrativa; Eduviges Dyada, uma antiga amiga de Dolores que recebe Juan em sua casa. Juan descobre, mais adiante na narrativa, que ela era, na verdade, um fantasma; Damiana Cisneros, cozinheira da fazenda Media Luna e quem guia Juan Preciado pelo povoado repleto de ecos, sussurros e vozes do passado; Padre Rentería, o sacerdote que vive em conflito moral em relação a perdoar ou

³ Alguns aspectos que fazem a leitura de *Pedro Páramo* desafiadora são a narrativa não temporalmente linear, uma fronteira tênue entre personagens mortos e vivos, a mudança repentina de narradores e os muitos “sussurros”.

⁴ Em tradução nossa: “Aquele lugar fica sobre as brasas da terra, na própria entrada do Inferno.”

não os pecados de Pedro Páramo em troca de dinheiro, enquanto nega absolvição a muitos pobres; Miguel Páramo, o único filho oficialmente reconhecido de Pedro Páramo, um jovem violento e cuja morte prematura marca o início da desintegração da família Páramo; Toribio Aldrete, um agrimensor assassinado por ordens de Pedro Páramo, cujo espírito ainda vaga por Comala. Há ainda outras personagens que vivem neste lugar povoado por almas de vivos e mortos, cheio de acontecimentos sobrenaturais e que parecem ser naturalizados na história.

Figura 1 - Capa do livro Pedro Páramo, de Juan Rulfo, da Editora Vintage, edição de 2019.



Fonte: <https://www.martinsfontespaulista.com.br/pedro-paramo>

Conforme já mencionado, a obra pode ser considerada um romance regionalista. Podemos entender o regionalismo como uma corrente literária que tem suas variações em países e regiões distintas, referindo-se ao local, ao regional, ao popular. Podemos entender que há um realismo romântico, que busca um retorno ao passado, e um realismo mais ligado às relações humanas com o meio, as formas de linguagens, as paisagens regionais e os traços culturais.

Antônio Candido (2006, p. 120) fala-nos sobre o regionalismo nos romances brasileiros, ele diz que o regionalismo é “uma das principais vias de autodefinição da consciência local”, revelando “nossas realidades mais típicas”. Ainda, tomando o

regionalismo brasileiro como exemplo para um regionalismo latino-americano, podemos pensar como Candido (2012, p. 87), quando nos informa que:

O Regionalismo deve estabelecer uma relação adequada entre os dois aspectos, e por isso se torna um instrumento poderoso de transformação da língua e de revelação e autoconsciência do País; mas pode ser também fator de artificialidade na língua e de alienação no plano do conhecimento do País.

Vale lembrar que os regionalismos latino-americanos, dos mais variados países da América Latina, nascem de uma relação entre o local e o “europeu” (não local) em literatura, buscando caminhos específicos de identidade e de pertencimentos. Da mesma forma, o regionalismo também dominou a escrita de Juan Rulfo. Vale lembrar que pela via do crítico literário Antonio Candido, a obra regionalista toma o universo rural e as particularidades de uma região rural como matéria-prima para a construção literária, servindo como um instrumento de descobertas históricas, mapeamentos e interpretações de realidades nacionais. No entanto, o regionalismo fantástico do livro de Rulfo aqui tratado, articulando realidade e ficção “sobrenatural” (numa densa atmosfera entre vivos e mortos), nasce de forma poderosa e original, deixando boquiaberto até Gabriel García Márquez (2003, p. X-XI):

Nunca, desde la noche tremenda en que leí *La metamorfosis* de Kafka, en una lúgubre pensión de estudiantes de Bogotá, casi diez años atrás, había sufrido una conmoción semejante. Al día siguiente leí *El llano en llamas* u el asombro permaneció intacto; mucho después, en la antesala de un consultorio, encontré una revista médica con otra obra maestra desbalagada: *La herencia de Matilde Arcángel*; el resto de aquel año no pude leer a ningún otro autor, porque todos me parecían menores. (Itálicos do autor)

No caso de *Pedro Páramo*, podemos perceber um realismo fantástico, revelando personagens tipicamente locais com aspectos “sobrenaturais”, mostrando uma singularidade especial da obra de Rulfo. Muitos críticos consideram a obra Pedro Páramo como um marco do realismo fantástico mexicano (também chamado de realismo mágico), pois Rulfo insere na narrativa elementos sobrenaturais no cotidiano das personagens de forma muito natural, sem espanto frente ao impossível. Ainda, a morte e a magia são parte da realidade cultural do romance e dos mexicanos. Rulfo naturaliza elementos sobrenaturais dentro de um espaço místico no romance, traçando uma narrativa entre

memórias, sonhos, vigílias, sussurros, silêncios etc. Tais elementos de construção do romance dão a Pedro Páramo muitas características do realismo fantástico. Kummer e Lima (2023, p. 10 e 11) informam sobre a obra de Rulfo:

A complexidade de seus textos, ainda concordando com Claude Fell, está vinculada a dois paradoxos articulados: a) a universalidade de um autor ligado à realidade local; b) a utilização de uma linguagem popular por um escritor eminentemente moderno, cosmopolita e audaz. A oralidade que utiliza é mesclada num processo de “ficcionalização” que justapõe tradições culturais nativas e colonizadas. (...) Dentre os muitos fatores que influenciam seus textos, a terra, a sociedade pós-Revolução, o pecado, a religião, o isolamento, a solidão, a violência, a morte e o pessimismo são recorrentemente permanentes. A expressividade dos textos figura na forma de manejar tantos temas com uma perspectiva essencialmente inovadora que congregava o enigma, a simplicidade e uma ironia trágica.

Ainda, de Loreto Gómez López-Quiñones, temos que:

Comala es, toda ella, una feria de sombras. Los que allí viven son muertos, sombras de vivos y de muertos, sombras de sombras. Envueltos todos en una densa atmósfera de angustia, culpa y desolación, no siempre puede asegurarse quiénes esperan aún la muerte de sombra que han de morir, y quienes ya dieron el pequeño paso, ayer o hace cien años, y contemplan la vida en la perspectiva de la muerte. Porque unos habitan ceca de los otros. Mundo de fantasmas, de cuerpos en descomposición, de ánimas en pena. Y entre muertos y vivos y sombras se cuentan el mito de Pedro Páramo. El aire se llena de murmullos y ecos⁵ (Frenk, 1974, p. 39 *apud* López-Quiñones, 2013, p. 83).

A partir dessas considerações, compreendemos que fica clara a habilidade de Rulfo em criar subjetividades a partir de personagens diversos, com nomes originais e

⁵ Tradução nossa: “Comala é, em sua totalidade, um carnaval de sombras. Quem ali vive são os mortos, sombras dos vivos e dos mortos, sombras das sombras. Envoltos numa densa atmosfera de angústia, culpa e desolação, nem sempre é possível discernir quem ainda aguarda a morte sombria que lhe está destinada e quem já deu esse pequeno passo, ontem ou há cem anos, e contempla a vida sob a perspectiva da morte. Pois alguns habitam próximos uns dos outros. Um mundo de fantasmas, de corpos em decomposição, de almas atormentadas. E entre os mortos, os vivos e as sombras, ressoa o mito de Pedro Páramo. O ar se enche de murmúrios e ecos.”

características muito particulares, mas dúbias. Em *Pedro Páramo*, Loreto Gómez López-Quiñones percebe a utilização do silêncio na construção da obra:

El silencio, lejos de ser un vacío vago y absoluto es un espacio para oír mejor y, por tanto, un espacio para decir mejor. Para ilustrar esta utilización del silencio como estrategia en la obra de Juan Rulfo nos centraremos en *Pedro Páramo* y en el relato “No oyes ladrar los perros”, perteneciente a su libro *El llano en llamas*⁶. (López-Quiñones, 2013, p. 80, itálicos da autora)

Verificamos, também que o romance *Pedro Páramo* trata a vida de forma poética mas crua, como bem nos diz García Márquez (2003, p. XI): “En él trabajo poético – y *Pedro Páramo* lo es en su más alto grado⁷”. Isso nos diz muito sobre a habilidade única de Rulfo para manipular a linguagem poética em favor da construção de sentidos únicos em *Pedro Páramo*.

Sobre o uso da linguagem para fins poéticos, criando novos mundos, Maria Luíza Sabóia Saddi nos revela que:

A linguagem, a nossa mais cara invenção, indispensável e bela, mas nunca estática e absoluta, mas, sempre fluida, sempre múltipla e viva como pássaros em voo. Como se poderia almejar mais? Os problemas surgem quando a encaramos como apreensão ou revelação do mundo e esquecemos que ela mesma já é mundo, já é criação de mundos. (Saddi, 2011, p. 4010)

Ainda em relação à criação de um regionalismo fantástico em *Pedro Páramo*, podemos verificar que Rulfo faz uso da linguagem de maneira não convencional, tensionando sempre vivos e mortos, estando entre o presente e o passado, dando fala a seus personagens ou silenciando-os. Rulfo se utiliza da linguagem escrita como uma ferramenta de fricção para desestabilizar alguma certezas do leitor, tensionando falas e ações de personagens vivos e mortos, imitando a memória e o eco em sua escrita, deixando o leitor com vários silêncios perceptíveis no texto, entre outros aspectos. Ainda, sua escolha de palavras constituem constructos semelhantes a versos poéticos.

⁶ Tradução nossa: "O silêncio, longe de ser um vazio vago e absoluto, é um espaço para melhor ouvir e, portanto, um espaço para melhor falar. Para ilustrar esse uso do silêncio como estratégia na obra de Juan Rulfo, vamos nos concentrar em *Pedro Páramo* e no conto “No oyes ladrar los perros” (Você não ouve os cachorros latindo), de seu livro *El llano en llamas* (A planície em chamas)."

⁷ Em tradução nossa: "Na obra poética – e *Pedro Páramo* é poético no seu mais alto grau".

2. O tempo em *Pedro Páramo*

Vale destacar o brilhantismo da escrita de Juan Rulfo neste romance. A história é concebida em narrativas curtas (como que em contos) que vão sendo contadas por personagens diferentes e que não seguem uma ordem cronológica exata. Em princípio, a técnica de escrita temporal em *Pedro Páramo* pode causar estranhamento, mas funciona para dar movimento à narrativa e para a criação de um ar de mistério à obra, apesar de relatar muitos fatos recorrentes no dia a dia das pessoas do interior, pois ele narra a partir de memórias (passado), de ações do presente e desejos de futuro. Todos os tempos se mesclam na escrita de *Pedro Páramo*.

Em *Pedro Páramo*, as narrativas não ocorrem de forma linear, mas de maneira fragmentada, embaralhando um pouco a ordem cronológica das histórias interligadas dos personagens que vivem em Comala. Além disto, a interação entre seres vivos e não vivos não se dá de maneira clara, fazendo com que o leitor tome tempo para descobrir se uma personagem é do mundo dos vivos ou é um ser sobrenatural, como no caso da personagem Eduviges Dyada.

A obra tem, claramente, uma estrutura narrativa fragmentada, pois a história não segue uma linha do tempo direta, deixando ler cenas em uma ordem cronologicamente diferente daquelas em que os eventos aconteceram. O tempo, nas narrativas de *Pedro Páramo*, não é linear ou cronológico, mas fragmentado, mítico e circular. Essa circularidade do tempo, segundo Rodrigues (2019), é uma característica dos povos ameríndios, aproximando, ainda mais, a referida obra de uma característica indígena que o regionalismo mexicano também tem que lidar com:

As sociedades indígenas latino-americanas nos mostram que as relações deles com o tempo são ensinadas e aprendidas através de seus mitos. O professor (especialista em mitologia grega e latina) Junito de Souza Brandão (2007, p. 35)⁸ nos diz que o “mito é o relato de um acontecimento ocorrido no tempo primordial, mediante a intervenção de entes sobrenaturais.” Assim, podemos dizer que, nas sociedades tradicionais, o mito é reafirmado pelos ritos e participa de um tempo circular, virtual. Essa concepção de tempo circular é algo que o homem branco perdeu faz muito tempo. Ela nos ajudaria, no entanto, a compreender que a vida se dá em círculos e de forma sempre dinâmica, com nascimentos e mortes. Não percebemos, portanto, nas sociedades indígenas, a linearidade temporal que nós ocidentais acreditamos existir

⁸ Em: BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, volume I, 2007.

e que buscamos revelar através da disciplina científica de História. (Rodrigues, 2019, p. 75)

A estrutura temporal do romance *Pedro Páramo* rompe com a lógica convencional, misturando memórias do passado e experiências do presente, vida e morte, criando uma atmosfera de “não-tempo” ou tempo simultâneo ou suspenso, onde os mortos narram suas memórias. Há, repetimos, uma circularidade de concepção do tempo muito próxima daquela dos indígenas americanos, onde a memória tem papel relevante na esfera temporal, conforme aponta Munduruku:

A memória é, pois, ao mesmo tempo passado e presente que se encontram para atualizar os repertórios e encontrar novos sentidos que se perpetuam em novos rituais que abrigam elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo de sua história. Assim estes povos traziam consigo a memória ancestral. (2008, s.p)

Algumas características deste tempo fragmentado em *Pedro Páramo* são que a narrativa é composta por “fios suspensos” e estruturada em vários fragmentos de memórias. Há um mosaico de vozes que fazem com que o leitor construa a cronologia da história narrada. Há uma confusão entre presente e passado, apogeu e ruína de Comala, com todos os seus fantasmas presentes na narrativa. O próprio personagem de Pedro Páramo deixa clara essa instabilidade temporal na narrativa. Estes, buscando “reviver” vidas passadas? Há uma clara anulação do tempo cronológico, revelando um tempo mítico (regional? indígena?) que faz com que o leitor coloque mais esforço para a compreensão do que se passa. O tempo torna-se, portanto, uma eternidade de arrependimentos, murmúrios, ecos e lembranças, baseada em rumores dos mortos, em vozes do passado dentro do presente. Tudo isso dá a impressão de que o tempo parou de avançar no sentido “biológico”, mas que se estrutura nas lembranças dos fantasmas. Tal técnica narrativa, que domina o romance *Pedro Páramo*, é característica do Realismo Mágico empregada por Rulfo.

O próprio García Márquez nos diz que: “En *Pedro Páramo*, donde es imposible establecer de un modo definitivo dónde está la línea de demarcación entre los muertos y

los vivos, las precisiones son todavía más quiméricas, nadie puede saber en realidad cuánto duran los años de la muerte⁹” (1029, p. xii).

Tudo isto pode ser verificado dentro do romance. Deixamos, aqui, uma passagem deste tempo baseado em memórias:

- ESTE PUEBLO ESTÁ lleno de ecos. Tal parece que estuvieran encerrados en el hueco de las paredes o debajo de las piedras. Cuando caminas, sientes que te van pisando los pasos. Oyes crujidos. Risas. Unas risas ya muy viejas, como cansadas de reír. Y voces ya desgastadas por el uso. Todo eso oyes. Pienso que llegará el día en que estos sonidos se apaguen.

Eso me venía diciendo Damiana Cisneros mientras cruzábamos el pueblo.

- Hubo un tiempo que estuve oyendo durante muchas noches el rumor de una fiesta. Me llegaban los ruidos hasta la Media Luna. Me acerqué para ver el mitote aquel y vi esto: lo que estamos viendo ahora. Nada. Nadie. Las calles tan solas como ahora.¹⁰ (Rulfo, 2019, p. 42)

Esta passagem anterior demonstra claramente os ecos que povoam o povoado e como a história é narrada a partir das relações entre vivos e mortos, entre memórias do passado e o vazio do presente. Damiana Cisneros parece arrepender-se de algo que não foi feito ou vivido e que mostra a solidão do povoado e de sua gente. O tempo da narrativa é, na verdade, uma comparação sistemática do ontem e do hoje, uma incerteza sobre o que virá e se virá.

Outra passagem entre Juan Preciado e Damiana Cisneros deixa-nos perceber como os personagens estavam colocados numa incerteza temporal (limbo?) entre vivos e mortos:

- ¿Está usted viva, Damiana? ¡Dígame, Damiana!

Y me encontré de pronto solo en aquellas calles vacías. Las ventanas de las casas abiertas al cielo, dejando asomar las varas correosas de la yerba. Bardas descarapeladas que enseñaban sus adobes revenidos.

⁹ Em tradução livre: “Em *Pedro Páramo*, onde é impossível estabelecer com precisão onde se situa a linha divisória entre os mortos e os vivos, os detalhes são ainda mais quiméricos; ninguém pode saber ao certo quanto tempo duram os anos de morte.”

¹⁰ Em tradução livre: “Esta cidade está cheia de ecos. É como se estivessem presos nas cavidades das paredes ou sob as pedras. Ao caminhar, você sente seus passos sob os pés. Ouve rangidos. Risos. Risos muito antigos, como se estivessem cansados de rir. E vozes desgastadas pelo uso. Você ouve tudo isso. Acho que chegará o dia em que esses sons desapareçam. Era o que Damiana Cisneros me dizia enquanto atravessávamos a cidade. Houve uma época em que eu ouvia o som de uma festa por muitas noites. Os ruídos chegavam até Media Luna. Eu me aproximava para ver o que estava acontecendo e vi isto: o que estamos vendo agora. Nada. Ninguém. As ruas tão desertas quanto estão agora.”

- ¡Damiana! – grité -. ¡Damiana Cisneros!”
Me contestó el eco; “¡...ana ...neros! ¡...ana ...neros!”¹¹ (Rulfo, 2019, p. 44)

Notemos que Juan Preciado acaba por não saber se Damiana Cisneros estava viva ou morta. Pelo ambiente sempre inconstante em relação ao tempo cronológico, o personagem de Preciado já compreendia a instabilidade das situações no vilarejo. O eco era, por fim, quem se comunicava com ele de maneira inequívoca.

3. Algumas considerações finais

A partir da análise aqui empreendida foi possível perceber como o romance *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo, publicado em 1955, constrói uma narrativa baseada no regionalismo mexicano, numa estrutura entre o natural e o sobrenatural próprios da cultura mexicana (como o culto à Santa Morte, por exemplo), no que se vive, nos ecos e nas memórias, nos vivos e nos fantasmas, enfim numa temporalidade não cronológica que atravessa toda a narrativa deste romance regional fantástico.

Claramente, tal obra de Rulfo foi extremamente influente para o escritor colombiano Gabriel García Márquez (2019, x-xi), como ele mesmo nos relata uma, “comoção” e um “assombro” em relação à leitura de *Pedro Páramo*. Para ele, Juan Rulfo seguiu sendo um dos maiores escritores de língua espanhola mundial, como para muitos outros autores que teriam lido *Pedro Páramo*. Ou seja, a influência de Rulfo no mundo de escritores e leitores de língua espanhola não deixou de ser algo surpreendente, mesmo Rulfo tendo escrito somente dois livros: *Pedro Páramo* e *El llano en llamas*. A inusitada construção das narrativas de *Pedro Páramo* demonstram a “genialidade” de uma escrita que mescla o regional com o fantástico, com as paixões humanas, com a vida cotidiana no interior, com a morte, com as precisas descrições dos espaços, entre outros pontos que constroem tal romance.

Vemos que a não-linearidade temporal da obra *Pedro Páramo* relaciona-se, também, com uma concepção indígena latino-americana de tempo, pois há uma tentativa

¹¹ Em tradução nossa: "- Você está viva, Damiana? Diga-me, Damiana! E de repente me vi sozinha naquelas ruas vazias. As janelas das casas estavam abertas para o céu, revelando os talos de grama resistentes. As paredes descascadas mostravam seus tijolos de adobe desgastados. - "Damiana!" gritei. "Damiana Cisneros!" O eco me respondeu: "...ana...neros! ...ana...neros!"

de circularidade das narrativas recortadas, buscando a compreensão de um todo e não de pequenas histórias cronologicamente organizadas, mas com forte ênfase nas memórias. A visão de Rulfo de um México rural não poderia estar distante da compreensão de que tal México era, também, um México indígena. Vale destacar que Rulfo trabalhou, de 1962 até 1986, como editor e diretor, para o Instituto Nacional Indigenista (atual INPI), promovendo a publicação e a pesquisa sobre as culturas indígenas mexicanas.

Portanto, temos em *Pedro Páramo* uma obra que tenta compreender não somente um México rural vivido e imaginado por Rulfo por meio de um regionalismo fantástico, mas uma obra-prima da língua espanhola que nos revela elementos tão latino-americanos (caudillismo, indígena etc.), como elementos das paixões e dores de todos os seres humanos, e que se constrói, brilhantemente, por meio de uma temporalidade própria, não-linear, circular, baseada em memórias, ecos e sussurros.

Por fim, esperamos que este escrito auxilie nas investigações sobre o escritor mexicano Juan Rulfo no Brasil e que instigue nossos estudantes a procurarem saber mais sobre a cultura mexicana e seus importantes artistas (plásticos, escritores, compositores, bailarinos etc.) para a construção da sociedade mexicana da atualidade e para melhor compreensão das riquezas artísticas da América Latina.

4. Referências

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 9a ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. *Revista Remate de Males*. Campinas/SP, p. 81-90, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/remate.v0i0.8635992> Acesso em: 20 set. 2025.

KUMMER, Rodrigo; LIMA, Eli Napoleão de. Ruralidade trágica em Juan Rulfo: apontamentos entre ficção e realidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 2-31, 31 jan. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_02 Acesso em: 20 set. 2025.

LÓPEZ-QUIÑONES, Loreto Gómez. El silencio como estrategia en la obra de Juan Rulfo. *Revista AnMal Electrónica*. N. 35, p. 79-92, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. Literatura Indígena. *Overmundo*. Overblog, 2008. Disponível em: http://www.overmundo.com.br/imprime_overblog/literatura-indigena Acesso em 28 jan. 2026.

PESSOA, Fernando. *Odes de Ricardo Reis*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1946.

RODRIGUES, Wallace. Reflexões sobre temporalidades: a concepção sobre tempo de branco e tempo de índio. *Revista Querubim* – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais. UFF, ano 15, n. 37, v. 7, p. 73-79, 2019.

RODRIGUES, Wallace. Lados opostos da mesma moeda: A obra de Clarice Lispector e Andy Warhol em 1977. *Linguagens* - Revista de Letras, Artes e Comunicação. FURB, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 133-146, 2013.

RODRIGUES, Wallace. Por uma literatura nem tão infantil assim: literatura e resistência. *Humanidades & Inovação*. UNITINS, Palmas, v. 8, n. 33, 2021.

RODRIGUES, Wallace; RIBEIRO, José Manoel Sanches da Cruz. Poetas professores na literatura produzida no Tocantins. *Humanidades e Inovação*. UNITINS, Palmas, v. 7, n. 15, p. 99-106, 2020.

RULFO, Juan. *Pedro Páramo*. Nueva York: Penguin Random House, 2019.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. Asombro por Juan Rulfo. In: RULFO, Juan. *Pedro Páramo*. Nueva York: Penguin Random House, 2019, p. IX-XII, 2003.

SADDI, Maria Luíza Sabóia. Os desenhos no céu: sonho e poesia. In: *Anais do 20º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes (ANPAP)*. Rio de Janeiro, p. 4000-4012, 2021. Disponível em: <https://www.anpap.org.br/anais/2011/html/cpa.html> Acesso em: 20 set. 2025.